

A PRAÇA DA REPUBLICA DE NITEROI

Clélia Fernandes de Brito

II

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE BELAS ARTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSARIOS A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

Aprovada por:

Profa. Sônia Gomes Pereira

(Presidente da Banca)

Profa. Dora Alcântara

Prof. Ferdinando Moura Rodrigues

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL

1990

BRITO, Clélia Fernandes de

A Praça da República de Niterói. Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1990.

xii, 355 f.

Tese: Mestre em História da Arte

1.História da Arte 2.Ecletismo 3.A Praça da República de Niterói 4.Teses

I.Universidade Federal do Rio de Janeiro - EBA

II.Título

SINOPSE

Esta tese esclarece a discutida história da Praça da República de Niterói, resgata seu valor artístico-cultural como conjunto arquitetônico eclético do começo do século e comprova serem seus autores o francês Emilio Dupuy Tessain e o italiano Pedro Campofiorito. Registra também o êxito da campanha pró-reconstrução da praça, destruída em 1971 e reinaugurada dia 5 de dezembro de 1989, reassumindo seu papel como testemunha de um período da história da cidade, marcado pelas disputas políticas, reformas urbanísticas e administrativas.

SYNOPSIS

This dissertation clarifies the discussed history of the "Praça da República de Niterói" (Republic Square of Niteroi), and rescues its artistic and cultural value as an eclectic architectural complex of the beginning of the century. It also proves that the architects Emilio Dupuy Tessain (French) and Pedro Campofiorito (Italian) were its designers, and records the success of the campaign for the reconstruction of the square which was destroyed in 1971 and reinaugurated on December 5th, 1989. Thus it reassumed its role as a witness of a historical period of the city characterized by political disputes and urbanistic and administrative reforms.

SUMARIO

INTRODUÇÃO

1.REALIDADE SÓCIO-CULTURAL BRASILEIRA NA EPOCA	1
1.1.A interpretação histórica segundo Braudel	1
1.2.Conceito de cultura	4
1.3.A influência europeia	11
1.4.Manifestações regionais	18
1.5.A cultura em Niterói na entrada do século XX	29
2.0 ECLETISMO	34
2.1.0 Ecletismo na Europa	34
2.2.0 Ecletismo no Brasil	49
3.A PRAÇA DA REPUBLICA	59
3.1.Fatos históricos	59
3.2.0 Monumento <u>O Triunfo à República</u>	89
3.2.1.Idéias e fatos que lhe deram origem	89
3.2.2.Seu criador	92
3.2.3.Descrição e simbolismo	94
3.3.Prédios tombados pelo INEPAC	115
3.3.1.A Câmara Municipal de Niterói	115
3.3.2.0 Palácio da Justiça	133
3.3.3.A Biblioteca Estadual de Niterói	142
3.4.Bens Tutelados pelo Estado	157
3.4.1.Delegacia de Polícia	158
3.4.2.Liceu Nilo Peçanha	166
CONCLUSÕES	185
BIBLIOGRAFIA	193
ANEXOS	201

ANEXO 1

Cronologia dos fatos da história da Praça da República e os governadores do Estado do Rio de Janeiro no período de 1900 a 1989.

CRONOLOGIA DOS FATOS DA HISTÓRIA DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE NITERÓI

ANO	FATOS	GOVERNADORES
1900	-Campanha para retorno da capital do Estado do R. de Janeiro para Niterói.	Quintino Bocaiúva (1900-1903)
1903	-Niterói volta à condição de capital (20/6). -Instalação do Palácio Presidencial no Ingá.	Nilo Peçanha (1903-1906)
1904	-Criação da Prefeitura.	
1906		Alfredo A. Guimarães Backer (1906-1910)
1910	POSSE DE FRANCISCO CHAVES DE OLIVEIRA BOTELHO	
1911	-Criação da Comissão de Trabalhos para construção dos novos prédios para a administração pública (Art. 3 da lei 1044 de 11/11/11) -Proposta de construção de monumento à República em praça da cidade, pelo prefeito Sodré (Exposição de Serviços à Câmara).	Francisco Oliveira Botelho (1910-1914)
1913	-Projetos da Assembléia Legislativa(AL), Palácio da Justiça(PJ), Secretaria de Polícia(SP), Escola Normal(EN) por E.D. Tessain e Pedro Campofiorito. -Compra do Campo Sujo pela Prefeitura -Mudança do local dos prédios públicos para o Campo Sujo (Praça Padre Feijó), projeto de E.D. Tessain e Pedro Campofiorito. -Terraplanagem e urbanização do Campo Sujo por Pio Borges.	
1914	-Contrato com Heitor de Mello para construção e início das obras dos prédios (31/1/14). -Feliciano Sodré renuncia a Prefeitura para candidatar-se à governador do Estado.	

-Carta de apresentação de Pedro Campofiorito escrita por E.D. Tessain (12/4) às autoridades estaduais.

-Volta de E.D. Tessain para Paris.

-Pedro Campofiorito assume como arquiteto-deseenhista das Obras Novas".

POSSE DE NILO PEÇANHA

1915 -Paralisação das obras de terraplanagem do C. Sujo (24/1). Nilo Peçanha (1914-1918)

-Paralisação das construções dos prédios (6/4)

1916 -Rescisão do contrato com Heitor de Mello (14/4)

1917 -Reinício das obras pela Meanda Curty

-Inauguração da Secretaria de Polícia (3/5)

-Renúncia de Nilo Peçanha para assumir o Ministério das Relações Exteriores.

-Posse de Agnelo Collet

-Inauguração da Assembléia Legislativa (1/8) Agnelo Collet (1917-1919)

-Contrato de construção da AN com a firma Meanda Curty (30/10).

1918 -Inauguração da Escola Normal (30/12)

-Reinício das obras do Palácio da Justiça (21/7)

-Posse de Raul Veiga

1919 -Inauguração da Palácio da Justiça (7/7) Raul Moraes da Veiga

-Reforma da Praça por Maurício Morand

POSSE DE RAUL MORAES DA VEIGA

1920 -Projeto para a Biblioteca Estadual de Niterói

1922 (BEN) por Heitor de Mello (não utilizado)

1923 Raul Fernandes

Interventor Aureliano Leal

POSSE DE FELICIANO PIRES DE ABREU SODRE

1924 -Início da construção do Porto de Niterói.

1925	-Autorizada a execução do Monumento à República (7/9)	Feliciano Abreu Sodré (1923-1917)
1926	-Desmante do Morro Dr. Celestino pelo processo hidráulico por Pio Borges. -Criação da BEN por Decreto de 17/11/26 -Projeto da BEN por Pedro Campofiorito -Projeto da Praça Pedro II por Pedro Campofiorito -Construção do novo torreão na EN e mudança do telhado do torreão original.	
1927	-Reforma da AL por Egberto Tristão Cachetti -Início da construção da BEN -Inauguração do Monumento <u>O Triunfo da República</u> (21/12) -A Praça Pedro II passa a se chamar Praça da República(PR)	
1927-1930		Manuel de M. Duarte Silva (1927-1930)
1930		Interventor Demócrito Barbosa
1930-1931		Interventor Plínio Casado
1931		Interventor João de Deus Men Barreto
1931		Interventor P. da Silva Pessoa
	POSSE DO INTERVENTOR ARY PARREIRAS	
1931		Interventor Ary Parreiras (1931-1935)
1932	-Reinício das construções da BEN (6/5)	
1933	-Conclusão das obras da BEN	
1935	-Inauguração oficial da BEN (16/3)	Interventor Newton de A. Cavalcante
1935-1937		Interventor Protógenes Guimarães
1937		Interventor Dr. Heitor Collet
1937-1945		Interventor E. do Amaral Peixoto
1942	-Abertura da Av. Amaral Peixoto. POSSE DE GEREMIAS FONTES	

- 1968 -Projeto do novo PJ a ser construido no local da Praça da República e e demolição do velho PJ onde seria nova PR. Geremias Fontes (1967-1970)
- 1971 -Destruição da PR e início das obras do novo PJ
POSSE DE RAIMUNDO PADILHA
- 1972 -Paralização das obras do novo PJ Raimundo Padilha (1970-1974)
- 1973 -Fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro
- 1974 ' POSSE DE PAULO TORRES Paulo Torres(1974 -1978)
- 1978 -Pedido Tombamento da PR e demais prédios ao INEPAC
POSSE DE CHAGAS FREITAS
- 1982 -INEPAC tomba a AL,PJ e BEN e considera EN, SP e Teatro Leopoldo Fróes, Bens Tutelados pelo Estado. Chagas Freitas (1978-1983)
- 1983 -Restauração do Monumento O Triunfo da República ao lado da BEN
- 1987 POSSE DE MOREIRA FRANCO
-Abertura da campanha "A praça é do povo" pela AFEA(1/9/87)
- 1989 -Implosão do "esqueleto" (6/4) Moreira Franco (1987-)
- 1989 -Reinauguração da Praça da República em (5/12)

ANEXO 2

Contrato de venda do terreno do Campo Sujo à
Prefeitura Municipal de Niterói por Cornélio Jardim.

pertencentes a Joaquim Ferreira do Araujo Seára, que tam -
bem não estão compreendidos na referida área. = = Área es -
ta que está completamente murada por tres lados e murada -
em parte e parte cercada por uma tapage de trilhos e ara -
me; do lado que está com frente para a Doutor Celestino. =
Disseram mais eles outorgantes, que na venda ora feita além
da área descrita estão também comprehendidos os prédios e
benfeitorias existentes na mesma área e das quais são = =
igualmente proprietários; = e que todos estes bens eles
outorgantes houveram, uns por arrematação em hasta públi -
ca no Juizo de Direito da primeira Vara desta Comarca, -
cartorio do escrivão desta meu tabelionato anexo, e que -
foram legados pelo finado José Pereira de Souza a dona Ma -
ria das Dores Pereira de Souza Rocha, em usufruto e que -
em virtude da subrogação por esta e seu marido requerida,
foram a Praça; = = outro por compra que os outorgantes -
fizeram do domínio útil à Dona Maria Jose de Azambuja =
Meirelles e outra, por escritura de cinco de julho ultimo,
lavrada nas nças do Tabelião Peixoto desta cidade, sen -
do este bem o terreno comprehendido na área, com a demar -
cação de terreno de indios, e situado no angulo formado -
pela Hua Doutor Celestino e Marques de Paraná, foreiro a -
outorgada Município de Nicteroy; os quais bens estão, -
área e partes que não estão comprehendidas na venda ora =
feita, descritos e limitados na planta sob a letra = A =
e que fica fazendo parte integrante desta escritura, a -
qual planta vai por mim tabelião e pelas partes contratantes
rubricadas. = Disseram, finalmente, eles outorgantes,
que pela presente escritura e na melhor forma de direito,
v e n d e m aos outorgados, a referida área de terreno
que é proprio que é proprio, assim descripto e confronta -
do e conforme a citada planta, com as exclusões feitas -
da que não lhes pertence, e com o mesmo terreno todas as
casas, benfeitorias, e edificações nele existentes, e tal
como os houveram eles outorgantes, tudo pelo preço certo e
ajustado de CENTO E CINCOENTA E DOIS CONTOS DE REIS, re -
presentado por um cheque sob o número oitenta mil e duzen -
tos e cinco, sacado nesta data pelo outorgado Estado do -
Rio de Janeiro, contra The Britisk Bank of South America -
Limited, que perante mim tabelião e as referidas testemu -
nhas, o outorgante recebeu do representante do mesmo Esta -
do, o que porto por se, - pelo que eles outorgantes dão
ao outorgado plena, geral e irrevogavel quitação do preço
desta venda e demitem de si, seus herdeiros e sucessores,
toda a posse, domínio, ação e direito que teve sobre os -
imoveis ora vendidos, o que transferem aos outorgados que
de hoje em diante os ficarão possuindo como seus que ficam
sendo por força deste instrumento, havendo-os desde já por
empossados pela cláusula "constituti", prometendo fazer a
tudo o tempo a presente venda boa, firme e valiosa, e a por
os compradores a paz e salvo de toda e qualquer dúvida fu -
tura, sugelando-se ao chamamento à autor e a responde -
rem pela evicção de direito. = E pelos outorgados, em
presença das mesmas testemunhas, me foi dito que a quantia
por quanto são comprados os bens, objetos desta escritura,

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO

Walter Carvalhido (Matrícula 06/1740 - CPF 013 726 887-49)
Tabellão, Escrivão e Oficial do Registro de Títulos e Documentos

Altamiro Rodrigues (Matrícula 06/1741 - CPF 029 139 927-49)
Substituto

Atilio Corrêa (Matrícula 06/1742)

Lecy Lima de Oliveira (Matrícula 06/1743)

Emanuel de C. Pimenta (Matrícula 06/1744)

Benedito Ribeiro Filho (Matrícula 06/1745)

Edson Pereira de Macedo (Matrícula 06/1834)

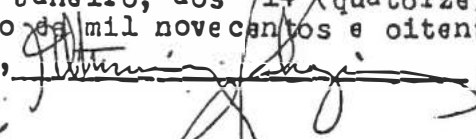
Técnicos - Judiciários Jurementados

= 2 =

Rua São Pedro, 185 - Fone 719-1676 - NITERÓI - ESTADO DO RIO

escritura, é paga pelo estado outorgado na importância de cem contos de reis e pelo outorgado Município de Niterói na de cinquenta e dois contos de reis, ficando os terrenos adquiridos e prédios nele existentes a pertencerem ao Município de Niterói, com exceção apenas dos lotes descritos na planta sob a letra B, sob números I, II, III, IV, V e VI, respectivamente com as áreas de, quatro mil e oitenta metros quadrados, trez mil quatrocentos e vinte e dois metros quadrados, cinco mil cento e noventa e quatro metros quadrados, trez mil quatrocentos e vinte e dois metros quadrados, trez mil quatrocentos e vinte e dois metros quadrados e trez mil seiscentos e vinte e dois metros quadrados, que pertencerão ao Estado outorgado; - obrigando-se porém o Município de Niterói a executar as obras de saneamento do terreno adquirido, aterrando-o, drenando-o, arborizando-o, abrindo avenidas, ruas, colocando-os, digo, ruas, calcando-os, dando-lhes esgotos, água e luz, tudo de acordo com o projeto da Prefeitura de Saneamento e embelezamento da cidade de Niterói. = Disseram mais que, para esclarecimento futuro, a planta sob a letra -B - acima referida, fica também fazendo parte desta escritura, e, para autenticidade, é rubricada pelos outorgados e por mim tabelião. = A referida portaria, expedida pelo doutor Secretário Geral do Estado, e do teor seguinte: = "(Emblema) - Número cento e setenta e cinco. = Gabinete do Secretário Geral do Estado do Rio de Janeiro. = Niterói, vinte e cinco de agosto de mil novecentos e treze. - Autorisovos a assinar a escritura de compra e venda a se lavrar entre o Estado, Município de Niterói e o Coronel Cornélio Jardim, em que este vende o terreno situado nesta cidade, cuja área é limitada por um lado pela rua Marquez de Paraná, por outro pela rua Doutor Celestino, por outro pela rua Visconde de Sepetiba e por outro, finalmente, com a rua Coronel Gomes Machado. = O preço da compra é de cento e cinquenta e dois contos de reis, pagando o Estado cem contos de reis e a Municipalidade cinquenta e dois contos de reis. = Do terreno adquirido caberá ao Estado seis lotes, cujas situações e dimensões estão descritas na planta já em poder dessa Procuradoria, pertencendo o resto da área e prédios nela situados ao Município de Niterói, que se obriga a saneá-lo de acordo com a proposta do Prefeito, digo, proposta da Prefeitura. = Horácio Magalhães Gomes. = Senhor Doutor Procurador Geral da Fazenda. = Procuradoria Geral da Fazenda. = Agosto - Vinte e cinco - mil novecentos e treze. = Número sessenta. - Folhas cento e dezito. Estado do Rio de Janeiro". = Paga de selo proporcional Fiscal a quantia de cento e sessenta e sete mil e duzentos reis pelas estampilhas infra coladas. = A s s i m justos e contratados me pediram lhes lavrasse a presente escritura em minha nota, a qual escrita e por mim sendo-lhes lida e às ditas testemunhas, Alfredo Torres, negociante nesta praça e Francisco Augusto de Figueir. do Junior, empregado no foto, ambos moradores nesta mesma cidade, e chamaram conforme, haviam ajustado e à minuta que me apresentaram, - aceitam e assinam todos perante mim escrevente autorizado

autorizado, servindo de tabelião do quarto ofício, no impedimento do respectivo serventuário vitalício Major Cândido Mathaus de Faria Pardal Júnior, e como seu substituto legal. = Eu, Licério Alves de Brito, escrevente autorizado, servindo de tabelião, que a escrevi e ressalvo a única emenda que diz - "quatro". = Niterói, 25 de agosto de 1913. = (assinados sobre selos federais devidos) - Cornelio Jardim = Cornelio Jardim. - Cândido de Lacerda. = Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior. = Alfredo Torres. = Francisco Augusto de Figueiredo Júnior. " ///

O referido é verdade do que dou fé, nesta cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, aos 14 (quatorze) dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro (1914). = E EU, , Tabelião, subscrevo e assino. =

CARTÓRIO DO 4.º OFÍCIO

WALTER CARVALHIDO

Mat. 06/1740 - CPF. 01372687/48

Tabelião, Escrivão e OFICIAL de REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

ALTAMIRO RODRIGUES SUBSTITUTO

Mat. 06/1741 - CPF. 029130027-49

Rua São Pedro n.º 185

Tel. 719-1676 - Niterói

P.E. 30 - 18

A 2 G 1 P 30 - 18

DEU NÍLIO ESCARVA

USO ATUAL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

INSCRIÇÃO NO LIVRO PATRIMONIAL

PROCESSO

PASTA CORRELATA A P

LOCALIDADE NITERÓI

MUNICÍPIO NITERÓI

DISTRITO

SITUAÇÃO DO IMÓVEL IV. ANARAL PEIXOTO

VALOR ESTIMATIVO ATUAL C\$	ANO	SEGURADO C\$	OBSERVAÇÕES
5.000.000,00		1961	O Ed. foi construido pesterio mente pela importancia de C\$ 737.500,00 .
30.000.000	1965		
50.000.000			
55.000.000	1966		
200.000,00			

NATUREZA DO IMÓVEL: CULTURAL .

TÍTULO DE AQUISIÇÃO: COMPRA E VENDA .

FORMA DO TÍTULO: Escrit. de 25/8/913. Tab. do 4º Of. Niterói Lv. 37, fls. 63 V. Reg. Imov. nº 8.310 . Lv. 3 - N. fls. 440 .

TRANSMITENTE: TEN. CEL. CORNÉLIO JARDIM e sua mulher .

PREÇO DE AQUISIÇÃO: C\$ 50.000,00 .

ONUS

ANEXO 3

Carta de apresentação de Pedro Campofiorito escrita
por E.D. Tessain, datada de 12 de abril de 1914.

OBRAS NOVAS DO ESTADO DO RIO

CABINETE DO ARCHITECTO

Nicheroy, 12 de Abril de 1914

Je soussigné déclare avoir employé
 Monsieur Pedro Campopinto, architecte
 dessinateur, agrégé, pendant un
 an et demi, dans nos bureaux à l'Etat
 de Rio (Nicheroy). Je suis très satisfait de sa collaboration active, honnête
 et diligente, et d'une absolue bonne
 volonté. Je n'ai rien de particulier, que devant
 mon obligation d'aller en Europe remplir
 mes devoirs de citoyen français, et après
 l'avoir chaleureusement recommandé au
 Secrétariat général de l'Etat de Rio, et
 à mes successeurs possibles —

En foi de quoi je en délivre le
 présent certificat.

J. Leprun

architecte Diplôme par l'Etat
 Architecte de l'Etat de Rio

ANEXO 4

Arquivo Público

Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro

Livro n. 29 - 1915, p. 8 - referente ao pagamento do
funcionário Pedro Campofiorito.

QUARTEIS DE MONTEPIO

1º	\$	3º	\$
2º	\$	4º	\$
	\$		\$

Pedro Campos Fiorito

Título de _____ de _____ de 1
 Apostilla de _____ de _____ de 1
 Exercício de _____ de _____ de 1

CONSIGNAÇÕES

VENCIMENTOS ANNUAL MENSAL

Ordenado	\$	\$
Graf. ord.	\$	400,000
add.	\$	\$
	\$	400,000
C. Benef.	\$	\$
	\$	400,000
Desconto	\$	400,000
Liquido	\$	400,000

Set. 9	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito	4000	4000
Set. 8	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Maio 6	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Junho 5	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Junho 6	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Agto 4	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Setembro 6	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Out. 5	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Novembro 6	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Dez. 4	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
1916	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000
Jan. 6	Idem de Firmam	Pedro Campos Fiorito		4000

ANEXO 5

Exposição de Serviços Municipais apresentada à Câmara pelo
Prefeito Feliciano Pires de Abreu Sodré em 3 de novembro de
1911. Rio de Janeiro, Typ. de Jornal do Comércio, 1912.

PREFEITURA DE NICTHEROY



EXPOSIÇÃO

352.68173
17 72 52
1911

DOS

Serviços Municipaes

APRESENTADA Á CAMARA MUNICIPAL

PELO

Prefeito Feliciano Pires de Abreu Sodré Junior

EM NOVEMBRO DE 1911

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA LEUZINGER
1911

Com os recursos do empréstimo converia ainda reconstruir o edificio, onde laborais pelo bem publico, destinando o pavimento terreo á installação do Instituto Historico e Geographico Fluminense, que bem merece pela elevação do seu objectivo o amparo dos poderes municipaes.

E' digna ainda da maxima attenção a homenagem devida ao eminente mestre da democracia Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Tendo a municipalidade adquirido o predio onde nasceu o grande philosopho republicano, resolvi demolil-o devido ao seu pessimo estado, para assim o permitta a nossa situação financeira, levantar uma escola profissional diurna e nocturna, onde possam ser preparados cidadãos para o serviço da Republica, como uma eterna homenagem áquelle que foi em vida um dos seus maiores evangelisadores.

Do apoio do vosso patriotismo e da vossa cultura cívica é digna tambem a idéa de rememorar a figura mais proeminente da propaganda republicana, pelo seu denodo e pelo seu civismo imagem intemerata da propria Republica, o inolvidavel patricio Antonio da Silva Jardim.

E, se Nictheroy tivesse, com o amparo de vosso saber, a energia de vossas resoluções e o altruismo de vossos actos, a felicidade de ver realisado o sonho dourado do seu saneamento, não seria demais que a sua conclusão fosse assignalada, erguendo-se em uma das nossas praças, sobre um bloco de granito, symbolo da nossa inteireza moral, um monumento commemorativo da propaganda da Republica, synthetisada na figura homérica do inesquecivel e ardoroso tribuno fluminense.

Teria assim a capital do Estado, reformada pelo valor de seus filhos, prestado um culto de justiça, ao mesmo tempo em que mostraria, que a marcha avassaladora da civilisação com o seu cortejo de reformas e melhoramentos, componentes da vida intensa de nossos dias, não apagou ainda em nossos corações o culto dos grandes mortos.

Ha dezeseis annos, a um canto da capella do Cemiterio de Maruhy jazia o corpo do bravo defensor desta cidade o General Luiz José da Fonseca Ramos.

ANEXO 6

Discurso proferido pelo jornalista Luiz Antônio Pimentel na AFEA, por ocasião da abertura da campanha "A Praça é do Povo" no dia 1 de setembro de 1987.

DISCURSO DE LUIZ ANTONIO PIMENTEL NA AFEA PELA ABERTURA DA
CAMPANHA "A PRAÇA E DO POVO" EM 1 DE SETEMBRO DE 1987.

"Era um lugar da garotada do Liceu merendar, namorar, contar anedotas, preparar a cola, estudar a lição, enfim o lugar de reunião. E foi indo até que um dia, veio a quartelada do primeiro de abril e foi, como se diz na expressão popular, "um Deus no acuda". Ai, o totem estava mais para tatu do que para papagaio. Não era mais a hora de falar. Era hora de esconder. Ninguém podia protestar."

"Certo dia, os homens chegaram lá com as máquinas e resolveram desmontar o monumento feito por Corrêa Lima, a obra prima de Corrêa Lima! A menina dos olhos do grande escultor que nasceu em São João Marcos, inundada pela represa da Light. Desmontaram o monumento e começaram numa correria vertiginosa a construir um monumento faraônico que seria não mais da destruição, mas da vaia, do achincalhe, do descaso por todo aquele monumento cívico! A única praça cívica que nós tínhamos, umas das poucas praças cívicas do Brasil! Era uma praça dedicada toda ela a esta coisa que o mundo quase inteiro adotou que é a República. E eu preciso descrever o que sobrou desta praça, sobrou a obra viva, o monumento propriamente dito está lá, a República com seu barrete segurando as rédeas que não existem mais, numa biga e um jovem procurando deter os cavalos a galope."

"Bem, fizeram o "esqueleto". Mas, acontece, que nós estávamos ao apagar as luzes da fusão do Estado do Rio com a Guanabara. Ora, fundindo o Estado do Rio com o Estado da Guanabara, mesmo que nós tivéssemos um palácio faraônico como

aquele que foi projetado, este palácio tinha que ser lá do outro lado, "na banda de aquém" mas já que aqui é a "banda de além", para que as coisas ficassem normais porque seria muito desagradável esta travessia da Capital para o outro lado, perdendo tempo... uma coisa descabida, mesmo com um monumento faraônico como eles fizeram. Agora, creio que eles sabiam, de sobeja que a fusão se daria - mais um dia, mais dois, mais dez porque aquilo estava estabelecido. Eles iam fazer a fusão! Como fizeram... E depois, o Palácio da Justiça passou a ser no antigo Estado da Guanabara como o é até hoje.

"Isto aconteceu no governo do Sr. Geremias Mattos Fontes, chamado na época a "zebra de São Gonçalo". O Sr. Geremias de Mattos Fontes naquela visão são-gonçalense do mundo que aqui seria o palácio faraônico para abrigar o fórum. Infelizmente para ele, ou felizmente para nós, não sei, ele não conseguiu fazer o prédio e o governo que se seguiu, o do Sr. Padilha, não colocou uma pedrinha britada e também não colocou uma pá de cal. Ficou aquela ameaça perene. Ficou aquele monstro perene, nos enchendo de ridículo, nos envergonhando perante os brasileiros que vem de outros estados e chegam aqui e dizem: "Mas porque vocês deixaram fazer isso?" Mas é como eu já disse antes. Eu mesmo que sou tão falador, fiquei caladinho. O totem era tatu! Os homens queriam destruir as praças. Os homens queriam destruir as lideranças. Os homens destruíram todas as praças que eles viram, como destruíram a do quartel construindo a rodoviária. Sobrou um pedacinho e fizeram o prédio do "Processamento de Dados".

"Até que chegou a abertura de Figueiredo. Então voltou o

direito de falar, voltou o direito de pedir as coisas justas que todo o cidadão tem direito em qualquer país. O que que se pediu ? Destruam o "esqueleto" ! A praça é do povo, como o céu é do condor".

ANEXO 7

Exemplos de artigos publicados protestando contra o desaparecimento da Praça da República.

Niterói
Amorável

moleção
de Hilda



*De foi a fura
a culpa da*

ZALUAR

E a Praça?

Vai-se pela rua da Conceição, até a igreja. Ao entrar na rua dr. Celestino, algo aparece na paisagem, que lhe é totalmente estranho, como uma colagem na fotografia, algo que está ali, mas não deveria estar, como, aliás, muita coisa neste país. Do lado direito, a igreja com sua escadaria de pagadores de promessas, pintada de azul e branco, ao estilo de uma época barroca. Olhando-se para a esquerda, vem o bloco: circundado por prédios no velho estilo romano, entre a Biblioteca Pública, o antigo edifício do Forum, a Câmara Municipal e o Liceu, que foram um único conjunto arquitetônico, obra do grande Feliciano Sodré, plantou-se um esqueleto sujo e descarnado, inacabado, senhor dos ventos e das chuvas e que abriga coisa nenhuma, a não ser a irresponsabilidade e a falta de planejamento quem o construiu, de quem ainda não o completou ou de quem não deu destino ao que ficou.

Ali existiu uma praça, generosa e acolhedora praça, rodeada de grandes árvores onde, se bem me lembro, havia um monumento à República, uma República que, desde Marechal Deodoro, conseguiu sobreviver ao sopro dos movimentos golpistas. Era a pracinha algo de especial, participava do restante do conjunto e da vida de uma geração que ali curtiu seus momentos de liberdade na praça. Só mesmo um ato violento poderia tê-la violentado como o fez, para em seu lugar plantar um espigão inacabado, desconexo, fora do contexto, um absurdo tão absurdo, que não tem explicação para ninguém, a não ser o oportunismo de um momento de povo amordaçado, para que fosse feito sem um grito de reprovação. Sei que co-

rações sangraram quando a picareta arancou as pedras e o machado derrubou as árvores. Não houve um só elemento do povo que, calado, não deplorasse aquele vandalismo na época.

Em nosso tempo de Liceu, com uniforme cáqui, botões pretos, colarinho e gravata, brincávamos de esperar as aulas ali. Ali acontecia o trote anual dos calouros, obrigados a fazer discursos, às vezes sentados no colo do Marechal. Muitas gerações curtiram aquela pracinha, às vezes lendo livros da Biblioteca Circulante em frente, os romances açucarados da época.

O monstro ainda está lá. Waldenir tem medo de que os ventos o derrubem por cima do prédio da Câmara-Municipal, colocando em recesso o poder legislativo. Rainaldo Beyruth, o presidente da OAB, renova campanha pela solução do problema. O que resta fazer? A quem cabe fazer alguma coisa? Ao Governo do Estado, que foi eleito pelo povão e que está precisando mostrar algum serviço. Desfazer o mal feito, dar última forma, implodir a estrutura já desgastada pelo tempo e devolver a praça ao povo e o povo à praça, apagar o erro, para exemplo dos governos futuros: antes de pensar em demolir o já feito, o belo, o útil, o sensato, o humano, pensar duas vezes, ouvir a opinião do povo, porque a voz do povo sempre foi a voz de Deus.

Ficaria a praça, símbolo de algo que pode ser corrigido, um marco em Niterói do retorno aos bons tempos. Porque todos nós queremos passar algumas horas sentados novamente naqueles bancos de pedra, na praça devolvida ao presente, esquecendo o arbítrio que um dia permitiu que fosse destruída.

Para que o Aurelio...

30/7/83

SETEDIAS

A praça que sumiu

Jeremias Fontes, pastor protestante em São Gonçalo, e Carlos Damásio, foram os homens que magoaram profundamente os niteroienses zelosos de um passado glorioso, arrastando a mais linda Praça do Brasil: a Praça da República que ficava em frente ao Palácio da Justiça atual.

Primitivamente a área era conhecida como Campo Sujo que possuía uma enorme elevação de terra com o nome de Morro da Conceição, ou Morro da Rua Dr. Celestino.

Em volta, truchos alagadiços onde os moradores da cidade descarregavam tudo quanto era lixo tornando-se assim a lixeira extra oficial do município.

Nilo Peçanha e Feliciano Sodré, dois grandes administradores que impressionaram o Brasil pela capacidade de trabalho que demonstraram, comungavam pelo mesmo ideal, isto é, derrubar o Morro da Conceição, sanear o Campo Sujo e construir a Praça dos Três Poderes.

Cada um, em sua época, lutou com afinco para concretizar seu pensamento pois não foram fáceis de transpor os obstáculos que se apresentaram.

Vários anos decorreram na demolição do Morro e parte da terra retirada serviu para esterrar o próprio Campo Sujo, principalmente o lado onde hoje ficam as Ruas Djalma Dutra, Padre Feijó, Marquês de Olinda, metade da Amaral Peixoto, que já se chamou Rua Bernardo de Vasconcelos em seu ponto final, Senador Nabuco e trecho da Rua Diamantina, atual Marquês do Paraná; a segunda parte foi levada para um pedaço da Rua da Praia, agora Visconde do Rio Branco e o restante para o local onde ficam as rampas da Ponte Rio-Niterói.

Mas, o Morro da Conceição "era duro na queda" e ainda restou uma colina atualmente ocupada pelo Centro Educacional, ponto sonhado para o Palácio do Governo.

Antes do final desse longo desmonte foi iniciada a construção dos edifícios do Palácio da Justiça e da Assembleia Legislativa, isto é, dos dois poderes.

O belo estilo arquitetônico do Judiciário foi concebido, segundo memórias do insigne engenheiro Dr. Romeu de Seixas Matos, cujo trabalho comoveu pela beleza de suas páginas, pelo desenhista Inocêncio Nazário de Gouveia Júnior, porém o culto historiador Emmanuel de Macedo Soares diz ser do famoso engenheiro Pedro Campofiorito. Mas o fato que merece atenção é que tal arquitetura está fadada a desaparecer diante da fúria elevadora de engenheiros que desconhecem a tradição da antiga Capital e a cultura de seus monumentos.

Nessa altura o local já recebera o nome de Praça Pedro II e começaram a levantar os edifícios da Chefatura de Polícia e da Escola Normal, a mais antiga do Brasil e, posteriormente, transformada em Liceu Nilo Peçanha.

A seguir, Feliciano Sodré, na impossibilidade de construir ali o Palácio do Governo, o terceiro poder, idealizou o monumento orgulho da cidade: "O Triunfo da República", obra de inextinguível valor, de autoria do renomado

Cartas



e magnífico artista o Professor Correia Lima, diretor da Escola Nacional de Belas Artes, que esculpiu em bronze um pequeno carro (chamado de biga pelos romanos) puxado por dois fogosos cavalos, dirigido por linda mulher com o berrete frigio que simbolizava a República, tudo em tamanho natural.

Circundando o monumento, sobre pedestais de granito, as figuras de Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, que morreu tragado pelo Vesúvio, e Benjamin Constant, que alguns autores dizem ser niteroiense mas o poeta, jornalista, inigualável e excelente historiador Emmanuel de Macedo Soares contou ser de Macaé.

Placas de bronze explicavam o papel desses grandes fluminenses na porfia pela implantação da Democracia em nosso país mais tarde estrangulada por Getúlio em 1930 e por Castelo Branco em 1964.

Situavam-se, pelos lados, outras placas com o nome dos municípios cujos prefeitos colaboraram financeiramente para a construção da memorável obra que continha também punhados de terra trazida das cidades ali citadas.

Finalmente, em 1927 foi inaugurada por Sodré que, antes de batizá-la, retirou a denominação de Praça Pedro II e a colocou no Jardim da Catedral de São João Batista, que até ali era a Praça da República, em virtude de, antigamente, no Jardim de São João ficarem os "Quatro Poderes", o Palácio do Governo, a Câmara, a Igreja e a Imprensa.

A Praça destruída era toda arborizada, com bancos de pedra, gramados e numerosos arbustos, sendo ponto de reunião da mocidade, que frequentava o Liceu, hoje magnificamente dirigido pela ex-aluna e notável educadora Maria Ivone Valadares Silva do Amaral.

Ali os alunos se preparavam para a matéria do dia, namoravam, fofocavam, brigavam e as horas antes e depois das aulas decorriam num ambiente de alegria incontida.

Os professores paravam e conversavam descontraidamente com seus alunos, repetiam os assuntos de aula e ouvíam as eternas queixas contra as notas obtidas.

A Praça foi um pedaço emocionante da vida de crianças de meninos-moços e de rapazes.

Só mesmo homens insensíveis poderiam agradir e destruir a tradição da juventude de uma cidade além do simbolismo que a Praça representava para os nossos brios de fluminenses.

E, para finalizar direi que, por coincidência, o antigo Campo Sujo, hoje um bairro agradável, foi escolhido para Redação do Semanário que há seis anos vem ampolgando todas as camadas sociais de nossa cidade, SETEDIAS, sob a orientação dos consagrados jornalistas e especialistas em publicidade Milton Rocha e Mauro Costa, possuindo uma plêiade de redatores do melhor gabarito em nosso meio de imprensa.

Paulo L. Fernandes (Niterói)

Ex-aluno
Tupuna 1935

ANEXO 8

Processo n. E-03-18213/78 encaminhado ao INEPC solicitando e sendo autorizado o tombamento da Praça da República e três de seus prédios e Bens Tutelados os demais. Publicação em D.O. de 17.12.83 confirmando a decisão de 14 de julho de 1982.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
CÂMARA DE PATRIMÔNIO

Proc. nº E-03/8213/78
Data - 13/06/78 fl. 6.
F. H. S. J. L. - 17.5364

INDICAÇÃO Nº 25/78

"Propõe o tombamento da Praça da República em Niterói".

JUSTIFICATIVA:

Não seria eu, batalhador incansável de tantas lutas e por tantos anos, na defesa dos bens culturais e de criação natural ou agenciados pela criatura humana, que iria pedir a demolição do prédio onde funcionou o antigo Tribunal de Justiça do Estado, que se ajusta harmoniosamente à Praça da República e ao conjunto arquitetônico que, com ele foi erigido pelas primeiras gerações republicanas do Estado do Rio.

Não seria eu, precisamente, eu, quem tão duramente crítica o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela pouca atenção para com a arquitetura das diversas épocas republicanas, que iria pedir a demolição do antigo Tribunal de Justiça do Estado.

Ao fazer esta profissão de fé, em favor da política maciça de preservação dos testemunhos culturais dos diversos momentos da República, através do instituto do tombamento, apelo aos ilustres confrades deste Conselho, às autoridades de todos os níveis, ao povo, aos estudantes, à imprensa de todos os municípios do Estado, para que, além de seus monumentos, praças, casas, fazendas, estradas e calçamentos, conservem também em sua originalidade, as estações das estradas de ferro, dos antigos Correios e Telégrafos, os edifícios dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. São todos, monumentos culturais de propriedade de todas as gerações: das que os ergueram, das seguintes que os conservaram e das vindouras. Nenhuma geração tem o direito de privar as que se sucederão, dos bens culturais que receberam. Eles são patrimônio a um tempo, das unidades onde se erguem, dos municípios, dos estados, da nação, da humanidade e de todas as gerações.

As atuais gerações não têm o direito, a título nenhum, de se constituírem em carrasco de bens culturais.

Vale aqui reproduzir o justo e oportuno juízo do Conde das Galveias, Vice-Rei do Brasil, quando, em 1742, apreciou o pedido do Governador de Pernambuco, que requeria a destruição do Palácio das Duas Torres, edificado pelo Conde de Nassau. Para construir um quartel. Dissê ele ser "coisa indigna que se saiba que, por

um preço tão vil, nos expomos a que se sepulte na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação."

A Câmara de Patrimônio,

Considerando o alto significado cultural da Praça da República, na cidade de Niterói;

Considerando que não deve ser rompida a escala existente entre a praça e os indivíduos arquitetônicos que, com ela, foram erigidos: antiga Assembleia Legislativa, atual Câmara dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, antigo Tribunal de Justiça do Estado do Rio, atual Forum de Niterói, Biblioteca Estadual e Monumento à República;

Considerando que a praça e seus indivíduos arquitetônicos, monumentais ao tempo de sua construção, são bens culturais representativos dos primeiros decênios do período republicano;

Considerando o valor simbólico do Monumento à República, trabalho do escultor Correia Lima, que existia na praça, antes da construção do espigão que a degrada;

Considerando que o referido monumento, para consagrar a unidade estadual, reuniu terra de todos os municípios fluminenses,

Faz a seguinte

Indicação:

propõe, ouvido o Plenário, que a Praça da República, na cidade de Niterói, ex-Capital do Estado do Rio de Janeiro, com os seguintes bens culturais: antiga Assembleia Legislativa, antigo Tribunal de Justiça, Biblioteca Estadual e Monumento à República; com as respectivas árvores e jardins, seja tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, obedecendo o ato de tombamento ao projeto primitivo da Praça e providenciando aquele Instituto:

1. demolição da construção que, injustificadamente, começou a ser erigida no meio daquela praça, logradouro de uso comum do povo;
2. restauração da praça e dos referidos prédios, principalmente do em que, atualmente, funciona o Forum.

(a) Cons. Marcello de Ipanema

Relator

Aprovada na Câmara de Patrimônio, em 31 de maio de 1978.

Proc. no. E-03/18273/
Data 13/06/78. fl. 0.
175364

(aa) Cons. Edson Motta - Presidente

Cons. Marcello de Ipanema - Vice-Presidente e Relator

Cons. Ary Vasconcelos

Cons. José Cândido de Carvalho

Cons. Paulo de Almeida Campos

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO:

A presente Indicação é aprovada por unanimidade.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1978.

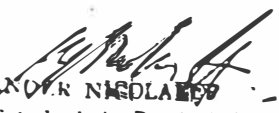
(a) José Cândido de Carvalho

Presidente do Conselho Estadual de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	E-03, 18213, 78
Data	13, 06, 78 fls. 14
Rubrica	133356

A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico para informar sobre o valor histórico e artístico dos imóveis relacionados na matrícula nº 25/78 do específico Conselho Estadual de Cultura e que compõem a ambientação da Praça da República em Curitiba -

Curitiba, em 12/12/1978


 ALEXANDRE NICOLAU
 Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
 Diretor mat. 174.561

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 5.03, 18 213, 78

Data 13, 06, 78 fls. 15

Rubrica ASZ 12.7.78

Senhor Diretor:

Em anexo:

- 1) Informações elaboradas por Luiz Antonio Ewbank, em regime de prestação de serviços, para atender à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, acerca dos seguintes bens: Camara Municipal, Forum e Biblioteca Municipal de Niterói;
- 2) Fotos: Forum, Biblioteca Pública e Camara Municipal de Niterói.

Em 14.03.79



RACHEL ESTHER FIGUEIRA SISSON
Diretora de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico S.D.A.S.
Matr. 152.139

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL			
Processo N.º	E-03, 18213, 78		
Data	13	6	78 fls. 36
Rubrica	113338-9		

Ao INEPAC,

Face às informações contidas no processo e ao meu conhecimento pessoal do sítio e das aspirações mais representativas da comunidade de Niterói, estou convencido de que o tombamento é necessário.

Em 2 de julho de 1979.

Italo Campo Fiorito

ITALO CAMPOFIORITO

Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO
PRESIDENTE - PROFESSOR DOUTOR ARNALDO NISKIER
VICE-PRESIDENTE - DOUTOR JOÃO RUY NOGUEIRA MEDEIROS
SECRETÁRIO - ARQUITETO ITALO COMPOFIORITO

Processo nº 03/18213, de 13 de junho de 1978, originado do Conselho Estadual de Cultura, em virtude da Indicação nº 25/78

Parecer e Voto do Representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Conselho

O presente processo, originado da Indicação 25/78 do Conselho Estadual de Cultura, pede o tombamento da Praça da República, em Niterói, e dos seguintes bens:

- Câmara dos Vereadores, ex-Assembléia Legislativa do ex-Estado do Rio de Janeiro
- Forum de Niterói, ex-Tribunal de Justiça do ex-Estado do Rio de Janeiro
- Biblioteca Estadual
- Monumento à República (fls. 3)

1 - HISTÓRICO

Secciono o Histórico nas seguintes partes:

1.1 - Inconformidade dos niteroienses e fluminenses com a destruição da Praça da República

As vozes mais autorizadas na área da cultura, associadas à do novo, movimentaram os órgãos de informação do Estado contra o apagamento do sítio histórico, Praça da República, processo iniciado com o desmonte do monumento à República, extermínio do jardim que o envolvia e imediata construção de edificação de 15 andares no espaço que ocupava o monumento.

Os protestos de todos os níveis, veiculados pelos órgãos de comunicação, não pararam até hoje. De quanto em vez, por este ou aquele motivo, voltam os reclamos contra a degradação do Centro Cívico de Niterói e do ex-Estado, integrados na Praça da República, com seu monumento aos fundadores do regime instaurado a 15 de Novembro de 1889, e constituição dos prédios:

- do Poder Legislativo
- do Poder Judiciário
- da Secretaria de Segurança
- do Liceu Nilo Peçanha
- da Biblioteca Estadual

Dentre estas vozes, decline-se a do Professor Paulo de Almeida Campos, que foi Presidente do Conselho de Cultura do ex-Estado e integrou, de 1975 a 1979, o Colegiado de Cultura após a Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Permanentemente, este conceituado professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e do quadro docente do Estado, atual titular da Academia Brasileira de Educação, no Conselho Estadual de Cultura, da Fusão, transmitia a seus confrades, nas reuniões de Câmara e Plenárias, sua inconformidade e a má-gua que fazia sofrer o sentimento dos niteroienses e fluminenses, com a destruição daquele bem, indicador seguro do destino arquitetado para os prédios que o circundavam.

A estas vozes associou-se o Conselho Estadual de Cultura e a elas me incorporei. Assim pois, o autor intelectual da proposta de tombamento é o interprete do sentir fluminense, o ilustre professor Paulo de Almeida Campos.

1.2 - Valor cultural dos prédios

As 5 (cinco) edificações relacionadas no item anterior estão todas carregadas de cultura. Disto, neste Colegiado, estaria dispensado de proclamar, contudo, apesar de propriedade do Poder Público Estadual, se torna imperioso em tais processos a afirmativa. Quanto ao prédio do Fórum de Niterói, escuso-me de fazê-lo, porque acosto ao presente, pronunciamento recente sobre ele no Conselho Estadual de Cultura.

Tome-se, por exemplo, o prédio da Biblioteca, último na Praça a ser construído. Abriga ele, além de importante acervo bibliográfico, acervo documental - o Arquivo do Estado - e a Academia Fluminense de Letras. Esta ilustre confraria congregou as mais altas manifestações culturais do ex-Estado. O registro, Senhores Conselheiros, poderia parecer bisóhno para outro público, todavia, como conheço e convivo com as gentes de lá e de Niterói, sei avaliar o querer deles - e que de há muito fiz meus - sobre seus bens. A Academia Fluminense de Letras foi e continua a ser pólo inestimável de cultura.

Nas demais construções, a densidade cultural corre paralela às do Fórum e da Biblioteca.

1.3 - Identificação dos indivíduos arquitetônicos da Praça e de seu criador

O Centro Cívico do ex-Estado do Rio, em Niterói, a Praça da República, constituía com os indivíduos arquitetônicos referenciados, conjunto singular e particularmente agradável. Sentiam-se bem as pessoas que o frequentavam, Pena é que, com o rolar do tempo, as administrações locais o foram amesquinhando, com as famigeradas licenças para construção dos abomináveis espigões.

Os indivíduos arquitetônicos da Praça harmonizavam-se com a escala das criaturas, daí, a atração e o bem-estar que eles exerciam nas pessoas.

Esta coisa simples e agradável, que foi e continua a ser o Centro Cívico, apesar da monumentalidade em seu tempo, que não agride e nem esmaga os seres - nisto sua importância e seu valor - é criação, projeto e execução do engenheiro italiano Pedro Campofiorito, pai do extraordinário artista Quirino Campofiorito e avô do nosso querido colega Ilalo Campofiorito.

1.4 - O valor artístico e simbólico da Praça

A Praça da República, por seu monumento e pelos edifícios que a circundavam, foi corretamente chamada de Centro Cívico do Estado e da cidade de Niterói. O singelo jardim que ornava o austero monumento de consagração à República, porém agradável - bem me recordo - exercia forte atração sobre quem dele se aproximava.

O autor do monumento, o escultor José Otávio Correia Lima, é personagem inamovível do panteon fluminense. Niterói consagrou-o definitivamente.

Mas, ao valor artístico, há que se recapitular seu valor simbólico. Ele foi erigido sobre porção de terra de cada município fluminense e sua inauguração representou momento pinacular do antigo Estado do Rio.

Semelhante proceder raia à sublimidade, senão de veneração, pelo menos de respeito.

Tenho como inextinguível ofensa a retirada do monumento à República da sua Praça e o descaso dado a seus elementos constitutivos.

São injustificáveis as decisões que desrespeitam as manifestações cívicas do povo.

Esta é uma.

A restauração do monumento, no mesmo local, com o simbolismo integrador das porções de terra dos municípios do Estado é o mínimo a que estamos obrigados, para com as gerações que o erigiram e as que o conservaram até o fatídico e malsão desmonte.

2 - VOTO DO RELATOR

Considerando o valor cultural e cívico

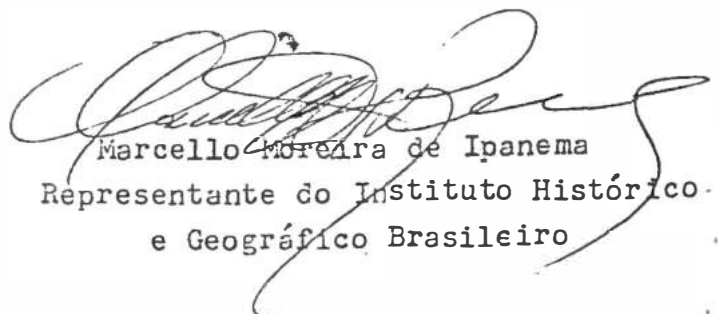
- da Praça da República
- da Câmara Municipal, prédio da ex-Assembléia Legislativa
- do Forum de Niterói
- da Biblioteca Estadual,

Voto pelo tombamento dos mesmos e das peças de bronze e cantaria do monumento, e indico que a medida protetora de tutela al cance os seguintes prédios:

- ex-Secretaria de Segurança
- Liceu Nilo Peçanha
- Teatro Leopoldo Fróis

bem como, seja ela, impeditiva de construções no entorno, que conspurquem, degradem ou, por qualquer forma - volume, tipo etc -, violentem os bens ora protegidos.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1982



Marcello Moreira de Ipanema
Representante do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro

fls 57
Egl

LIG - Domingo, 18 de junho de 1978.

Registro

Documento histórico sobre a Praça da República

Niterói, 25 de dezembro de 1969
Exm.º Sr. Marechal Dr. Raul de Albuquerque
Digníssimo Presidente da Comissão de Planejamento da Grande Niterói.

abastecia d'água este lugar e nos vinte meses que aqui serviu ligou seu nome a tudo que Niterói tem de belo e bem planejado.

Sem outro título que o de um ligeiro ponto de contato na trajetória de nossas vidas em tempos idos, tomo a liberdade de pedir a esclarecida atenção de V. Excia. para um fato de grande importância para a nossa vida invicta cidade.

Sobre as brancas areias destas formosas praias, lançou ele os fundamentos da nossa belíssima cidade. Suas mãos alinharam e mediram ruas e praças. Edificou quase inteiramente o edifício da Câmara Municipal e Cadeia, e a Capela que outrora foi matriz, e que hoje... já não existem! E por que? Porque nos velabros só existem tradições comerciais.

Trata-se da possibilidade de desaparecimento da Praça da República — uma das mais belas praças desta capital —, onde se pretende construir o novo edifício do Fórum, transferindo-se depois o Monumento da República para o local onde atualmente existe o Palácio da Justiça, que, por certo, também desaparecerá.

A capela que outrora foi matriz, desaparecida antes de dezembro de 1954, eu não faço a menor ideia, porém não acho justa essa profanação porque os antigos gregos não desprezavam a informe deusa tutelar de Atenas, o misterioso palácio, mesmo no tempo em que Ictino e Péricles procuravam fazer da Acrópole uma das maravilhas do mundo.

Não ignora V. Excelência que em Niterói o amor à tradição não tem sido fielmente observada, tanto assim que do histórico Largo do Chalariz, primeiro centro urbano da cidade, do tempo do bravo cacique tupinimim o Ararigóia — não existe agora o menor vestígio.

Quanto ao Palácio de D. João VI cheguei a vê-lo em 1903, antes de ser demolido e o edifício da Câmara Municipal e Cadeia da Vila Real da Praia Grande, demolido em 1913, eu tenho dele uma fotografia e dados históricos.

No morro de São Lourenço não existe uma árvore contemporânea daquele grande índio, que, no dizer de Simão de Vasconcellos: "com tão boa opinião de soldado se tornou o assombro do inimigo".

Ambos, se tivessem sido conservados, além da reliquia histórica que representavam estariam prestando bons serviços, em vista da falta de prédios para museus, escolas, bibliotecas.

A "Bica dos Cablocos" — célula embrionária e primordial das captações d'água em Niterói, que abasteceu o pequeno núcleo de aborígenes cristianizados e aldeados no morro de São Lourenço sob a chefia do bravo Tuxuana Ararigóia, não foi até hoje tombada como reliquia histórica, apesar das minhas solicitações a este respeito às autoridades competentes.

Em Niterói, como em toda parte, os galhos de uma árvore seca, sabem todos uma curiosa história contada por algum herói anônimo; também a sabem o tronco escolado, os ossos de um morto, as cruzes das campas e as ruínas de um templo derrocado.

O Largo da Conceição — onde existiu a desaparecida lante citada pelo Desembargador Dr. Joaquim José de Queiroz, na justificativa apresentada para escolha do local para instalação da Vila Real da Praia Grande em 1819 — foi ocupada pelo edifício das Secretarias.

Ao lado da praça ameaçada de desaparecimento com ela fazendo face, existe ainda uma grande área de terreno desocupado, remanescente do Morro Dr. Celestino, que fora reservada para nela se construir o palácio do Governo do Estado, conforme plano do Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré Junior, que não teve a merecida continuidade.

Na praça Dr. Azevedo Cruz, construíram os barrações do Almoarifado da Prefeitura e o Palácio de D. João VI, já quase em ruínas, foi demolido em 1944, para loteamento do terreno.

Se houvessem construído naquele terreno o Palácio do Governo, a praça da República poderia ter sido chamada, há muito tempo, de praça dos três poderes — como se fez em Brasília, porque em duas de suas faces já existem o Palácio da Justiça e o edifício da Assembleia Legislativa e assim teria ela sido integrada nos objetivos do seu genial idealizador.

O Campo de D. Helena, local onde D. João VI assistiu com sua família ao desfile de suas tropas — na parte da Praça Santo Alexandre, também chamada Largo do Capim, (lugar onde instalaram o pelourinho, símbolo da independência municipal na criação da Vila Real da Praia Grande, em 1819), existe agora o edifício da Prefeitura Municipal de Niterói.

O Dr. Feliciano Sodré, na sua gloriosa passagem pela Prefeitura Municipal de Niterói — trouxe uma estirpe nobre de engenheiros civis e militares, uma pleiade notável de técnicos sobre vários assuntos que estudavam os problemas municipais com uma supervisão notável, sem ferir o amor à tradição e dentro da máxima economia e desse maravilhoso "Olimpo" tive a honra de participar embora na simples condição de "pérgaso", pois o insignificante cargo que eu ocupava nessa época memorável era o de modesto topógrafo, de onde mais tarde galguei cargos mais elevados, aposentando-me com mais de sessenta anos de serviço público.

O Largo da Imperatriz, também chamado — Largo do Quartel, e, posteriormente, praça General Fonseca Ramos, porque nesse local travou-se a fase final do encarniçado combate de 9 de fevereiro de 1894, que consagrou a nossa cidade com o título "de cidade invicta", agora está ocupado, pela Estação Rodoviária, pelo Edifício do Cérebro Eletrônico, isto é, pelo centro de processamento de dados e pelo futuro edifício do Banco do Estado.

Também na fulgurante passagem pela presidência do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Feliciano Sodré deixou um profundo, sulco luminoso que permanecerá no vasto oceano do tempo e da história.

Quando a invasão francesa fez surgir em Portugal o Corpo de Acadêmicos, comandado por José Bonifácio de Andrade e Silva, José Clemente Pereira foi um dos soldados voluntários alistados naquela nobre legião. A sua audácia e coragem o elevaram logo ao posto de Capitão e a comandar uma dessas querubilhas de tão fual recordação para as armas francesas. Fez parte do exército anelo luso sob as ordens do General Wellington, invadido a Espanha e pisou o território francês.

Havendo em Niterói, abundância de terrenos vagos e novas possibilidades de obtê-los através de aterros e acrecidos de Marinha, e atendendo-se à falta de praças, talvez fosse possível prestar-se uma merecida homenagem ao Poder Judiciário criando-se uma nova praça privativa neste sentido, em local passível de ser obtido sem ferir a susceptibilidades respeitáveis.

Passados os dias de Waterloo, com o advento da paz na Europa, o mundo preparava-se para encurtar o tempo e o espaço, fazendo das hélices e da locomotiva os novos apóstolos da confraternidade dos homens e assim, já no Brasil, começaram então os longos, importantes e nunca interrompidos serviços prestados por José Clemente Pereira à nova pátria que adentrava com amor e entusiasmo.

Situado já no vertiginoso ramo descendente da trajetória da vida mas estimulado pelo amor à tradição, o respeito e veneração à causa pública, dirijo-me a Vossa Excelência na esperança de conseguir um meio de conciliar os excessos iconoclastas da mentalidade espacial com o venerável respeito à tradição observado em todo universo, sem prejudicar o necessário progresso da cidade, subscrivendo-me atentamente

Empoado em agosto de 1819 como primeiro Juiz de Fora, José Clemente Pereira foi o criador e edificador da Vila Real da Praia Grande. Com o produto de subsídios em que

NO FLUMINENSE -

17.18/12/78

Pág. 1

AS ESTÁTUAS DESONRADAS

Estado não tira heróis republicanos do lixo da favela



QUINTINO, SILVA JARDIM E BENJAMIN CONSTANT ESTÃO JOGADOS NO LIXO

O conjunto de esculturas que compunha a Praça da República, em Niterói, permanece tirado como lixo num terreno baldio junto à Favela Maveroy, depois de ter sido removido de um depósito provisório a pedido do Governo do Estado. São estátuas dos próceres republicanos Benjamin Constant, Silva Jardim e Quintino Bocayuva, além de monumentos equestres, uma biga romana, a imagem da República e cadeiras, tudo em bronze e de alto valor artístico. Segundo o Secretário Municipal do Governo, o vilipêndio à memória histórica do Estado, cometido há 10 anos, permanece por culpa do Governador, que não atende a reiterados apelos da Prefeitura.

Reportagem na pág. 3 e crônica de Pinheiro Júnior na pág. 2 do suplemento Encontro/Mulher.

E-03/18 2131/78

E-03/18 213/78

fls 60
EJC

E-03/18 2/31;
E03/18 2/3/28
ps: 6
4

Estado do Rio de Janeiro, domingo, 17 e segunda-feira, 18 de dezembro de 1978

A CIDADE

Atentado

Pág. 3

Monumentos da República estão no lixo

Menos de uma semana depois de transferidas do galpão da Rua Manuel de Abreu, onde se encontravam guardadas há dez anos, e levadas para um terreno da Prefeitura de Niterói, ao lado da Favela do Maveroy, as onze peças que compunham a demolida Praça da República foram removidas, novamente, e agora estão amontoadas nas dependências do Almoarifado Geral do Governo Municipal, na Ponta d'Areia. *Pág. 3*

O Secretário Municipal do Governo, Aldio Leite, garante que "as onze artísticas peças de bronze agora só sairão do Almoarifado quando a Praça da República for restaurada". Lamentou que o Governador Faria Lima até o momento não tenha respondido a nenhum dos vários ofícios do Prefeito Moreira Franco pedindo a demolição do esqueleto do prédio do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio para a restauração da Praça da República. Garantiu, ainda, que uma vez liberada a área pelo Governo do Estado, a Prefeitura assume o compromisso de devolver a Praça, "tal como ela era, antes de ser demolida, um crime que se praticou contra a cultura e Niterói". *17 e 18/12/78*

No Governo Geremias Fontes, a Praça da República (em frente ao Liceu Nilo Peçanha) foi demolida para, em seu lugar, construir o prédio do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio. As obras inacabadas estão condenadas e atualmente o esqueleto é utilizado por um ex-combatente como estacionamento rotativo de carros. Segundo se afirma, a autorização no ex-combatente foi dada pelo diretor do Fórum de Niterói, de quem é parente. **O FLUMINENSE**

Com a fusão e a condenação do esqueleto (que ameaça desabar) pelos técnicos da Emop, a Prefeitura de Niterói iniciou articulações junto ao Governo do Estado para a devolução da área, de modo que a antiga Praça da República, uma das mais importantes que existiam em Niterói, possa ser restaurada. O Governo do Estado, ainda não se pronunciou sobre nenhum dos ofícios enviados pelo Prefeito Moreira Franco, "num procedimento político, porque Niterói é Governada por um Prefeito do MDB". Com a demolição da Praça as onze artísticas peças de bronze foram jogadas em um terreno baldio na Rua Manuel de Abreu, perto do Teatro Leopoldo Fróes. Um guardador de automóveis que trabalha na Rua Manuel de Abreu, tomou a iniciativa de construir um galpão de madeira para abrigar as estátuas e impedir que elas fossem destruídas pelos vândalos. Durante dez anos as peças ficaram neste galpão, até que, semana passada, a Prefeitura de Niterói ("em comum acordo com o Governo do Estado", segundo o Secretário Municipal de Governo, Aldio Leite) transferiu-as para um terreno ao lado da Favela da Maveroy. Neste terreno elas ficaram alguns dias, "para serem limpas e catalogadas", e depois transferidas para o Almoarifado da Prefeitura, "de onde agora só sairão para o seu antigo local, isto é, a Praça da República", segundo garante Aldio Leite.

23/10/213/7
p. 65
ajl.



17.10/12/78 **A maldição dos santos** 18

Esta semana tive um contato imediato com aquelas fontes chamadas fidedignas. E fiquei sabendo de uma reunião no céu. Reunião que não pretendeu ser secreta. Se ficou assim foi por insensibilidade ou incompetência generalizada. Aliás, esses dois qualificativos tão em moda foram largamente usados pelos participantes da reunião, três santos republicanos muito conhecidos, venerados e estudiosos:

1. São Benjamin (Constant Botelho de Magalhães);
 2. São Quintino (Bocayuva);
 3. E Santo Antônio (da Silva Jardim).
- Soube também que uma legião de anjos e arcanjos, querubins e serafins, assistiu ao encontro dos santos-próceres da República Brasileira. Alguns por curiosidade ou desfastio, como São Robespierre, São Danton, São Marat e os Arcanjos Voltaire e Joaquim (José da Silva Xavier). Outros diretamente interessados no assunto, como São Deodoro, São Floriano, São Rui (Barbosa) e Santo Antônio (de Castro Alvès); chegaram a fazer intervenções de apoio e estímulo. Mas a conversa foi mesmo entre São Benjamin, São Quintino e Santo Antônio (da Silva Jardim):

— Os mortais estão passando dos limites — começou São Benjamin, sjeitando o lorgnon no nariz.

— Realmente — concordou São Quintino, de pena de pato em punho, mais por hábito de escrever do que por necessidade presente.

— E vocês já pensaram numa punição adequada para essa gente? — objetivou Santo Antônio.

Foi aí que São Rui fez uma intervenção:
— Mas eles têm leis...

— Leis que não respeitam, posturas que fazem para os outros — emendou logo São Floriano.

São Benjamin continuou:

— Ninguém fez nada para ser adorado. Longe de nós esta pretensão. Mas já que o Serafim Feliciano mandou construir a praça-monumento, teria no mínimo que haver respeito pela obra notoriamente de bom gosto e de sentido, vamos dizer, educativo para as novas gerações. Por que, assim, chegará o dia em que ninguém, mas ninguém mesmo, saberá naquele Estado agora fundido que três filhos seus lutaram pela República, fizeram a República e estão na História do Brasil.

— Mas o crime começou antes da fusão, quando tiraram nossas imagens dos pedestais para iniciar um monstrengo a quem deram o pretencioso nome de Palácio da Justiça...

São Quintino foi então interrompido por Santo Antônio:

— Nesta hora foi que nos descuidamos. Porque deveríamos ter encomendado um bom raio a São Pedro. Um raio certo na cabeça

daquele rapaz de São Gonçalo, como é mesmo o nome dele?

— O Geremias — acudiu o Querubim Roberto.

— E. Isso mesmo — continuou Santo Antônio — Devidamente atingido em sua parte mais fraco, ele poderia ter recobrado a razão e deixado a Praça da República em paz, cuidando de outros problemas realmente importantes.

— Bom — voltou São Quintino — Mas agora a situação ficou grave. Diria mesmo que está à beira do irremediável, pois as esculturas foram atiradas como lixo num terreno baldio.

— O que fazer então? — questionou São Benjamin.

— Eu proponho a intervenção de São Deodoro, que foi o primeiro Presidente...

— E é militar... — ironizou São Rui.

— E enviaria uma espécie de ultimato ao Almirante que está governando agora a Província unificada.

— Que ultimato?

— Algo como São Floriano gostava: arranje uma praça nova para os monumentos da República fluminense! Arranje, nem que seja no aterro do tal também inacabado Projeto Praia Grande. E coloque lá, decentemente, em meio a um jardim de Fábio Ineco, as reliquias que as crianças principalmente gostarão de ver e perguntar: quem foi aquele discursando e aqueles dois sentados meditando?... O que é que vocês acham?

— A menos que joguem logo abaixo o esqueleto do pseudo-palácio... — aventou Santo Antônio.

— Ah! — discordou São Quintino — Isso ainda vai levar anos e anos. Até lá aparece um Raimundo arrependido e manda prosseguir com a obra, mesmo apodrecida pelas incompetências anteriores.

— Então, vamos ao ultimato? — reforçou São Benjamin.

Soube, pelas tais fontes fidedignas, que o ultimato foi aprovado. Mas não consegui descobrir como será enviado à Terra. Ou, mais precisamente, ao Palácio das Laranjeiras. Só sei que com Santo republicano não se brinca nem se joga no lixo. E quem tem cabeça de culpado, mesmo por simples omissão, é bom que saia de baixo. Ou trate, correndo, de reparar o pecado.

Como pista da maldição que vem por aí, se deixarem os santos republicanos no lixo da favela Maveroy, soube finalmente que a tal reunião no céu foi encerrada por Santo Antônio (de Castro Alves). Atentam para os versos declamados:

— Teus palácios majestosos,
Teus senhores dissolutos.
Pelo vício já corruptos,
Hão de cair fulminados!

O FLUMINENSE Niterói, 17 de 10 - 12 - 78 - Pá. 18

opinião (pobre o tombamento)

SERVICO PÚBLICO ESTADUAL			
Processo N.º	E-03,	18213,	78
Data	13	6	78 fls. 36
Rubrica	113338-9		

Ao INEPAC,

Face às informações contidas no processo e ao meu conhecimento pessoal do sítio e das aspirações mais representativas da comunidade de Niterói, estou convencido de que o tombamento é necessário.

Em 2 de julho de 1979.

Italo Campos

ITALO CAMPOFICRITO

Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico

A Praça foi tombada pelo INEPAC (Inst. Estadual do Patrimônio Cultural) em 1982 - Tombamento que alcançou o Palácio

E-03/18213/7
fls. 5
ETAL

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	E-03 / 18213 / 7
Data	13 / 06 / 78 fls. 32
Rubrica	✓ 1133308-9

Ao Diretor-Geral do Departamento de Cultura, solicitando seja este processo encaminhado ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, cumpridas as determinações do despacho de fls.32 deste processo, relativas ao pronunciamento deste Instituto face ao tombamento da Praça da República em Niterói.

Em 5 de julho de 1979.

Italo Campos

ITALO CAMPOFIORITO

PI MANUEL DIÉGUES JÚNIOR
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Diretor - Mat. 178076-6

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
PROTOCCLO

entrada saída em 6 / 07 / 1979

✓

CAD - Protocolo	
Entrada <input checked="" type="checkbox"/>	Saída <input type="checkbox"/>
Em 06 / 07 / 1979	

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	E-03 / 18 213 / 78
Data	13 / 06 / 78 fls. 63
Rubrica	<i>CP</i>

Senhor Secretário,

Nos termos do inciso IV do artigo 5º do Decreto nº 5.808, de 13.07.82, encaminhamos a Vossa Excelência o parecer deste Conselho, aprovado por unanimidade em sua 24a. sessão, realizada em 19 de outubro do corrente ano, que conclui:

- Opina favoravelmente, conforme relatório às fls. 48 a 51, pelo tombamento definitivo do Palácio da Câmara de Vereadores, do Fórum, da Biblioteca Estadual e de todas as peças de bronze e cantaria do Monumento à República, bens imóveis que integram a Praça da República, no Município de Niterói;

- Também opina favoravelmente quanto à proteção da ambiência comum a esses monumentos, identificando como bens tutelados o edifício que foi Sede da Secretaria de Segurança do antigo Estado do Rio de Janeiro, o Liceu Nilo Peçanha e o Teatro Leopoldo Fróes.

Em 25 de outubro de 1982.

João Ruy Nogueira Medeiros
JOAO RUY NOGUEIRA MEDEIROS
Vice-Presidente do
Conselho Estadual de Tombamento

GABINETE DO SECRETÁRIO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº E-03/18.213/78,

Determina, nos termos do artigo 5º, inciso V, da letra a, e seu parágrafo 2º, do Decreto 5.808, de 13 de julho de 1982, publicado no D.O. de 14 de julho de 1982, e na conformidade do parecer do Conselho Estadual de Tombamento, autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, conforme ato de 03/12/82 o tombamento definitivo do Pãã-cio da Cãã-mara de Vereadores, do Forum, da Biblioteca Estadual e de todas as peças de bronze e cantaria do Monumento à República, bens imóveis que integram a Fraça da República, no Município de Niterói.

Para a proteção da ambientação onde se encontram os imóveis tombados, ficam identificados como bens tu-relados o edifício que foi Sede da Secretaria de Segurança do antigo Estado do Rio de Janeiro, o Liceu Nilo Peçanha e o Teatro Leopoldo Fróes.

Republique-se, tendo em vista incorreções do original, publicado no D.O. de 30/12/82.

Rio de Janeiro, 14 de 01 de 1983

ARNABDO NISKIER

Secretário de Estado de Educação e Cultura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(*) Reproduzido por ter sido em transcrição do original publicado no D.O. de 17.12.82.
de 27.12.82

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

* Determina, nos termos do artigo 39, inciso V, da letra a, do seu parágrafo 2º, do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, publicado no D.O. de 14 de julho de 1982, e na conformidade do parecer do Conselho Estadual de Tombamento, autorizado pelo Excmo. Sr. Governador, conforme ato de 03.12.82 o tombamento definitivo do Palácio da Câmara de Vereadores, do Fórum, da Biblioteca Estadual e de todas as peças de bronze e cantaria do Monumento à República, bens imóveis que integram a Praça da República, no Município de Niterói. Para a proteção da ambientação onde se encontram os imóveis tombados, ficam identificados como bens tutelados o edifício que foi Sede da Secretaria de Segurança do antigo Estado do Rio de Janeiro, o Liceu Nilo Peçanha e o Instituto Leopoldo Fróes. Ref. Proc. nº..... E-03/18.213/78.

D.O. DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
26 DE JANEIRO DE 1983
ANO IX • Nº 18 • PARTE I

13

Tombamento da Bem

ANEXO 9

Artigo "Monumento à República é atração em Niterói", no
Jornal O Fluminense de 23 de julho de 1983.

Monumento à República é atração em Niterói

O Monumento à República, inaugurado pelo Prefeito Waldenir de Bragança na última sexta-feira, está se tornando a nova atração turística de Niterói, pois vem recebendo diariamente centenas de visitantes dos mais variados tipos, como estudantes, que vão ver de perto as estátuas dos republicanos Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Silva Jardim e turistas, em busca de fotos que marquem sua passagem por Niterói.

O Monumento à República, esteve esquecido durante 13 anos num galpão do bairro da Ponta D'Areia, desde que a Praça da República, situada entre a Avenida Amaral Peixoto e a Rua Dr. Celestino, no Centro da cidade, foi demolida em 1970, para dar lugar ao novo prédio do Palácio da Justiça.

A construção do prédio, entretanto, foi interrompida na metade e o acervo da Praça permaneceu esquecido no galpão até que o Prefeito Waldenir de Bragança decidiu, em outubro, remontar o monumento numa área que servia de estacionamento ao Palácio da Justiça, na Rua Dr. Celestino a menos de cem metros do local onde estava localizada a antiga Praça da República.

O Monumento à República é composto por uma figura central, formada por uma biga puxada por cavalos, simbolizando o Triunfo à República, e as estátuas dos Republicanos Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, e Benjamin Constant.

ANEXO 10

Publicações de jornais sobre a campanha "A Praça é do Povo" e impressos da AFEA, tendo por presidente José Chacon de Assis.



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Av. Roberto Silveira, 245 - Niterói - Rio de Janeiro - Tel. 711-9138

De Utilidade Pública Estadual Lei 6.583 de 06/02/71

A PRAÇA É DO POVO

NOVOS DADOS . .

LOCAL PARA FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA A CURTO PRAZO

A curto prazo a justiça, após uma rápida reforma poderia funcionar no antigo Edifício das Secretarias, próprio do estado, atualmente este prédio está sub-utilizado e é localizado em frente ao Palácio da Justiça atual.

LOCAL DEFINITIVO PARA FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA

Existem muitos terrenos vazios em Niterói, ali mesmo naquela região do Centro, onde hoje funciona o FORUM, existe um terreno, já desapropriado, onde existiu o campo de futebol niteroiense. A nosso ver o terreno é tão grande que comporta um novo prédio para a Prefeitura, o Forum e até mesmo uma praça que foi prometida a população.

QUESTÕES TÉCNICAS

Toda estrutura de concreto pode ser recuperada, e seu estado de deterioração determinará o custo de sua recuperação. No caso do esqueleto do prédio construído na Praça da República, devido ao abandono por aproximadamente anos, podem ser constatadas "infiltrações" através das juntas de dilatação em todos os andares e a formação de "lagoas" em todas as lajes, o que ocasionou em todos os andares a destruição parcial das grandes vigas das juntas de dilatação que estão com os ferros positivos em alguns casos completamente oxidados. O mesmo ocorre com diversas regiões das lajes de todos os andares que estão com ferragens a mostra e com perdas progressivas de pedaços de concreto (os guardadores de automóveis do grande parque de estacionamento em que se transformou o esqueleto, falam da constante queda de pedaços de concreto do esqueleto, que se pode ver em todos os andares). Com uma rápida vistoria feita no esqueleto e sem a realização dos ensaios e estudos aprofundados que o caso requer, podemos aprioristicamente concluir que a recuperação da estrutura, de forma a tornar possível o devido acabamento do prédio, será de aproximadamente 30% a 40% do valor da própria estrut



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Av. Roberto Silveira, 245 - Niterói - Rio de Janeiro - Tel. 711-9138

De Utilidade Pública Estadual Lei 6.593, de 06/08/71

4. AS PRAÇAS DE NITERÓI

É sabido de longa data que o próprio poder público agride as áreas de lazer da sofrida população niteroiense. A rodoviária foi construída onde existia uma praça (LARGO DO QUARTEL), e não satisfeito outro governo invadiu o que restou e instalou o Centro de Processamento de Dados. Em frente ao Instituto Vital Brasil a praça foi reduzida a um terço de sua área original com construção do Centro de Saúde. O Campo de São Bento sofre investidas consecutivas, Escola, Parque de Diversões e etc.

Está na hora de pelo menos recuperarmos uma das praças agredidas nos últimos anos que é a Praça da República, que além de ser área de lazer para o inúmeros moradores do Centro de Niterói, reconstitui o único conjunto arquitetônico antigo da cidade.

A DERRUBADA DO ESQUELETO, COMPARADO COM OUTROS DESMANDOS HAVIDOS NO BRASIL NOS 20 ANOS DE AUTORITARISMO, NÃO REPRESENTARÁ GRANDE PERDA ECONÔMICA DEVIDO AO PÉSSIMO ESTADO DA ESTRUTURA DE CONCRETO E É O INÍCIO PROGRESSIVO NA RECUPERAÇÃO DE NOSSA IDENTIDADE HISTÓRICA.

AFA - 15 DE SETEMBRO DE 1987.

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E AOS FLUMINENSES EM GERAL

Quem tem mais de 20 anos de idade jamais, poderão esquecer o trágico ano de 1970, quando pães e picaretas do então Governador Jeremias de Mattos Fontes derrubaram a Praça da República, sem poupar sequer o bellissimo panteão republicano, obra-prima de Correia Lima, que durante os anos de desmando e autoritarismo esteve jogado nos galpões, como ferro velho.

Reconstruir a Praça da República, símbolo máximo do ecletismo brasileiro, exatamente no mesmo lugar, entre os prédios tombados da Câmara de Vereadores, da Biblioteca Estadual, Politécnico Forum e Liceu Nilo Peçanha é mais do que resgatar um dos nossos importantes momentos histórico, artístico e cultural. É resgatar um patrimônio também sentimental para o niteroiense. É um gesto de fortalecimento dos ideais democráticos, reparando-se uma violência inominável cometida contra os fluminenses.

Para quê manter um monumento faraônico - "o esqueleto do Palácio da Justiça" - que enche de vergonha a nossa cidade? Para quê concluir parcialmente um prédio, cuja estrutura já está comprometida em 30 a 40%? O custo de construção de um novo Forum, em terreno público, disponível no Centro de Niterói, equivaleria provavelmente ao custo de recuperação do monstruoso esqueleto. A curto prazo, há edifícios estaduais vazios, desde a fusão, que poderiam abrigar serviços judiciários.

Perguntamos ainda às autoridades estaduais e municipais quanto vale a memória de um povo e sua identidade cultural. Vamos reconstruir a praça, com terra de todos os municípios fluminenses, como o fez em 1923 o Governador Feliciano Sodré. Vamos trazer de volta esse importante monumento cívico brasileiro, prestando nossa melhor homenagem ao centenário da República em 15 de novembro de 1989.

A PRAÇA É DO POVO!!!

Niterói, 23 de setembro de 1987.

OS ABAIXO ASSINADOS:

ENTIDADE RESPONSÁVEL: _____

NOME

ASSINATURA



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Av. Roberto Silveira, 245 - Niterói - Rio de Janeiro - Tel. 711-9138

De Utilidade Pública Estadual Lei 6.583, de 06/08/71

Circular nº 36/87

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1987.

ASSUNTO: MOVIMENTO- A PRAÇA É DO POVO-
ABAIXO-ASSINADO PELA IMPLOÇÃO
DO ESQUELETO

A AFEA faz este comunicado como integrante que é do Movimento A PRAÇA É DO POVO. O Movimento A PRAÇA É DO POVO, que foi lançado no dia 1º de setembro, fez a sua 2ª. reunião no dia 23 de setembro, onde estiveram presentes mais de 70 pessoas, entre elas, representantes de 30 entidades, e decidiu-se por enviar uma carta aberta (em anexo), às Autoridades Estaduais, Municipais e aos Fluminenses em geral. Esta carta expõe os objetivos do movimento e propõe a reconstrução da Praça da República que integra com os prédios que a cercam um importante conjunto Arquitetônico, eclético, de inestimável valor histórico.

Consideramos ser este movimento de grande importância no sentido do resgate de nossa memória e identidade cultural, solicitamos o seu apoio, através da divulgação o mais ampla possível, e obtenção de assinaturas no documento que estamos enviando em anexo. Comunicamos também, que estamos solicitando o apoio de entidades representativas da sociedade civil de nossa cidade e do estado, e que este apoio deve ser dado com a maior emergência possível, pois programamos a entrega às autoridades, da carta aberta, assinada apenas por entidades, para a semana que inicia em 4 de outubro.

Já estão assinando a carta aberta:

AFEA (Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos)

Associação Profissional de Geólogos do Estado do Rio de Janeiro,

AMAR - Associação dos Moradores e Amigos de Piratininga,

Sociedade Pioneiros de ITAIPÚ,

Centro Pró-Melhoramentos de Santa Rosa,

Sindicato dos Rodoviários de Niterói,

Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro,

CREA/RJ - Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do RJ - Inspeção de Niterói,

Associação de Empregados: EMBRATEL, LIGHT e ALBRÁS E ALUNORTE,

Os Diretórios Municipais dos Partidos: PT, PDT e PSB,

Os Vereadores Sergio Marcolini e Sonia Saturnino Braga.

Esperando contar com seu apoio nesta luta, estamos à disposição para os necessários esclarecimentos.

Atenciosamente

JOSE CHACON DE ASSIS
Presidente.



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Av. Roberto Silveira, 245 - Niterói - Rio de Janeiro - Tel. 711-9138

De Utilidade Pública Estadual Lei 6.583, de 06/08/71

Niterói, 29 de outubro de 1987.

CIRCULAR Nº 046/87

ASSUNTO: DEBATE SOBRE O ESQUELETO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA E RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA
DIA 05 DE NOVEMBRO - QUINTA-FEIRA - 19:00 HORAS -
AUDITÓRIO DO SESC - RUA PADRE ANCHIETA Nº 56

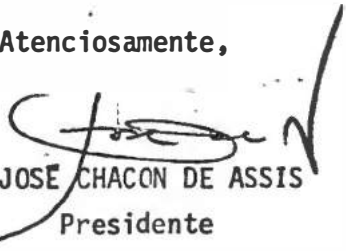
O MOVIMENTO A PRAÇA É DO POVO, que luta pela reconstrução da Praça da República, tem crescido com a adesão de um número cada vez maior de entidades, pessoas e personalidades políticas, o da arte e da cultura de nossa cidade e de nosso estado.

Lançamos um abaixo assinado, que hoje corre toda a cidade e todo estado, pela preservação do único conjunto histórico arquitetônico de Niterói e, consideramos a reconstrução da Praça da República, antes de tudo, o resgate de um patrimônio sentimental para todos os niteroienses também de sua cidadania bem como, uma importante proposta de restabelecimento dos ideais democráticos tão agredidos durante os anos de arbítrio.

Aproveitamo-nos da presente para convidá-lo a participar do debate sobre o ESQUELETO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA E A RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA, promovido pela FAMNIT, que é de grand importância, na medida em que, com base nele, esta entidade, ouvindo todas as associações de moradores, tomará a decisão, democraticamente, de apoio ao MOVIMENTO A PRAÇA É DO POVO.

Sem mais para o momento e contando com sua presença neste importante evento, despedimo-nos,

Atenciosamente,


JOSE CHACON DE ASSIS
Presidente

PARTICIPARÃO DO DEBATE:

AFA E OAB

MOVIMENTO A PRAÇA É DO POVO

PELA RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA
TEL: 711.9138

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E AOS FLUMINENSES EM GERAL

Quem tem mais de 20 anos de idade, jamais poderá esquecer do trágico ano de 1970, quando pás e picaretas derrubaram a Praça da República, sem poupar sequer o belíssimo panteão republicano, obra-prima de Correia Lima, que durante os anos de desmando e autoritarismo esteve jogado nos galpões, como ferro velho.

Reconstruir a Praça da República, símbolo do ecletismo brasileiro, exatamente no mesmo lugar, entre os prédios tombados da Câmara de Vereadores, da Biblioteca Estadual, Polinter, Forum e Liceu Nilo Peçanha é mais do que resgatar um dos nossos importantes momentos histórico, artístico e cultural. É resgatar um patrimônio também sentimental para o niteroiense. É um gesto de fortalecimento dos ideais democráticos, reparando-se uma violência inominável cometida contra os fluminenses.

Para quê manter um monumento faraônico - "o esqueleto do Palácio da Justiça" - que enche de vergonha a nossa cidade? Para quê concluir parcialmente um prédio, cuja estrutura já está comprometida em 30 a 40%? O custo de construção de um novo Forum, em terreno público, disponível no Centro de Niterói, equivaleria provavelmente ao custo de recuperação do monstruoso esqueleto. A curto prazo, há edifícios estaduais vazios, desde a fusão, que poderiam abrigar os serviços judiciários.

Perguntamos ainda às autoridades estaduais e municipais quanto vale a memória de um povo e sua identidade cultural? Vamos reconstruir a praça, com terra de todos os municípios fluminenses, como o fez em 1923 o Governador Feliciano Sardre. Vamos trazer de volta esse importante monumento cívico brasileiro, prestando nossa melhor homenagem ao centenário da República, em 15 de novembro de 1989.

A PRAÇA É DO POVO!!!!

Niterói, 23 de outubro de 1987.

ENTIDADES E PERSONALIDADES QUE ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

ANDEF - Associação Niteroiense de Deficientes Físicos.

MORE - Movimento de Resistência Ecológica

IAB-Niterói - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção Niterói



MOVIMENTO A PRAÇA É DO POVO

PELA RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA
TEL: 711.9138

CREA - Inspetoria Niterói - Conselho Regional de Engenharia Agronomia e Arquitetura

AFEA - Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos

HABITAT - Educação Ecológica

SOAMI - Sociedade de Amigos e Moradores de Itacoatiara

SOCIEDADE PIONEIROS DE ITAIPÓ

AMAPI - Associação de Moradores e Amigos de Piratininga

CENTRO PRÓ-MELHORAMENTOS DE SANTA ROSA

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS GEOGRAFOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SINDICATO DOS ARQUITETOS DO RIO DE JANEIRO

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA

SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DE NITERÓI

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA EMBRATEL

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO DA LIGHT

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA ALBRÁS E ALUNORTE

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFRJ

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO LASERJ

DIRETÓRIO REGIONAL DO PT

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE NITERÓI DO PT

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE NITERÓI DO PDT

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE NITERÓI DO PSB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PC do B

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PV

DEPUTADO ESTADUAL LUIZ HENRIQUE LIMA

VEREADORA SONIA SATURNINO BRAGA

VEREADOR SÉRGIO MARCOLINI

PREFEITO DE NITERÓI INTERINO - ADILSON LOPES

JORNALISTAS:

LUIZ ANTONIO PIMENTEL

WAGNER SILVA ROSA

TETE BITTENCOURT

LUIZ FERNANDO GUIDA

FÁTIMA LACERDA

IDERVAL GARCIA

A TRIBUNA

O FLUMINENSE

JORNAL DE ICARAÍ

JORNAL LIG

OPÇÃO



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Av. Roberto Silveira, 245 - Niterói - Rio de Janeiro - Tel. 711-9138

De Utilidade Pública Estadual Lei 6.583, de 06/08/71

PORQUE RECONSTRUIR A PRAÇA DA REPÚBLICA ?

Antes de tudo, reconstruir a Praça da República é recuperar a cidadania do Povo Niteroense, é resgatar a consciência política e cultural deste povo, tão massacrada com os 20 anos de regime ditatorial.

Reconstruir a Praça da República, é salvar o único patrimônio histórico arquitetônico de nossa cidade, constituído pela Câmara de Vereadores, Polinter, Forum, Liceu Nilo Peçanha e Biblioteca Pública, e que só existe se complementado e harmonizado pela praça de belíssimo projeto, e que para sua construção, recebeu terra de todos os municípios fluminenses.

Reconstruir a Praça da República é também uma questão social, é dotar o caótico centro da cidade de Niterói de uma área verde e de um espaço de lazer, importante principalmente para os inúmeros moradores das proximidades que não o possuem, é o início de um importante movimento de reversão na tendência histórica de destruição das praças de nossa cidade : Largo do Quartel (hoje Rodoviária e Centro de Processamento de Dados), Praça do Vital Brasil (reduzida a um terço de sua área para construção de centro de saúde, que poderia ser construído no imenso pátio do Instituto Vital Brasil), Campo de São Bento (sofre investidas constantes: Escola, parques de diversões, e etc.). Está na hora de recuperarmos nossas praças, a exemplo do que já está sendo feito em diversas cidades brasileiras.

Além do mais, este esqueleto cuja construção não foi um dos mais pesados desmandos havidos no Brasil, nos 20 anos de autoritarismo, ao ser derrubado não representará grande perda econômica, devido ao péssimo estado da estrutura de concreto, praticamente condenada a nível técnico, e esta ação será o início progressivo na recuperação de nossa identidade política, histórica e social.

Somos a favor de uma justiça, ágil e democrática para todos, porém não aceitamos que a única forma de fazer isto seja através apenas de maior espaço; muitas questões importantes e profundas estão aqui envolvidas e precisam ser discutidas. Porém, para resolver um dos problemas que é questão de espaço a curto prazo (2 a 3 meses), a justiça poderia ocupar o antigo prédio das Secretarias (localizado em frente ao atual Forum), após pequenos reparos. Se este espaço não for suficiente, existe ainda nas proximidades o prédio do IPERJ, também sub-aproveitado. Uma proposta que trazemos de solução definitiva do problema é a construção do novo Forum no terreno onde existiu o campo de futebol do Niteroense, hoje vago e desapropriado.

JOSE CHACON DE ASSIS
Presidente da AFEA



-257-

MOVIMENTO A PRAÇA É DO POVO

PELA RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA

TEL: 711.9138

POR QUE LUTAMOS PELA PRAÇA DA REPÚBLICA ?

A Praça da República é mais do que um simples espaço geográfico criminosamente ocupado hoje, por um esqueleto de concreto armado, condenado e perigoso.

Projetada para ser uma praça dos três poderes pela mente idealizadora e empreendedora do eminente político fluminense Feliciano Pires de Abreu Sodré, em 1913, foi concluída em 1927 com a inauguração do memorável monumento "O Triunfo da República" do escultor fluminense Correia Lima.

Embora destruída e ocupada por um pesadelo de concreto, ela continua viva na mente e coração dos niteroienses. Foi e será sempre a Praça da República pela qual lutamos por vê-la ressurgir como fênix das cinzas e destroços do pesadelo implodido.

Evitar um grande erro é o que almejamos. Quantos valores já foram perdidos por omissão de muitos? Não sejamos mais um. Chega de silêncio e passividade! Conhecimento implica responsabilidade e é esta que nos impulsiona nesta luta que tem a nosso favor, a unanimidade do pensar e sentir dos niteroienses.

A Praça da República é mais do que um espaço físico. É um espaço histórico repleto de fatos significativos de um passado onde atuaram figuras proeminentes no cenário fluminense e nacional. Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Benjamim Constant, Oliveira Viana, Nívea Peçanha, para citar apenas alguns.

É um espaço político onde, às portas de seus legítimos representantes, o povo de falar com liberdade! Ah, saudoso e necessário espaço para estar presente e fazer-se ouvir. Nossos vizinhos cariocas tem a sua Cinelândia ... que fariam eles se, em lugar dela fosse e guido um monstruoso espigão? E nós, em nossa praça de semelhante e análogo valor? Vam nos calar e deixá-la desaparecer para sempre?

É um espaço cívico onde valores metafísicos estão sendo transmitidos às novas gerações, no culto às idéias e figuras exemplares nas lutas que construíram nosso presente.

É um espaço cultural, eixo entre uma biblioteca, um teatro, uma galeria e escola de arte, colégios, universidade e poderes públicos. Que significativo eixo de integração de pensamento, das artes, dos estudos e da ação em nossa comunidade!

É um espaço artístico cuja arquitetura registra um momento de nossa criação estética como a mentalidade da época, reflexo e testemunho de pensamentos presentes em todo o mundo e em nossas mentes, símbolo de ideais, esperanças e poder encarnados na república emergente!

É um espaço sentimental onde encontros, desencontros e recordações queridas permanecem no coração dos niteroienses, consubstanciados na história de suas vidas!

Que valores maiores podem estar encerrados numa praça na vida de uma cidade? Aquelas que o futuro aguarda para registrar! Esta é sua vocação - lutemos para que possa cumprí-la!

Lutar pela Praça da República é lutar pelo que consideramos justo e valioso em nossa herança e patrimônio cultural!

Clélia F. de Brito - Artista Plástica e Professora de História da Arte, atualmente cursando mestrado em História e Crítica de Arte da Escola de Belas Artes da UFRJ, integrante do Movimento "A PRAÇA É DO POVO".

Praça é tese de mestrado

A Praça da República, inaugurada em 1927, levou 13 anos para ser construída, assim como os cinco prédios que a circundam, em estilo eclético introduzido em Niterói pelo arquiteto francês Emilio Dupuy Tessain, auxiliado pelo desenhista e arquiteto Pedro Campofiorito. Estes dados foram levantados pela professora Clélia Fernandes de Brito e servirão para uma tese de mestrado. Para ela, a implosão do "esqueleto" foi uma vitória histórica para a cidade. Página 3.

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Praça de Niterói torna-se tema de tese na UFRJ

A Praça da República virou tema de uma tese de mestrado pela Escola de Belas Artes da UFRJ. A professora Clélia Fernandes de Brito empenhou-se em descobrir toda a história da praça, comprovando a verdadeira autoria dos responsáveis pelo projeto dos prédios da Câmara, Delegacia de Polícia, Fórum, Liceu e Biblioteca.

A professora de História das Artes, na Asoec e Iepic, considera a implosão do prédio do Palácio da Justiça "uma vitória e uma conquista para a cidade". Segundo ela, a construção do prédio transgrediu todas as leis, já que a praça fora tombada em 1972 pelo Inepac. A professora assistiu à implosão do 32º andar da torre do Niterói Shopping e vibrou com o fim do "esqueleto".

— A maior arbitrariedade foi cometida construindo-se esse prédio. Quem foi contra a destruição desconhece o valor histórico e cultural da área, que era agredida pela existência dessa obra, abalando toda o conjunto — declara Clélia Fernandes.

A educadora não esconde sua satisfação com a implosão do "esqueleto". "A OAB deveria ter pensado duas vezes antes de tentar impedir

a destruição. Eu conheci a Praça da República, e sou testemunha da beleza que antes existia no Centro da cidade", relata.

■ A história

A praça foi inaugurada em 1927, depois de um demorado processo de 13 anos de obras para edificar os cinco prédios que a compõem. O estilo eclético, introduzido em Niterói no início do século, foi criado pelo arquiteto francês Emilio Dupuy Tessain, auxiliado pelo arquiteto e desenhista Pedro Campofiorito.

Esses dados foram levantados pela professora nos arquivos da Biblioteca de Niterói, e através de entrevistas com arquitetos e desenhistas de renome, alguns já falecidos. A motivação principal de Clélia foi a polêmica em torno do verdadeiro arquiteto responsável pela construção, além do valor histórico cultural da praça. A pesquisadora situou o estilo de cada prédio, e comprovou historicamente que o arquiteto responsável era Pedro Campofiorito e não Lotar Kastrup, conforme constava nos registros da Biblioteca Estadual de Niterói.

O primeiro prédio a ser inaugurado foi o da Câmara dos Vereadores, que na época abrigava a Assembléia Legislativa. A biblioteca foi a última construção. "A restauração da Praça da República é uma das conquistas culturais mais importantes que já aconteceram em Niterói", opina.

JORNAL DO BRASIL

Niterói

JORNAL DO BRASIL ■ domingo, 19/2/1989 ■ NITERÓI 5

■ Demolição de esqueleto reedita Pça da República

No dia 15 de novembro de 1989, o niteroiense terá mais do que o centenário da Proclamação da República para comemorar. Se tudo der certo, nessa data cívica a cidade terá de volta a Praça da República, único conjunto histórico, artístico e arquitetônico de Niterói. Ela foi destruída em 1972 por ordem do então governador Geremias Fontes para dar lugar ao novo prédio do Poder Judiciário do antigo Estado do Rio.

Desde então a cidade convive com o esqueleto do que seria o Fórum, uma obra típica da ditadura militar — período no qual os governos desapareciam com parte da história de uma cidade sem ao menos dar satisfação ao poder municipal ou consultar a sua população. Indignados, os niteroienses viram as árvores, bancos, postes, o monumento à República e as três estátuas — de Silva Jardim, Quintino Bocaiuva e Benjamin Constant, respectivamente orador, articulista e pensador do movimento republicano — serem arrancados e não puderam reclamar, com medo da repressão. Alunos e ex-alunos do Liceu Nilo Peçanha que, junto com o Palácio da Justiça (hoje, Fórum), a Chefatura de Polícia, a Câmara Municipal e a Biblioteca Pública, forma o conjunto de prédios históricos em volta da praça, chegaram a protestar contra a destruição, mas foram "gentilmente convidados" a prestar depoimento na Polícia Federal.

Com a abertura política, o niteroiense pôde expressar sua insatisfação, que ganhou força a partir de setembro de 1987,



Foto-reprodução de M. Alves

quando a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (AFEA), junto com estudantes, intelectuais, artistas, políticos e outras entidades de Niterói, resolveu detonar o movimento pela implosão do esqueleto e reconstrução da praça. "Não sei se ela será inaugurada neste 15 de novembro histórico, o que é nossa vontade, mas só o fato de ver o esqueleto implodido já nos alivia muito", confessa o presidente da AFEA e líder do movimento, José Chacon de Assis. Chacon pôde ficar tranquilo. No dia 21 de abril, o esqueleto de 18 andares virá abaixo pelas mãos do japonês dinamitador, o engenheiro civil Hugo Takahashi, conhecido nacionalmente por sua técnica refinada na arte de implodir edifícios, pontes, túneis e outras estruturas. O custo de demolição será de NCz\$ 358 mil.

A reconstrução da praça, a cargo da Empresa de Obras Públicas do Estado

(EMOP), não é um gesto de amor do governador Moreira Franco pela história da cidade da qual foi prefeito. Ela parte da constatação quanto à irracionalidade em concluir o prédio do Fórum, que custaria três vezes mais (NCz\$ 7,7 milhões) do que a sua implosão somada à reconstrução da praça, à recuperação dos prédios históricos e do edifício que abrigava as secretarias de estado antes da fusão e que, agora, alojará o Judiciário do município, tudo por NCz\$ 2,5 milhões. "Vários governos fizeram desta implosão uma promessa de campanha não cumprida. Está na hora do governo Moreira Franco aproveitar a campanha e mostrar vontade política para inaugurá-la, se possível, no dia 15 de novembro", diz o arquiteto responsável pela obra, Oberland Ferreira.

Quem não ficou satisfeita foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção

R. T. Fasanello

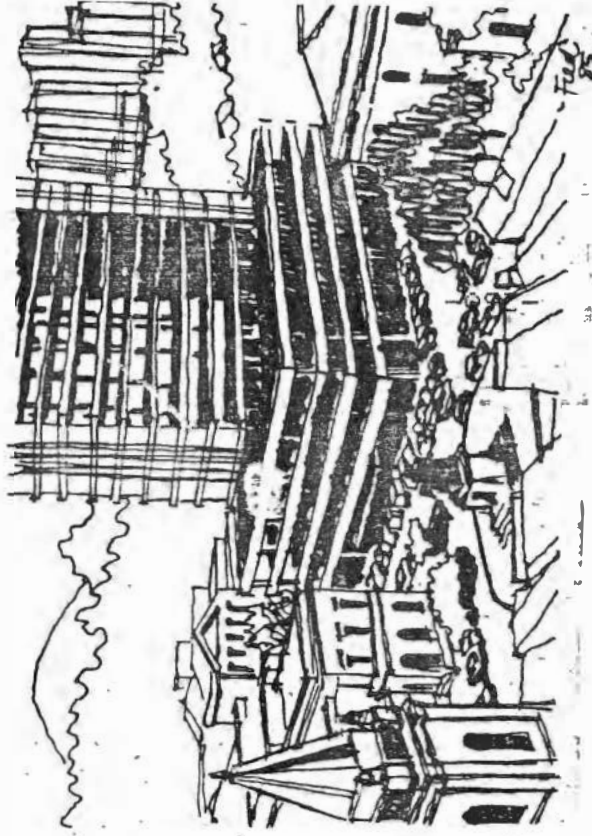
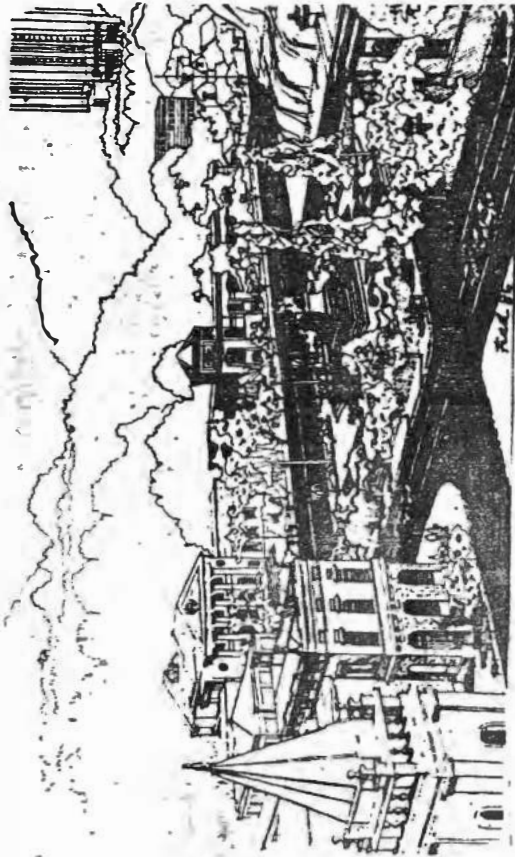


Niterói, que verá sua luta pela conclusão da obra durante 17 anos desabar em menos de 10 segundos no dia 21 de abril. "Pode-se efetuar a praça 500 vezes. Nunca será a mesma. Agora, só nos resta sentir o êxito", lamenta o presidente da entidade, Vargas Vila Cruvello D'Ávila. Ao contrário de Vargas Vila, a professora de desenho e artes plásticas Clélia Fernandes de Brito exulta ao ver restaurado o objeto de sua tese de mestrado na UFRJ, "A Praça da República de Niterói", que nasceu justamente de sua indignação ao presenciar a destruição. Clélia não esconde a alegria: "É ótimo assistir a tais iniciativas num país onde cultura e arte são relegadas à categoria de supérfluos. No dia 15 de novembro estarei lá." Juntou com muitos niteroienses, que verão a Praça da República renascer das cinzas. Como uma fênix.

Marcelo Gomes

CIDADE

A praça é novamente do povo



A nova praça (alto à esquerda) vai ocupar o lugar do esqueleto do Forum (acima) e será uma cópia fiel da antiga (ao lado) segundo José Chacon e Clélia Fernandes (abaixo)

“O prédio da Secretaria de Segurança Pública tinha tijolos à mostra. Alguma autoridade deve ter pensado que a construção ficaria incompleta e mandou emboçar a fachada”

CLÉLIA FERNANDES DE BRITO



Domingo, 12 de março de 1989

Área ao redor do ‘esqueleto’ do Fórum é tema de tese

A polêmica originada com a destruição da antiga Praça da República pelo Governo do Estado, em 1970, não provocou apenas protestos da população niteroiense e um movimento social pela sua reconstrução. Acabou estimulando o interesse da professora de educação artística Clélia Fernandes de Brito pela história da praça e do conjunto arquitetônico que cerca o local onde hoje está o “esqueleto” do Fórum. Desde 1985, ela vasculha bibliotecas e arquivos para preparar sua tese de mestrado para a Escola de Belas-Artes da UFRJ, que deverá estar pronta até o fim do ano.

A atual revalorização do estilo eclético dos prédios do conjunto arquitetônico local, desprezado pelos artistas

niteroiense Quirino Campofiorito, na elaboração dos projetos arquitetônicos do conjunto em volta da Praça da República.

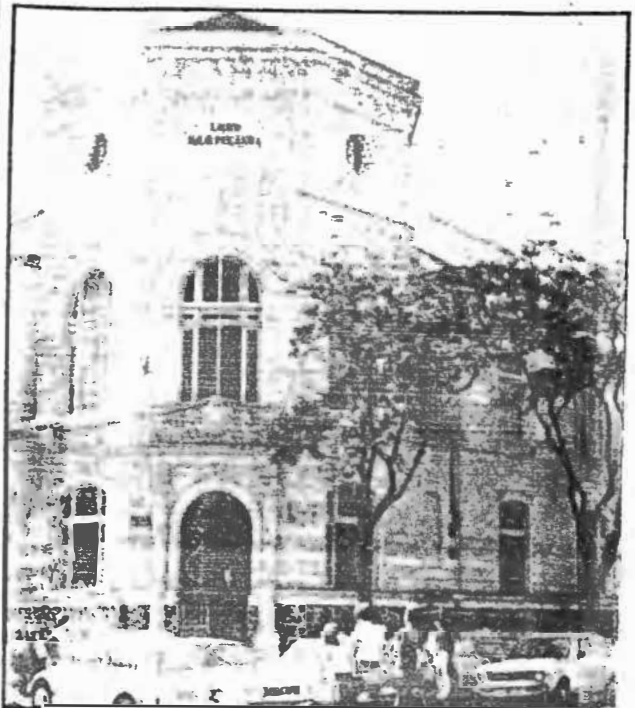
Por não ser formado em arquitetura, Pedro não podia assinar os projetos, que acabaram atribuídos historicamente, algumas vezes, a engenheiros que apenas foram responsáveis pelas construções. Apesar de sempre ter garantido a participação de Pedro nos projetos, a família Campofiorito nunca fornecera prova disto.

No ano passado, porém, o pintor Quirino, ao ser procurado por Clélia, revelou a existência de uma carta, de 12 de abril de 1914, do engenheiro e arquiteto francês Emilio Dupuy Tessain, responsável pelo projeto original da Praça da República e ar-

modernos — que consideravam o ecletismo uma “repetição de estilos passados e imitação da arte européia” —, e as controvérsias sobre a autoria dos projetos arquitetônicos do conjunto também foram razões que levaram Clélia a se dedicar a esta pesquisa. Três anos e meio depois, ela conseguiu comprovar informações até hoje não documentadas, como a participação do italiano Pedro Campofiorito, pai do pintor

redores, em que ele atesta a colaboração de Campofiorito em sua equipe de trabalho e recomenda seus serviços profissionais de arquiteto e desenhista.

Nestes três anos e meio, Clélia vasculhou mais de uma centena de livros, atas da Assembleia Legislativa, relatórios de governos, folhas de pagamento do funcionalismo e revistas e jornais da época, além de ter feito várias entrevistas.

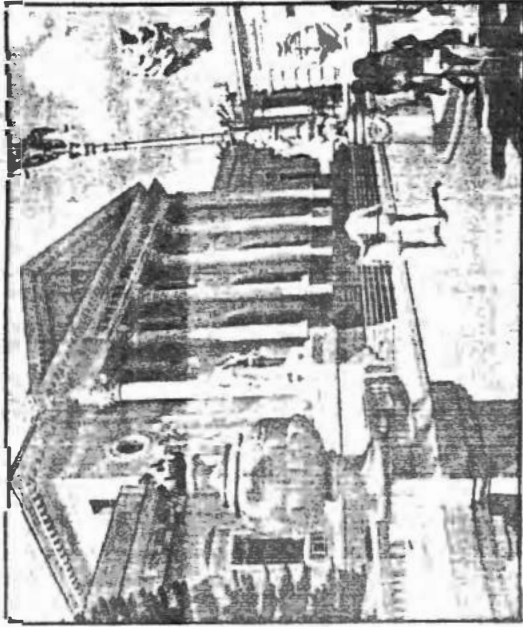


Prédio do Liceu: marca arquitetônica no Centro da cidade

Conjunto arquitetônico acabou desfigurado pelo progresso

A história da Praça da República tem passagens características da vida administrativa e pública do País. O conjunto arquitetônico, inicialmente, não fora projetado para o local onde está instalado. Levou mais de dez anos para ser construído por falta de recursos financeiros, nunca chegou a estar completo — faltou a sede do Governo, que deveria ser construída no lugar do Morro Doutor Celestino, onde hoje resta apenas uma rocha sobre a qual está a Faculdade do Centro Educacional de Niterói — e acabou desfigurado pelo progresso.

O projeto original da Praça do Imperador (nome previsto para a praça) e dos prédios do Liceu Nilo Peçanha, da Polícia, do Arquivo Público e dos Três Poderes (sede do Governo, da Assembleia Legislativa e do Palácio da Justiça) começou a ser elaborado no Governo estadual de Oliveira Botelho e do Prefeito Feliciano Sodré (1910-1914) e previa a instalação do conjunto na Praça do Rink. A



Câmara Municipal, na Amaral Peixoto: valor histórico

frente do grupo de trabalho estava o engenheiro e arquiteto do Exército francês Emilio Dupuy Tessain, que, em 1914, ao retornar para a Europa para participar da Primeira Guerra Mundial, deixou os projetos arquitetônicos praticamente prontos.

A construção do conjunto, no entanto, acabou sendo transferida para o Campo Sujo, área pantanosa usada como depósito de lixo ao lado do Morro Doutor Celestino. A justificativa usada, segundo Clélia de



A Praça República em 1927, durante sua construção, no Governo de Feliciano Sodré

Quintino Bocaiuva e Silva Jardim, placas de bronze registravam os nomes dos municípios.

O Arquivo Público foi o último prédio do conjunto a ser inaugurado, em 1935. A sede do Governo jamais foi erguida. Já o Teatro Leopoldo Fróes e o Parthenon foram construídos mais tarde e não faziam parte do projeto original. Com o tempo, o estilo dos prédios começou a ser desfigurado pela ignorância de algumas autoridades, segundo Clélia: — O prédio da antiga

Secretaria de Segurança Pública tinha os tijolos à mostra, em estilo inglês. Alguma autoridade, depois, deve ter pensado que a construção ficaria incompleta e mandou emboçar toda a fachada.

Mas a principal agressão ao conjunto aconteceu com a destruição da Praça da República para dar lugar ao novo Fórum de Niterói, em 1970, no Governo Geremias Fontes. Pelo plano do Governo, a praça seria reconstruída no local do Palácio da Justiça, que seria demolido após a

conclusão da construção do Fórum. Este, porém, nunca ficou pronto, e em 1982 o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultura (Inepac) tomou o antigo Palácio da Justiça, inviabilizando a troca.

Agora, após muitos protestos da comunidade, o "esqueleto" do Fórum será impolido pelo Governo do Estado, que prometeu devolver a praça, reconstruída, no dia 15 de novembro, quando será comemorado o centenário da Proclamação da República.

ANEXO 11

Atas e documentos do Conselho Municipal de Cultura de Niterói referentes à questão da Praça da República.

Sobre a
ocupação da
Praça da República,
em NITERÓI

NITERÓI - 16-VII-1987

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE.

Aos dezesseis de julho de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Décima Primeira Sessão Plenária do Conselho Municipal de Cultura, contando com a presença dos seguintes/Conselheiros: Gilberto Emílio Chaudon - Presidente, Cônego Luiz Gonzaga de Castro Azevedo, Quirino Campofiorito, Maria Pérola Sodrê, Almanir Grego, Carlos Wehrs, Raymundo Vianna Magalhães, Luiz Antonio Pimentel, Maestro José Bernardo de Souza e Paulo de Almeida Campos. Aberta a Sessão, o conselheiro Presidente solicitou a leitura da ATA da Sessão anterior, o que foi feito pela Secretária e, a seguir, aprovada pelos presentes. Ainda o Conselheiro Presidente deu ciência aos presentes, do expediente encaminhado ao Sr. Secretário Municipal de Cultura, o Ofício nº 008/CMC/87 e Indicação nº 03. Relatou também sua participação, representando o Colegiado, em duas atividades, ou sejam: Concerto de Piano no Teatro Municipal, apresentação de Arce de Williams e também da estréia do Corpo de Baile de Niterói, com o balé "La Fille Mal Garde", de Dauberval. Ainda o mesmo Conselheiro apresentou congratulações e votos de louvor ao Senhor Secretário de Cultura, ao Presidente da FUNIARTE, ao Senhor Prefeito Municipal e à Conselheira Verônica Acceta que está à frente da Direção do Teatro Municipal, pelos eventos, acima realizados. Prosseguindo, o Conselheiro Presidente convidou os Conselheiros Luiz Antonio Pimentel e Carlos Wehrs e outros que queiram colaborar na elaboração de documento relativo à Praça da República, sendo que o Conselheiro Chaudon trouxe sua colaboração, em rascunho, que foi lido e apreciado por todos. A respeito do documento, o Conselheiro Luiz Antonio Pimentel teceu comentários, inclusive opinando que no documento não fossem apresentadas soluções. O Conselheiro Campofiorito questionou a respeito da permanência do Edifício do Palácio da Justiça, apresentando em seguida sugestão: que este Conselho realize um trabalho preparatório, com encontro com representantes da Ordem dos Advogados, com a finalidade de buscar soluções para a preservação da "Praça Cívica" de Niterói, ou seja, a Praça da República, com afirmação do desejo do Conselho Municipal de Cultura, desde que seja endossado pelas nossas autoridades. O Conselheiro Paulo Campos concordou plenamente com o Conselheiro Campofiorito. O Conselheiro Presidente opinou quanto a fornecer elementos e apresentar soluções, o que seria uma forma de fortalecer a resistência, apresentando como sugestão sua, demonstrar no documento o pensamento contrário do Conselho Municipal de Cultura quanto à permanência do Prédio onde está. E que, deveria primeiramente haver um entendimento com o Secretário Municipal de Cultura e também com o Senhor Prefeito Municipal. Prosseguindo, o Conselheiro Campofiorito concordou em conversar com as autoridades acima citadas, com encontros, no plano cultural, também com o Presidente da Ordem dos Advogados, na esperança de convencê-los na retirada do Prédio. O Conselheiro Presidente colocou em votação três propostas: a primeira se deveriam dar ciência ao Senhor Secretário de Cultura e ao Senhor Prefeito Municipal; a segun-

Hv.
Praça da República
Niterói

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, REALIZADA NO DIA SEIS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE.

Aos seis dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Décima Segunda Sessão Plenária do Conselho Municipal de Cultura de Niterói, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Gilberto Emílio Chaudon - Presidente, Thalita de Oliveira Casadei, Quirino Campofiorito, Raymunda Vianna Magalhães, Carlos Wehrs, Maestro José Bernardo de Souza, Almanir Grego, Luiz Antonio Pimentel e Honório Peçanha. Foram justificadas as ausências dos seguintes Conselheiros: Lúcia Falkenberg, Paulo de Almeida Campos e Marcello de Ipanema que, por motivos imperiosos deixaram de comparecer. Iniciados os trabalhos foi feita a leitura da Ata da Sessão anterior e após discussão da mesma, com ligeiras alterações, foi aprovada. Em seguida, o Conselheiro Presidente comunicou que o Conselheiro Marcello de Ipanema enviou-lhe voto de apoio incentivando que se encaminhe o documento ao Senhor Secretário Municipal de Cultura, assim como as Conselheiras Lúcia Falkenberg e Raymunda Vianna Magalhães. Colocou a seguir, em votação o encaminhamento ou não do documento e todos os Conselheiros presentes foram unânimes em concordar que o documento seja enviado às autoridades. Prosseguindo, o Conselheiro Luiz Antonio Pimentel manifestou-se a favor de, após a entrega do documento às autoridades, que o Conselheiro Presidente faça o acompanhamento. O Conselheiro Almanir Grego apresentou como sugestão sua a de levar ao conhecimento de outras pessoas; de várias atividades culturais, para também manifestarem respeito. Em seguida, apresentou notícia de artigo sobre Niterói, publicado num suplemento do "Jornal do Comércio". Dando prosseguimento, o Conselheiro Campofiorito revelou que foi feito apelo através do "Jornal de Letras", do Rio de Janeiro, do qual faz parte, de maneira bastante sutil, referindo-se ao Prédio construído no local da Praça da República. O Conselheiro Honório Peçanha trouxe ao Colegiado uma contribuição bastante valiosa, com nome e endereço do neto do escultor José Otávio Corrêa Lima que, segundo informações do Conselheiro, possui maquete e a planta da Praça da República. Em seguida, o Conselheiro Carlos Wehrs fez a leitura do necrológico de Charles Julius Dunlop, recentemente falecido em Petrólis. Após a leitura o Conselheiro Presidente sugeriu que fosse enviado um ofício à viúva do escritor e o Conselheiro Carlos Wehrs prontificou-se a enviar, em separado, cópia do necrológico à Senhora Ivette Dunlop. A seguir, o Presidente Chaudon noticiou que no "O Fluminense" do último domingo publicou artigo de sua autoria relativo ao grande jurista Rui Barbosa. Finalizando os trabalhos, agradeceu a presença de todos. E, eu Maria Amélia Figueiredo Azevedo, lavrei a presente Ata. Niterói, seis de agosto de mil novecentos e oitenta e sete.

seria, depois de ouvido o Prefeito, caso este estiver de acordo em manter contato com a Ordem dos Advogados e, após a feitura do documento manifestar o desejo que seja restabelecida a Praça da República; a terceira seria fazer um documento ao Senhor Secretário de Cultura, consultando se ele e o Senhor Prefeito dessem uma autorização para levar a defesa da Praça à Ordem dos Advogados. Houve acordo dos membros presentes à Reunião, ficando para próxima a conclusão do documento. Dando prosseguimento, o Conselheiro Almannir Grego comunicou que esteve presente no dia treze deste, em solenidade na Escola Municipal "Eulália da Silveira Bragança", em homenagem ao Dr. Walnir de Bragança pela passagem do seu aniversário. Também esteve presente no evento o Maestro José Bernardo de Souza, à frente da Banda "Santa Cecília, com belíssimas apresentações. Em seguida o Maestro noticiou a viagem da Conselheira Verônica Debellian à Grécia, onde irá expor suas obras de arte. Também o Conselheiro Chaudon comunicou o aniversário do Senhor Prefeito, amanhã dezesete, dizendo que comparecerá à missa na Matriz, às dez horas. A Conselheira Maria Pérola Sodré convidou os presentes para a festa julina, nos dias 25 e 26/07, na Ilha da Boa Viagem, com a participação da ENITUR, com várias atrações. Em seguida o Conselheiro Carlos Wehrs comunicou o falecimento, na semana passada, de Charles Julius Dunlop, aos 78 anos, em Petrópolis, niteroiense ilustre que atuou no âmbito da História do Brasil, do Rio de Janeiro e de Petrópolis, com várias obras publicadas. Finalizando os trabalhos o Conselheiro Chaudon agradeceu à Conselheira Maria Pérola pela distribuição do jornal: "Escoteiro do Mar", em primeira publicação. E eu, Maria Amélia Figueiredo de Azevedo, Secretária, lavrei a presente Ata. Niterói, dezesseis de julho de mil novecentos e oitenta e sete.



Prefeitura Municipal de Niterói

Secretaria Municipal de Cultura

NITERÓI, RJ, 29 de novembro de 1988

OFÍCIO/SMC/148/88

Senhor Prefeito,

Através do ofício SMC/101/88 pedimos a Vossa Excelência determinasse à D^{ta} Procuradoria Municipal propuzesse urgentemente contra o Estado do Rio de Janeiro, competente Ação Demolitória da edificação inacabada da antiga Praça da República, conhecida como "esqueleto" tendo alinhado ali as razões que nos levaram àquela iniciativa.

Vossa Excelência houve por bem encaminhar o expediente à D^{ta} Procuradoria sem a determinação que conteria em si um decisório do Executivo, e a Procuradoria, escudada nessa omissão, não propoz a ação, e dificilmente a proporá porque condiciona esse ao remessa judicial ao placet da Sub-Seção Niteroiense da OAB que se opõe, sabidamente à medida, havendo, inclusive, no passado, proposta ao Governo do Estado uma solução que consistia na entrega do esqueleto a uma firma particular que se propuzera a entregar ao judiciário os quatro primeiros andares ficando com o restante.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DR. WALDENIR DE BRAGANÇA
DR. PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI
N E S T A



Prefeitura Municipal de Niterói

Secretaria Municipal de Cultura

fl. 02

Essa proposta não prosperou por ter o Governador recebido proposta irônica que extendia igual oferta a todos os edifícios da antiga Praça.

Na verdade, se a Procuradoria não vivencia o problema cultural da cidade, desprezando do seu mais belo conjunto arquitetônico e não sente nenhuma necessidade de ser proposta a ação, preferindo subordinar a iniciativa do procedimento a seguimentos e fatores distantes do cultural e do legal, de pouco valerá a própria decisão que Vossa Excelência venha a tomar no sentido da demolitória.

Mas, Senhor Prefeito, a medida é imperiosa.

No ofício 101/88 de 11.10.88, expendemos, como justificadoras dela, os argumentos de ordem histórica, de ordem cultural, e os que envolviam questões de fato ligadas à obra, no pressuposto de que, encontrando o nosso pensamento guardada na Procuradoria Geral, a esta não faltariam os subsídios técnicos para o suporte jurídico da medida própria.

Como, porém, tal não ocorreu e a decisão se impõe, cremos ser prudente demonstrar a Vossa Excelência a propriedade e premência da demolitória que oferecerá resultados positivos até na sua improcedência, oferecendo ainda ao Estado a alternativa de frustrar a demolitória com a conclusão do prédio que atenderia a uma corrente ligada ao Poder Judiciário, alheio embora aos problemas da cidade.

Eis os fundamentos jurídicos da ação.

1 - O Estado, em relação a política urbana do Município, se equipara ao municípe, sujeitando-se, em suas edificações, às posturas municipais. Os seus projetos, as suas plantas sujeitam-se à prévia aprovação do órgão competente da Prefeitura e esta deve embargar a obra que desatenda as suas posturas. A isenção de taxas não dispensa a licença.

Na obra em apreço não houve exame dos projetos. Não houve prévia aprovação. Não houve licença.

E se tivesse havido esta teria caducado, cabendo, em ambos os casos, ação demolitória.



Prefeitura Municipal de Niterói

Secretaria Municipal de Cultura

fl. 03

2 - A praça pública, o bem público é inalienável, tem como destinação única o uso pelo público. É não edificandi, por sua natureza. A Prefeitura não pode autorizar que nele se ergam edificações, porque ela é um bem que não pertence a Prefeitura. Não é uma propriedade do Poder Público: É um bem público.

Para que se construa na Praça Pública é preciso a sua prévia desafetação em ato do qual tem monopólio a Câmara Municipal com a desafetação a praça perde a sua principal característica e passa a constituir um bem do Poder Público sobre o qual é ilícito erigir-se obras.

Logo a obra é ilegal. Irremediavelmente ilegal. Trata-se de prédio erguido em praça pública sem prévia desafetação.

A demolitória se impõe.

3 - Quando o Estado iniciou a violência contra o patrimônio histórico, cultural e artístico de Niterói, engambelou aqueles que gritaram contra a destruição da Praça da República com a promessa de que no local do foro antigo, seria construída a praça e recolocado o monumento, após a destruição do prédio velho que servia de Sede do Poder Judiciário.

Foi a promessa de permuta. Era a condicional da construção do edifício.

Acontece que o prédio velho do foro foi tombado pelo próprio Estado através do seu Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, tendo sido a Prefeitura cientificada dessa decisão ensejando no seu âmbito, e na própria Procuradoria Geral, a CI/029/88.

Ora, com o tombamento se fez impossível o cumprimento da condicional. Deparece a conditio e, conseqüentemente, se tornou impossível para o Estado cumprir sua promessa.

4 - É dever do Município, na execução de sua política urbana, zelar pela estética da cidade e pela segurança de sua população.

O esqueleto fere a estética e ameaça a segurança até pelo fato de constituir tranquilo esconderijo para os marginais.



Prefeitura Municipal de Niterói

Secretaria Municipal de Cultura

fl. 04

A demolitória é uma necessidade.

5 - O prédio se destinava à Sede do Poder Judiciário só existente nas capitais, com órgãos espalhados pelo Estado. Consolidada a fusão com a rejeição da tese da defusão, não há mais porque se falar em sede do Poder. A Assembléia Legislativa cedeu sua antiga sede para a Câmara de Vereadores. O Poder Executivo cedeu seu palácio para o Museu do Ingá. Só o judiciário permite que ali tenha lugar um estacionamento tão irregular quanto o esqueleto.

A demolitória é o caminho.

O Município propondo a medida judicial, a demolitória é ação própria. A Funiarte teria ação, mas não seria a demolitória e nem o sujeito passivo ao procedimento seria do Estado solitariamente.

Esperamos que Vossa Excelência com estas novas informações, tome a decisão que no seu julgamento, melhor convenha a Niterói.

Respeitosamente

ALACIR EDUARDO SCISÍNIO

Secretário Municipal de Cultura

A Prefeitura Municipal de Niterói, por seu Procurador Geral infrascrito, querendo propor contra o Estado do Rio de Janeiro, competente ação demolitória, com preceito ~~seminariorio~~, como rito ordinário reconhecido no art. 282 do Código de Processo Civil, cumulada, no uso do permissivo contido no art. 292 do CPC, com a ação especial disciplinada na lei 7.347 de 24 de julho de 1985, vem expor e finalmente requerer a V. Exa. o seguinte:

- Os Fatos -

No princípio do século ~~construiu-se~~ nesta antiga capital um conjunto arquitetônico, de estilo neoclássico, formado pelos prédios do Liceu, da Câmara de Vereadores (que já serviu de sede da Assembléia Legislativa) do prédio da antiga Secretaria de Segurança, do prédio da Biblioteca Estadual e do Palácio da Justiça, tendo sido construído, em 1912, no centro desse conjunto a Praça na qual foi erguido um monumento à República, de autoria do escultor Corrêa Lima.

Esse monumento à República, cuja proclamação comemorará o seu centenário no próximo ano, foi inaugurado no governo de Feliciano Sodré que plantou naquela praça um pugilo de terra de cada município do antigo Estado do Rio.

Em 1969, em decorrência de um entendimento verbal entre o Interventor Geremias de Mattos Fontes e o então Presidente do Tribunal do antigo Estado do Rio, com total ~~an~~heia mente da Prefeitura peticionária em cujas repartições não tramitava nenhum pedido nem projeto, nenhum memorial, foi destruída a praça, derrubado o monumento, iniciando-se ali, sem licença, sem aprovação de projeto, a edificação da sede do Poder Judiciário, já que Niterói era a capital do Estado.

Dos entendimentos, teria resultado o compromisso de destinar-se o atual Palácio da Justiça que integra o conjunto arquitetônico, constituindo-se no espaço por ele desejado uma nova praça, reerguendo-se nela o monumento à República, como se somente a praça com seu monumento e não o conjunto arquitetônico devesse ser preservado.

Em 1972 paralizaram-se as obras que estavam sendo realizadas ao arrepio da lei, sem projetos aprovados, sem licença da autora, ficando, com a paralização, erguido ao alto, um esqueleto inútil, feio, perigoso, lembrança triste do poder discricionário, símbolo do desrespeito ao direito do povo e de sua Prefeitura, esqueleto que quebrou a harmonia, a estética, a beleza do lindo conjunto arquitetônico plantado pelo povo fluminense, pelo povo de Niterói no antigo morro do Campo Sujo.

No apagar das luzes do governo Chagas Freitas, o Estado tombou os prédios da praça inclusive o Palácio da Justiça, inviabilizando assim, sua destruição para a recomposição da praça.

Pelas razões acima o Conselho Municipal de Cultura, em 11 de agosto de 1987, endereçou ofício à Secretaria de Cultura transmitindo a decisão aprovada em 6/8/87 de pronunciar-se solidário com a idéia de demolição do esqueleto do novo Fórum, fazendo apelo no sentido de se proverem iniciativas cabíveis junto às autoridades superiores estaduais e municipais visando a reparação de um dos mais injustos e danosos atentados urbanísticos sofridos pela cidade de Niterói, ex-capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, de gloriosas e ineqüívocas tradições de civismo e progresso.

No Governo Leonel Brizola, vários entendimentos foram mantidos com o Governo Municipal de Niterói, buscando uma solução para o esqueleto havendo a OAB-RJ, oferecido uma minuta do "Protocolo de Intenções" que previa deliberação da Assembléia Legislativa "desativando" o antigo edifício do Fórum de Niterói, e da Câmara Municipal desafetando a Praça da República para que esses bens pudessem ser objetos de permuta.

A demolição pela implosão ou pelo sistema tradicional - é o caminho, pelas razões de direito que passamos a alinhar:

I - O Estado Réu, na edificação de seus prédios na zona urbana, sujeita-se as posturas municipais. É equiparado a qualquer munícipe, gozando a penas de imunidade fiscal, sem gozar do direito de construir como queira e onde queira. O município tem o monopólio da política urbana, da expedição de licença para edificações e da aprovação de projetos.

Na obra em apreço não houve projeto aprovado pela Prefeitura, não houve licença por ela expedida, nem autorização para o início das obras.

E nem poderia haver, pois nem mesmo a Prefeitura pode autorizar realização de obras na Praça da República. O fato de ter o Estado violado esse direito do município por várias vezes, construindo um Grupo Escolar no Campo de São Bento, um Posto de Saúde na Praça Vital Brasil, uma Rodoviária na Praça da República, uma sede para o CPDERJ em outra praça, não cria em seu prol o direito de repetir a violência.

É pois uma obra ilegal cuja destruição se impõe já que nela não se aplicaria o princípio da mais valia porque a área, pela sua afetação, é non edificandi.

II - É bom lembrar que a inação do Poder Público diante do erro, da fraude, não gera direito para ninguém. Mesmo houvesse a Prefeitura concedido a licença esta haveria caducado, cabendo, também nesse caso, a demolitória.

III - A Praça da República onde está plantado o esqueleto da edificação que serviria de sede do Tribunal de Justiça, não passou pelo processo de "desafetação". Continua Praça e, como tal, "non edificandi", inalienável, de destinação específica, de uso pelo povo.

Se houvesse licença esta seria nula. Não reduziria efeito. E a demolição da obra se imporia.

Resta informar que a desafetação é atribuído da Câmara Municipal e sem ela qualquer construção é de ser demolida.

IV - Uma condicional oferecida pelo Estado Réu para construir a sede do Tribunal de Justiça da antiga capi

tal foi a desafetação do edifício do Forum, sua demolição e entrega da área para colocação ali do monumento à República constituído de uma nova praça.

Acontece que o próprio Estado "tombou" o prédio do Forum tornando impossível permutá-lo, demolí-lo ou dar-lhe destinação diversa sob o ponto de vista arquitetônico.

Impossível o cumprimento da condicional por ato do próprio réu, compete-lhe demolir o "esqueleto" feio, imprudente, destruidor do conjunto arquitetônico e que hoje oferece perigo até aos transeuntes.

V - Para conclusão do prédio serão necessárias obras de reparo na estrutura ou nas lâminas que exige preço equivalente ao valor de uma nova estrutura. Além disso a Prefeitura Autora não expedirá as necessárias licenças até em razão dessa própria ação.

Os laudos anexos da EMOP, da CONCREJATO e JATOCRET atestam este fato.

VI - O prédio da qual existe apenas o esqueleto, serviria desde do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada. Com a fusão e a rejeição do projeto de desfusão, ficou definitivamente estabelecido a inutilidade do prédio que será exageradamente grande para abrigar os serviços forenses locais.

Isso indica o desinteresse do Estado Réu, em terminar a obra, sendo a permanência do esqueleto uma agressão a estética e um desafio ao povo saudoso de sua Praça da República, artística, bonita, que constituía um elo entre os majestosos prédios que a cercavam.

- O Pedido -

Pelo exposto vê-se a ilegalidade da construção feita na praça pública, diante do qual faz-se imperiosa a procedência dessa ação com a finalidade de obrigar o Estado Réu a demolir o chamado "esqueleto" num prazo de 30 dias, sob pena de ficar a Prefeitura Autora autorizada a fazê-lo as expensas do réu de quem poderá cobrar o valor da demolição e da reconstrução da Praça da República nos moldes anteriores à sua destruição, condenando ainda o Estado a recompor o edifício do forum tombado pelo Patrimônio Estadual e impossível de ser demolido ou alienado.

Nestes termos, anexando a este os processos administrativos que elucidam os fatos e protestando por todo

o gênero de prova em direito permitido, inclusive documental, testemunhal e pericial, requer a Autora se digne V.Exa. determinar a citação do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do seu representante legal para que, caso, queira, ofereça ao pedido a contestação que tiver, ficando desde logo ciente dos ulteriores termos da ação, na qual se verá condenada nos termos do pedido a demolir o esqueleto da Praça da República ou arcar com os ônus da demolição que a Prefeitura Autora venha a fazer, como medida eficaz para restabelecer o direito popular pedido de morte, recuperar a praça que simboliza o trabalho de Niterói em favor da República e recuperar a harmonia do maior e mais belo conjunto arquitetônico da Cidade.

Ita Speratur!

Niterói, RJ, 13 de dezembro de 1988.

ALDIR RAYMUNDO MORAES DO VALLE
Procurador Geral de Niterói

A Procuradoria Municipal de Niterói, ofício em 18/19/84 ao Dr. Helio Saboia, Presidente da OAB-RJ, dando-lhe conta do acatamento prefeitural da minuta acima referida.

Ao Diretor do Departamento de Justiça o então Procurador Geral do Município, Dr. Herval Basílio enviou o ofício 74/84 afirmando que "manifestado que foi o firme propósito dos governos estadual e municipal de adotarem as providências convencionadas para aquele evento, a formalização deste anúncio estaria então na exclusiva dependência da assinatura de Protocolo de Intenções sugerido em sua posterior consumação".

O Estado Rêu nada mais disse. Nada mais fez. Ao invés de desafetar o edifício do Fórum consolidou administrativamente o tombamento que fez de todo o conjunto arquitetônico, nos termos do art. 5 do Decreto 1904, de 14 de junho de 1978.

Por tudo isso, impõe-se a demolição da obra ilegal e inacabada, conhecida por "esqueleto" que é um atentado à cultura niteroiense, à arte, à história, à autonomia do município, aos princípios de direito urbano que assume realce neste momento em que se aproxima o ano do centenário da Proclamação da República.

Aliás pela demolição já se manifestou o Ilustre Governador Moreira Franco, segundo notícia da "Última Hora" de 10/09/77, página 9. A Vice-Diretora da OAB-RJ em 17 de setembro de 1981 pelo ofício - relatório que abriu na OAB o processo nº CSG/064.800/81, inclui, (página 12) "a implosão do esqueleto e refazimento da Praça com suas características tradicionais" como uma solução alvitrada. O Instituto de Arquitetos do Brasil em 27/8/81, sob a coordenação da Arquitecta Regina Bienstein Zohinsein ~~XXXXXXXX~~ em assembléia, da qual participou o Secretário de Obras da Prefeitura, o Presidente da 10ª Sub-Seção da OAB opinou igualmente pela demolição (fls. 53). Em novo estudo endereçado pela 16ª Sub-Seção da OAB ao então Presidente da Seccional, Dr. Costa Neto, pelo ofício 365 de 29/9/82, novamente sugere a implosão ou demolição do "esqueleto" (fls 72) ainda que com a alternativa da entrega a empresa privada para exploração dos andares de lamina... Síntese desse relatório foi, aliás, publicado em "Setedias", de 11/10/81. Em 7/10/83 o atual Prefeito Waldenir de Bragança afirmou ao "O Fluminense" que queria a Praça de volta, entendendo que o "esqueleto" deveria ser implodido, depois de averiguar que o prédio está condenado, não apresenta condições de funcionamento".

ANEXO 12

Artigo "Pereira das Neves: não houve crime" no Jornal Fluminense de 31 de maio de 1989, p.3.

Pereira das Neves: não houve crime

O presidente da Empresa de Obras Públicas (Emop), José Augusto Pereira das Neves, não quis comentar a notícia de que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Niterói poderia entrar com uma ação penal contra o Governo do Estado por crime contra o patrimônio público em consequência da implosão do esqueleto. Pereira das Neves disse que só comentará o fato quando for notificado oficialmente e que o assunto

é para advogados. "Sou engenheiro, não entendo nada disso",

Adiantou, no entanto, que não acredita ter cometido um crime contra o patrimônio público. "Isso é um problema para a área jurídica", frisou. O ex-deputado garantiu que o cronograma para a retirada dos entulhos não fricassou. O serviço deveria ter começado na segunda-feira passada e, até o meio-dia de ontem, Perei-

ra das Neves não sabia precisar o dia em que o contrato com a empresa responsável pela remoção será assinado.

— Eu disse que até 40 dias após a implosão a área estaria limpa, livre dos escombros. Este prazo continua de pé — observou. Segundo ele, a demora na assinatura do contrato não foi causada por indefinição da Emop, mas, sim por estratégia. "Não quis assinar o contrato sem que a implo-

são tivesse acontecido", disse, revelando ter tido dúvidas até domingo se o prédio viria ou não abaixo.

O presidente da Emop acrescentou que faltam alguns detalhes jurídicos, para a assinatura do contrato. Quando a empresa começa a remover os restos do "esqueleto", toda a área será coberta por tapumes de madeira com dois metros de altura.

Advogado mantém ação

O advogado Francisco de Assis — que conseguiu retardar a implosão do esqueleto da Justiça por um mês — anunciou que dará prosseguimento à ação popular impetrada por ele no dia 6 de abril para responsabilizar criminalmente quem mandou demolir o prédio. O advogado irá, esta semana, à 4ª Vara de Fazenda Pública, no Rio de Janeiro, acompanhar o processo e estudar as medidas a serem tomadas.

Francisco de Assis alega que houve lesão ao patrimônio público, pois, no entender dele, a Justiça não autorizou a implosão. "Consegui uma liminar que suspendia os trabalhos preparatórios para a implosão. Quando esta liminar foi cassada, o Estado poderia continuar

O Fluminense

Niterói, quarta-feira 31 de maio de 1989 3

a fazer os preparativos. Só isto. Não podia implodir. Com a cassação da liminar, eles poderiam até colocar os explosivos lá dentro, mas não detoná-los", frisa.

Segundo ele, se ficar comprovada a lesão ao patrimônio, os responsáveis pela implosão terão que ressair o Estado pelos prejuízos. "É muito cedo para falar em indenizações, mas o valor da causa é o mesmo estipulado pela Emop para a construção do Palácio da Justiça no "esqueleto", ou seja, US\$ 10 milhões". Acrescentou, no entanto, que não receberá nada, pois abriu mão dos honorários em favor da construção de um "Fórum digno para a cidade".

Sobe a cotação do ferro-velho

A cotação do quilo do vergalhão nos ferros-velhos de Niterói — em média a NCz\$ 0,07 — fez aumentar o número de garimpeiros nos escombros do esqueleto do Palácio da Justiça, implodido no último domingo. Muntidos de martelo, marteia e carrinhos, cerca de 50 pessoas engrossaram o grupo de trabalho, ontem de manhã no Centro da cidade, acompanhadas de dezenas de curiosos.

Dos ferros-velhos localizados na periferia de Niterói, os vergalhões são vendidos para siderúrgicas, que compram o material por tonelada. Na Siderúrgica Cosigua, em São Gonçalo, a cotação está a NCz\$ 125,00, ficando a NCz\$ 0,13 o quilo — ou seja, um lucro de NCz\$ 0,06 para os ferros-velhos. Segundo um funcionário da Cosigua, a empresa se compromete a buscar o produto no ponto de venda.

O estudante Alexandre Santos Faria, de 16 anos, aproveitou a greve dos professores da rede estadual para “faturar uns bons trocados” nos escombros. Com um mar-

telo e um carrinho de obra emprestados de um vizinho, ele conseguiu até as 11 horas cerca de dois quilos de vergalhão, que venderá no bairro de São Lourenço: “Vai ajudar nas minhas despesas”, afirmou etc.

A implosão do prédio de 18 andares antecipou os planos do pedreiro Ronaldo Costa Santos, de 40 anos, de construir uma nova casa no Morro do Estado. Ontem ele procurava os vergalhões grossos, que servirão para as lajes da casa. Assustado, o pedreiro protestou quando soube de um boato que correu entre os garimpeiros, de que o Governo do Estado tinha determinado a retirada deles do local com Polícia.

— Isso aqui não tem dono, o dono somos nós mesmos. Eles fazem um prédio caro desse jeito com o nosso dinheiro, gastam mais uma fortuna para desmontar, e depois querem ganhar mais lucro enquanto tanto nós não temos nem casa direito para morar — declarou o pedreiro.

Garimpeiro de 90 anos na caça

Entre as dezenas de pessoas que resolveram garimpar as sobras do Palácio da Justiça, o destaque fica como aposentado pela Prefeitura de Niterói: Atilio Alves Corrêa. Aparecendo ainda muito vigor físico, Atilio não se lembra de quando nasceu, mas tem um ponto de referência: “Foi perto da assinatura da abolição da escravatura”, comenta. Aos 90 e poucos anos ele conseguiu, em dois dias de trabalho na Praça da República, cerca de oito quilos de vergalhão, que servirão para ajudar nas despesas da casa, no Morro do Estado.

Antes da implosão do “esqueleto”, Atilio tinha como biscoite receber papel e jornal nas ruas do Centro. O trabalho rendia cerca de NCz\$ 40,00 por mês. Mas mesmo com a idade avançada, não cedeu à tentação de catar ferro entre os blocos de concreto do edifício. O dinheiro extra que entrará em casa “servirá apenas para comprar mais feijão e arroz”, explica o idoso. “Com o salário mínimo que eu recebo, até para comprar comida fica difícil”, declarou. Atilio, no entanto, não reclama da vida. Quando lhe perguntam se ele não está idoso demais para esse tipo de trabalho, responde: “Me acho novo, estou muito forte ainda. Os jovens de agora é que não chegam aonde eu cheguei”, diz com orgulho.

No barraco do Morro do Estado — onde vende os vergalhões para um ferro-velho da Rua Padre Anchieta



Atilio entre os escombros

— Atilio poderá morar sozinho, já que seus cinco filhos são casados. Isso, no entanto, não acontece. Ele conta que em vez de ajudarem-nos, os filhos dão-lhe despesa. São 30 netos, “e não sei quantos bisnetos”, e é para o barraco do avô — morador há 50 anos no lugar — que a garotada vai nos momentos de dificuldade.

“Filho, isso dá é despesa”, reage o aposentado, que garante, no entanto, conhecer todos os netos pelo nome. “É lógico que o amor que tenho por eles é que me faz trabalhar tanto”, completa.

ANEXO 13

Publicações sobre a implosão do "esqueleto".

O GLOBO

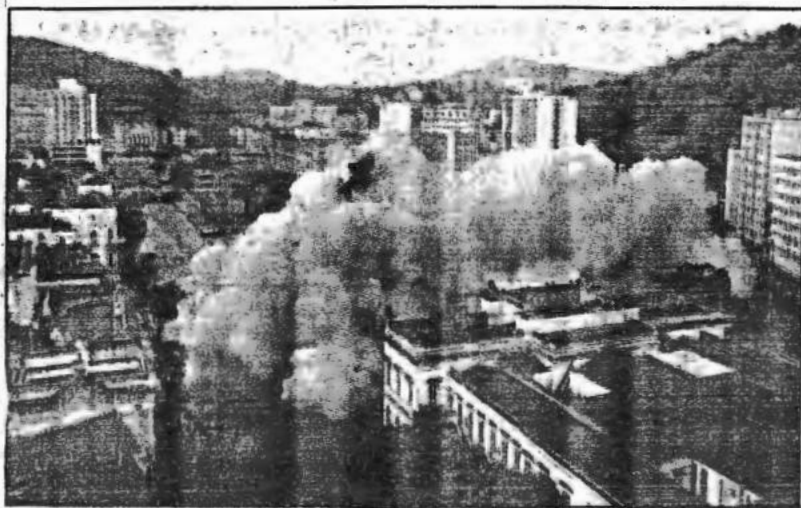
Fundador: IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

-ANO LXIV — RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1989 — N° 20.277

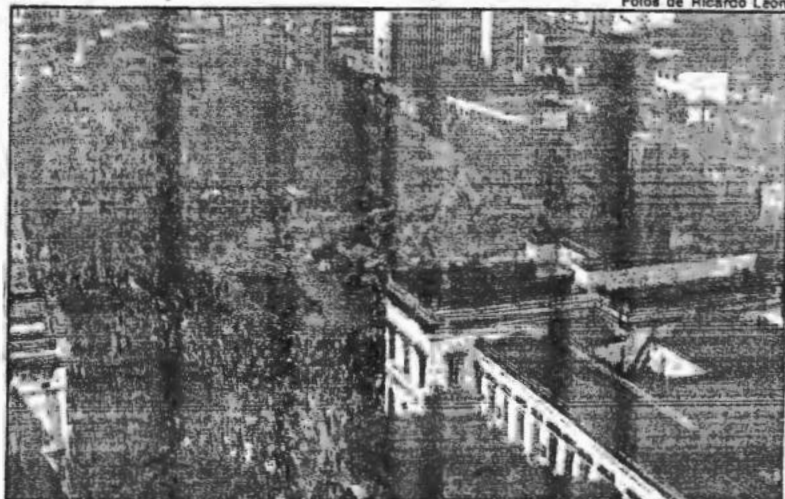


Em cinco segundos, a maior implosão já realizada no País forma



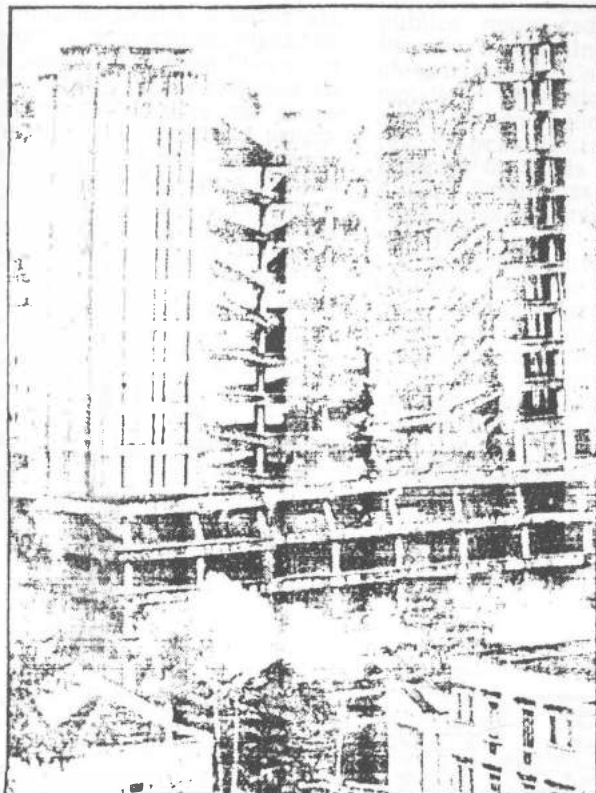
uma nuvem de poeira no Centro de Niterói e transforma em um

Fotos de Ricardo Leoni



monte de entulhos o esqueleto do Palácio da Justiça. Página 9

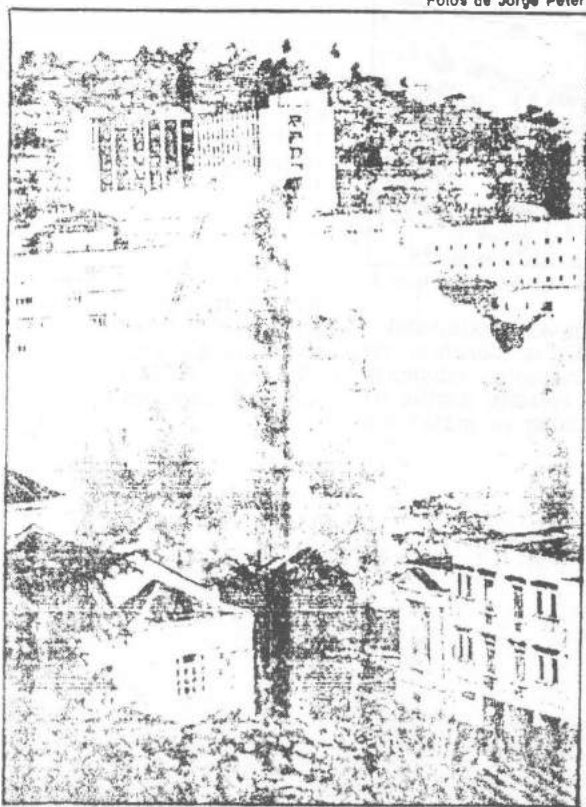
Implosão faz o espetáculo em Niterói



Às 7h30m o prédio inacabado do Palácio da Justiça começa a cair. Em cinco segundos, o "esqueleto" desaparece

Fotos de Jorge Peter

Foto de Delfim Vieira



em meio a uma nuvem de poeira. Após a implosão, saqueadores puxam até o plástico de proteção da Biblioteca

rêm, em poucos segundos o resto do prédio afundou e apenas pequenos pedaços de concreto atingiram o asfalto da avenida.

Uma grande nuvem de poeira tomou conta do local e, a partir daí, quebrando a perfeição dos trabalhos, os 350 homens da Defesa Civil e dos outros órgãos públicos responsáveis pela interdição da área não conseguiram conter os curiosos. A programação da Defesa Civil — que, junto com as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura municipal de Niterói, interditara a Amaral Peixoto e as Ruas Dr. Celestino, Coronel Gomes Machado, Marques de Olinda e Visconde de Itaboraí — previa a liberação da área somente 30 minutos após a implosão. As 7h45min. entretanto, o Vice-Prefeito de Niterói, Eduardo Travassos, do Partido Verde já estava sobre os escombros com uma palmeira e uma faixa.

O engenheiro Hugo Takahashi, da CDI Implosões, responsável por pelo menos 30 das cerca de cem implosões já realizadas pela firma, não conseguiu esconder sua alegria ao ver os 18 andares do que seria o Palácio da Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, no Centro de Niterói, transformados em entulho num piscar de olhos, comprovando a precisão de seus cálculos.

As 7h30min. horário previsto pela equipe responsável pela implosão, o presidente da Emop — Empresas de Obras Públicas, José Augusto Pereira das Neves, acionou um pequeno detonador, parecido com uma caneta. Praticamente no mesmo instante ouviu-se um grande estrondo e, em cinco segundos, as 43 mil toneladas de concreto armado estavam no chão, derrubadas por 350 quilos de gelatina explosiva que haviam sido distribuídas pelo esqueleto nos últimos 20 dias.

No terreno, a Praça da República

No lugar do prédio demolido pela implosão, ressurgirá a Praça da República, inaugurada em 1927 pelo Presidente Washington Luís, com obras do escultor Correia Lima, e demolida em 1970 pelo então governador do Estado do Rio, Geremias Fontes. O presidente da Emop — Empresa de Obras Públicas, José Augusto Pereira das Neves, pretende reinaugurá-la antes das próximas eleições.

Hoje a Emop inicia a remoção dos entulhos, que serão entregues à Marinha para um aterro na Ilha de Mocanguê, em Niterói. Ontem, muitas pessoas aproveitaram para levar vergalhões, tapumes, pedaços de concreto e até o automático de um holofotê que ficou jogado no chão. Até o plástico que protegia a fachada da Biblioteca foi levada para servir

de cobertura para a casa de Arnaldo Silva, no bairro de Santa Luzia.

Demolida para dar lugar à construção do Palácio da Justiça, a Praça da República formava um conjunto arquitetônico com o Forum, a Câmara Municipal, o Liceu Nilo Peçanha, a Polinter e a Biblioteca Municipal. Em pedestais de granito foram colocadas estátuas de Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e Silva Jardim, em tamanho natural, e placas de bronze explicavam o papel de cada um na luta republicana. No alto do pedestal principal havia uma figura feminina dirigindo uma biga puxada por dois cavalos, tendo a frente um homem e três meninos controlando os cavalos. A escultura simbolizava a imagem da República, na concepção de Correia Lima.



A multidão cerca os escombros do prédio no local onde ressurgirá a praça

Imediatamente após o detonador ser acionado, as 900 explosões programadas começaram a acontecer. Os últimos andares do edifício, onde ocorreram as primeiras explosões,

tombaram para o lado da Avenida Amaral Peixoto, dando a impressão de que seria a única parte a cair, e exatamente sobre a Câmara Municipal, no lado oposto da Avenida. Po-

Técnico inicia preparativos para implosão

O engenheiro Hugo Takahashi, responsável pela implosão que vai colocar abaixo, no domingo, o esqueleto do prédio que seria o Palácio da Justiça, no Centro de Niterói, comandou ontem as primeiras perfurações em pontos estratégicos da construção e a colocação de telas protetoras. Amanhã, às 8h, técnicos e operários da CDI (firma de São Paulo) começam a colocar os explosivos. A visita de alerta da Defesa Civil a moradores de dois prédios próximos — que devem deixar a área até 18h de sábado — foi transferida para hoje, depois de reunião de representantes dos órgãos envolvidos na operação no quartel-central do Corpo de Bombeiros, às 10h.

O clima era de expectativa em bairros vizinhos e nos edifícios Big-Ben e Santa Cruz, na Rua da Conceição, de onde os moradores serão retirados a partir das 8h de sábado. Alguns sabem para onde ir — “vou para a casa de meu pai”, disse Luciana Miranda, que mora com a mãe na Rua da Conceição, 42 —, mas outros não têm onde passar a noite de sábado e a manhã de domingo. Ana Cristina Faria, que mora um pouco distante do prédio a ser implodido, lamentou ter de viajar com a família, mas garantiu que verá o espetáculo pela TV. A Empresa de Obras Públicas, responsável pela operação, contratou firma de publicidade para divulgar, pelos meios de comunicação, as medidas de segurança.

Dificuldade — O engenheiro Hugo Takahashi — que está há uma semana em Niterói com equipe de 15 técnicos da CDI — disse que esta será a implosão mais difícil de todas que já fez. “O prédio só tem concreto, não tem um tijolo e isso dificulta o trabalho”, explicou. “Mas tudo sairá bem”, tranquilizou. Segundo ele, quando um prédio a ser implodido tem toda a sua estrutura — tijolos, portas, janelas, etc. — a operação fica mais fácil, porque esses componentes fazem a construção descer em velocidade maior. Para colocar abaixo o esqueleto de 16 andares de concreto armado, serão necessários 350 quilos de explosivos.

A colocação de telas protetoras de arame em torno do prédio tem a finalidade de evitar que, ao cair, as pedras do prédio sejam lançadas contra edifícios próximos, como o Arquivo Nacional, a Câmara Municipal, o Fórum e a 1ª Região Policial. Takahashi explicou que serão necessários 10 tiros para colocar o esqueleto abaixo. “O primeiro tiro fará um barulho muito forte. Os outros nove serão mais fracos”, explicou. Em cinco segundos, o que seria o Palácio da Justiça da antiga capital do Estado do Rio de Janeiro não existirá mais. Em seu lugar, restarão 34 mil toneladas de entulho, retiradas da área em 30 ou 40 dias, e levadas para o aterro da Base Naval de Mocanguê, segundo convênio assinado entre a Marinha e a Emop.

Oficiais do Corpo de Bombeiros e da PM, integrantes da Defesa Civil, engenheiros da Emop e da CDI e policiais civis vão preparar hoje os últimos detalhes para a implosão, em reunião no Rio. Será estabelecida área para a imprensa e montado esquema de emergência nos Hospitais Santa Cruz e Antônio Pedro, em Niterói, do qual participarão médicos e ambulâncias do Corpo de Bombeiros.

Moreira diz que implosão

Niterói, sábado 27 de maio de 1989 5

é sonho antigo



— Para mim tem grande significado, porque eu sei o que foi de agressão, desrespeito à população, a destruição da Praça e a existência, durante todos esses anos, daquele “esqueleto inútil, que acumulava água, sujeira, provocava doenças, destruiu papéis do Arquivo e da Biblioteca, restringia a circulação do Centro de Niterói, que é histórico.

A declaração é do governador Moreira Franco a O FLUMINENSE ao falar sobre a implosão do “esqueleto” do prédio que seria destinado à Justiça. O governador acrescentou que “a Praça da República, na sua edificação original, significava o vigor do sentimento republicano, até pela integração arquitetônica de estilos diferentes em torno dela. Nós temos o Liceu, a Assembléia Legislativa, o Palácio da Justiça, a Biblioteca, e enfim o coração da cidade de Niterói”, enfatizou Moreira.

A seguir disse:

— Eu, como Prefeito de Niterói, lutei muito para resolver esse problema. E só agora como governador vou realizar esse sonho que é de todos os niteroienses e meu.

Para o Governador Moreira Franco, a implosão do esqueleto “tem um certo sabor de repetição



Governador Moreira Franco

histórica, porque a Praça foi planejada por Feliciano Sodré, na época em que era prefeito, e não teve meios para executá-la e só conseguiu realizar a obra como governador, com o apoio financeiro do Presidente Washington Luiz, com quem inaugurou no dia 15 de novembro de 1927, para comemorar a Proclamação da República”.

— Nós vamos comemorar o

centenário da República restituindo a Praça ao povo de Niterói, garantindo dignidade à Justiça, já que vamos promover a recuperação do Palácio da Justiça e incorporar o edifício das Secretarias a este Palácio para que nele a Justiça possa executar os seus trabalhos e garantir os direitos democráticos aos cidadãos niteroienses — finalizou Moreira Franco.

Ex-Governador se arrepende de ter iniciado construção

“Se soubesse que o Padilha não concluiria a obra e que haveria a fusão, não teria sequer iniciado a construção do Palácio da Justiça”. O arrependimento é do ex-Governador Geremias de Mattos Fontes, 20 anos após ter concordado em gastar 6 milhões de cruzeiros novos para dar novas instalações à Justiça do antigo Estado do Rio. Uma verba fabulosa, se comparada com o orçamento anual do município de Araruama na época: 900 mil cruzeiros novos.

Geremias, hoje com 58 anos, diz que é favorável à implosão, “desde que as estruturas estejam realmente abaladas”. Para ele, tanto o seu sucessor, Raimundo Padilha, quanto a fusão dos Estados foram responsáveis pela não conclusão da obra. “Pelo que me lembro, paguei todos os compromissos e ainda deixei uma previsão orçamentária para que ele pudesse dar andamento as obras do Palácio da Justiça”, disse Fontes.

Pelo plano inicial, o prédio ficaria concluído até março de 1971, quando Mattos Fontes deixou o Palácio do Ingá. Mas uma série de dificuldades técnicas, que ele não soube precisar quais, fizeram com que as obras atrasassem. Assim, segundo Geremias, quando o ex-Governador Padilha assumiu, o prédio tinha seis andares. (São dezoito).

A decisão de levantar um imponente prédio surgiu após uma reunião no Palácio do Ingá entre um grupo de desembargadores, o Secretário de Obras, Carlos Castanheiro Damásio, e o Secretário de Justiça, Paulo Pfiel no final do ano de 1969. Hoje, Geremias avalia que a impo-nência do Tribunal de Justiça da então Guanabara pode ter influenciado na vontade dos desembargadores do antigo Estado do Rio de ter um prédio mais moderno.

O projeto inicial não era nada modesto. O atual “esqueleto”, se concluído, teria até um heliporto, restaurante com visão panorâmica e garagem subterrânea. A fachada seria de vidros coloridos. O então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Pellini dizia na época



Geremias Mattos

que o novo prédio seria “um dos maiores e melhores de todo o país, superado ou igualado apenas por uns dois ou três”.

Segundo Pellini o prédio teria todos os requisitos para um moderno funcionamento, com mesas telefônicas especiais e sistema de comunicação interna entre todos os setores. “Será uma obra monumental”, dizia.

A 24 horas da implosão, Geremias Mattos lamenta o dinheiro gasto, mas diz que não contraiu empréstimos. “Na época foi aprovado na Assembléia Legislativa a criação de um Fundo Judiciário que era de onde vinha a verba. O dinheiro não saía da caixa do governo”, garantiu Geremias que, no entanto, não soube dar maiores detalhes sobre o funcionamento do fundo.

O ex-governador concorda com a denominação de entulho autoritário dada aos restos do “esqueleto”. “Naquela época não se respirava liberdade, mas fizemos diversas consultas à comunidade”, garante. Ele diz que seu governo não ficou marcado pela construção do “esqueleto”. “Construí mais de 15 fóruns por todo o Estado”, finaliza.

Secretário de Padilha contesta declarações

O Secretário de Obras do Governo Raimundo Padilha, Waldir Ramos da Costa contestou a declaração do ex-Governador Geremias de Mattos Fontes, de que teria deixado o governo com uma previsão orçamentária para o andamento das obras do Palácio da Justiça. Ele declarou também, que ao receber o governo, o prédio estava com apenas quadro andares, e não seis como afirmou Geremias. Disse que logo que assumiu a Secretaria de Obras foi procurado pelo engenheiro Pedro Wrope, responsável pela obra, que lhe cobrou o pagamento da quarta laje que o governo passado não havia pago.

Waldir explicou, que o contrato elaborado pelo governo Geremias, previa o pagamento da obra de acordo com os andares que fossem levantados e contava com o aval do Banerj. Ele afirmou que ao assumir o governo, foram obrigados a elaborar um novo contrato, que foi feito no próprio Banerj, prolongando o pagamento da obra. Nesse contrato só ficou determinado que a Wrope terminaria a estrutura de todos os andares do prédio que seria destinado ao Palácio da Justiça.

— Nós pagamos outro financiamento para pagar a obra que praticamente tocamos e pagamos toda em nosso governo. Eu não me recordo o valor do financiamento, mas depois da obra de estrutura de todo o prédio tivemos outro problema, o de levantar recursos para o término e acabamento do prédio. Nesse período a estrutura apresentou uma série de trincas e gastamos mais dinheiro com uma firma que fez os reparos — afirmou o ex-secretário.

Ele afirmou que chegou a visitar o fórum da cidade e constatou que a Justiça não estava bem instalada. Segundo ele o governo voltou a tentar um financiamento para o término da obra, e nesse meio tempo veio o anúncio da fusão.

Praça estará pronta no Centenário da República

Dentro de 180 dias o niteroiense terá a Praça da República de volta à Avenida Amaral Peixoto. Pelo menos é o que prevê o acordo de cavalheiros feito entre a Empresa Municipal de Obras Públicas, (Emop) e a Empreiteira Cobeza Engenharia, que ganhou a concorrência e será responsável pela retirada dos entulhos, urbanização e montagem do monumento da Praça da República. Até ontem, no entanto o contrato formal ainda não havia sido assinado entre as duas empresas e, segundo o proprietário da Cobeza Carlos José Bezamat, por “pequenos problemas burocráticos” que serão resolvidos na segunda-feira.

Mesmo assim, o engenheiro garantiu que, na hora da implosão, ele e sua equipe estarão no local para acompanhar tudo. A remoção dos entulhos, no entanto, só será feita a partir de segunda-feira, quando os técnicos poderão avaliar o lugar,

qual o material necessário para o serviço, quantos homens estarão trabalhando e quantos caminhões e equipamentos serão utilizados.

— Nós não definimos ainda como será a remoção, pois primeiro temos que ver in loco a situação. Na segunda-feira, às 8 horas, nossos engenheiros estarão no local para avaliar o que será necessário para o trabalho. É a primeira vez que nossa firma trabalha com implosão e, pelo que sei é a primeira no Estado, e não seria prudente fazer um cronograma antecipado de tudo que será feito. Só vendo o local para avaliar e, a partir daí, imediatamente os entulhos começarão a ser retirados — afirmou o engenheiro.

Bezamat informou ainda que, apesar de não ter programado como será a retirada dos entulhos, pelas informações que obteve do engenheiro Hugo Takahashi, serão 17 mil metros cúbicos de escom-

pros. Por esse dado, ele acredita que serão necessários de dois a três meses para que todo o local fique limpo, e a empresa possa iniciar a obra de reconstrução da praça e montagem do monumento.

— O que nós sabemos é que, com a implosão, os destroços ficarão como uma espécie de lâmina, sobre o local onde foi construído o prédio. Por isso, a Avenida Amaral Peixoto não deverá ser afetada e nós poderemos trabalhar sem prejudicar o movimento da rua — afirmou Carlos José Bezamat, acrescentando que a praça será reconstruída como a original, respeitando sua planta e detalhes. A quantidade de material para sua reconstrução, no entanto, ele só poderá avaliar depois da remoção de todos os entulhos. Pela previsão da Emop e da Cobeza a inauguração da praça será no dia 15 de novembro, quando se comemora o Centenário da Proclamação da República.

ANEXO 14

Jornal A Tribuna de 20 de fevereiro de 1989 sobre a
destruição da Praça da República por Willliam Mendonza.

o JORNAL VERDADE DO ESTADO DO RIO

ANO LI — Nº 19.183

Niterói, segunda-feira, 20 de fevereiro de 1989

UM CRIME ATÉ HOJE IMPUNE

11:00

Texto: William Mendonça

EX-SECRETÁRIO AFIRMA QUE DEMOLIÇÃO DA PRAÇA FOI NECESSÁRIA

Está próxima a ressurreição de uma das inúmeras vítimas do regime militar: A Praça da República. Destruída no governo de Getúlio Vargas, em um de seus vários momentos de insensibilidade, a praça daria lugar ao novo prédio do fórum da então capital do (antigo) Estado do Rio de Janeiro, em constante crescimento, sem que fosse levada em conta a opinião pública, totalmente contrária. Em março ou abril (em data a definir) o esqueleto será demolido, acabando com o incômodo contraste estético que provocou durante quase vinte anos. O monumento à República, obra-prima de José Otávio Correia Lima, será reconstruído, na medida do possível, já que grande parte dele se perdeu ao longo dos anos.

No início do ano passado, técnicos da EMOP (Empresa de Obras Públicas) vistoriaram o esqueleto e concluíram que a obra poderia ser terminada. No entanto, sairia muito caro ao governo estadual reforçar os alicerces, revestimentos, colocar elevadores entre outras obras, do que demolir o prédio e reconstruir no local a Praça da República. Segundo dados da Emop, a imploração custará NCz\$ 2,5 milhões (incluindo a melhoria do Palácio das Secretarias, que acolherá o judiciário, e a reforma do prédio do fórum) enquanto completar a construção do novo prédio custaria cerca de nove milhões de dólares. Além da reconstrução da Praça e do monumento à República, haverá um "pacote de benefícios" para todos os prédios em volta. A imploração será realizada pela firma CDI, de São Paulo.

Idealizada em 1913 por Feliciano Sodré, quando prefeito de Niterói, a partir de um desenho do francês Dupuis Tesson, a Praça da República faria parte de um conjunto arquitetônico onde estariam contidos os três poderes da capital do Estado. Para tal, foi colocado abaixo o Morro da Conceição, chamado de Campo Sujo e usado como lixeira não oficial da cidade. No entanto, o Poder Executivo não pôde ser instalado no local e, somente em 1927, Feliciano, já como Governador do Estado, pôde concretizar a sua idéia. No dia 15 de novembro, com a presença do presidente Washington Luís, o Monumento à República foi inaugurado, em grande solenidade.

A praça fazia parte de um extenso corredor cultural da cidade, composto pelo Liceu Nilo Peçanha, a Câmara, o Edifício da Polinter, o Fórum e a Biblioteca Estadual (construída posteriormente, em 1935). Segundo o historiador e jornalista, Luiz Antônio Pimentel, um dos grandes defensores da Praça, a Praça da República é, na verdade, o conjunto de todos os prédios. "Se aumentassem o gabarito das construções ao redor da praça ela iria desaparecer", diz Luiz Antônio, lembrando que "de qualquer um dos cantos da Praça se tinha uma visão de 180 graus de todo o conjunto". Para ele, a construção do Prédio do Fórum naquele local "foi a maior cretinice", ressaltando que o prédio quebrou toda a harmonia do local. Luiz Antônio lembra que, durante mais de 40 anos, a praça serviu como ponto de encontro e de manifestação cívica da população da cidade.

O monumento à República, na verdade a razão da existência da Praça, tinha em seu centro a figura de uma mulher segurando o Barrete Frígio, representando a República, puxada por uma biga. Nos lados, encontravam-se estátuas de três grandes figuras fluminenses: Benjamin Constant, sentado dando aula; Silva Jardim, em pé, de braço levantado, em posição de grande orador e Quintino Bocaiúva, sentado escrevendo. O monumento continha ainda placas com explicações sobre o papel destes homens na história do país além dos brasões de todos os municípios do Estado e saquinhos com terra de cada um deles, representando a unidade do Estado. Ainda hoje, o que sobrou do monumento pode ser visto num terreno ao lado do fórum por quem passar pela Rua da Conceição.

Em 1970, ironicamente no ano do Centenário do Manifesto Republicano redigido por Quintino Bocaiúva, o Governador Geremias de Mattos Fontes, hoje pastor protestante em São Gonçalo, por reivindicações do poder Judiciário, autorizou a demolição da Praça para no local construir o novo fórum. A alegação de que era preciso construir um novo prédio para comportar o judiciário nada tinha de absurdo, mas o local escolhido foi contestado por toda a população na época. Foi prometido à população que, após o término da construção, o antigo fórum seria demolido e a Praça seria reconstruída. Nada disso aconteceu. O monumento foi retirado e levado para um depósito da prefeitura de onde muito foi roubado. Toda a parte de cantaria ficou jogada na lixeira desativada de Viçoso Jardim e no terreno do Centro Educacional de Niterói, próximo à Praça.

Durante o Governo de Geremias Fontes, foi construída boa parte da estrutura ao prédio e no governo de Raimundo Padilha, por questões de contenção de despesas, em 1972 as obras foram paralisadas. Logo após, veio a fusão, e Niterói perdeu o "status" de capital do Estado. O prédio novo do fórum perdeu sua importância. De lá para cá, não faltaram protestos de pessoas como Luiz Antônio Pimentel, Quirino Campofiorito, Carlos Couto, e de Entidades como a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos, além do próprio jornal A TRIBUNA, que sempre denunciou o abandono das peças do monumento. Vários apelos foram feitos a prefeitos, e governadores, para que o monumento fosse recuperado até que, em 1983, na gestão de Waldenir Bragança, o que sobrou do monumento foi colocado numa área ao lado da ex-praça.

Luiz Antônio Pimentel, que conseguiu a sessão da área com o Prefeito, lembra que "durante todo o tempo eu pedi que se arranjasse um lugar que garantisse a integridade do monumento". Para ele, a demolição do esqueleto e a reconstrução da Praça "é uma maneira condescendo e eloqüente de se comemorar o Centenário da República e os 200 anos da tomada da Bastilha".

Quanto à parte morta do monumento (brasões e inscrições) que desapareceram, Luiz Antônio diz que "devem ter sido vendidos ou estão na casa de algum bandido ou colecionador".

José Chacon de Assis, Presidente da Afea, considera uma grande vitória a implosão do prédio do fórum. Ele lembra o monumento "a praça é do povo" dizendo que "a gente vinha falando sobre isso há muito tempo". Para ele, a decisão de demolir o prédio não foi atitude estudada do governo e diz que há seis meses atrás, o movimento procurou o governador Moreira Franco, que se mostrava insensível e prometia acabar a construção. "Nós procuramos o Moreira e ele não quis nos receber", lembra ele, que garante uma grande festa no dia da implosão.

**"A PRAÇA ERA SINÔNIMO DE
AGLUTINAÇÃO POPULAR.
ELES TINHAM MEDO DISSO".**

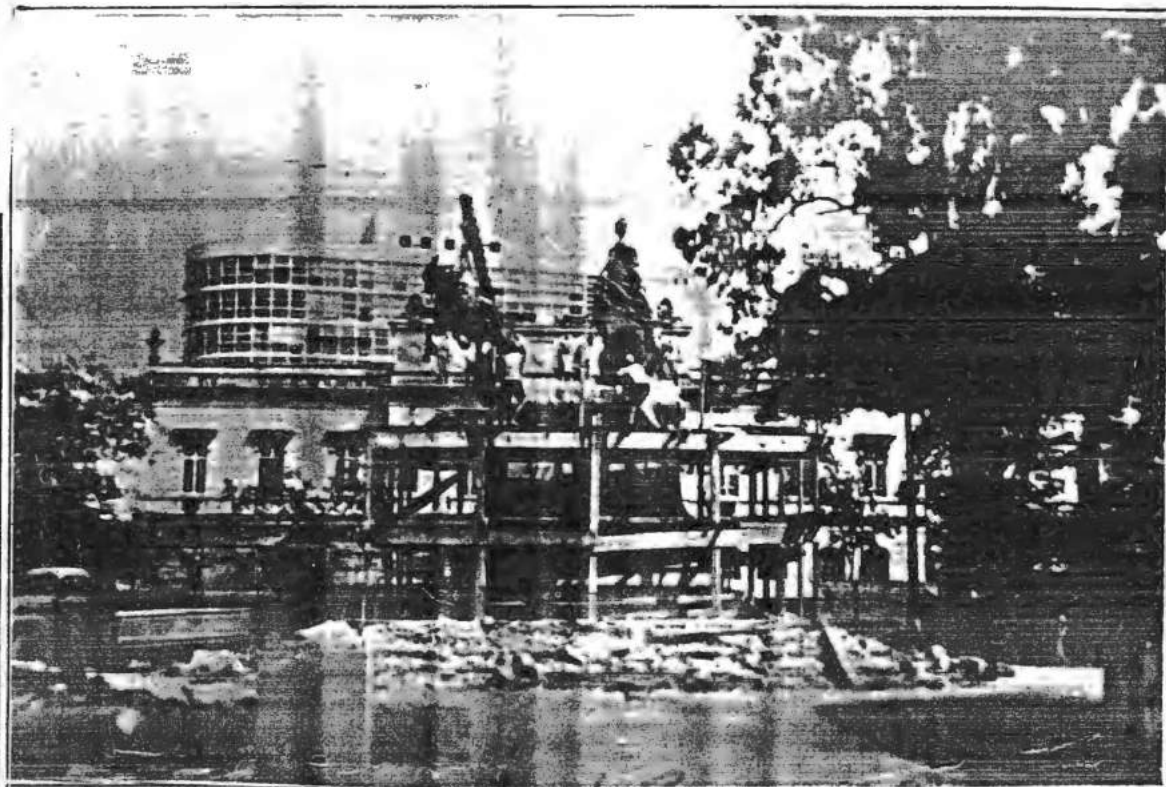
José Chacon

Chacon também lembra o valor cívico da Praça da República. "A ditadura tinha medo de Praça", diz ele, "praça era sinônimo de aglutinação popular eles tinham medo disso". Segundo Chacon, "a própria AFEA, na época da destruição do monumento, era envolvida com o poder", lembrando que Carlos Damásio, Secretário Estadual de Obras da época, já foi presidente da Entidade. Chacon diz que a estrutura do prédio está muito abalada, principalmente devido a água que mina na base do esqueleto. Isso se deve ao Rio Passarinho, um pequeno córrego que passava embaixo da estrutura. "O esqueleto é um exemplo de como o dinheiro do povo brasileiro é mal usado" diz ele.

O Secretário Estadual de Obras da época; Carlos Manuel Castanheira Damásio, engenheiro, morador do Vital Brazil, diz que "Niterói tem hoje umas 100 praças, todas elas abandonadas mas os puristas resolveram pensar só neste caso". Segundo ele "aquela obra nasceu de uma necessidade do poder judiciário da época e foi projetada por um grupo de 20 arquitetos que eram os melhores da época". Para Damásio, sua decisão foi polêmica, mas necessária. Ele lembra que, no aspecto técnico, a obra do novo fórum era impecável, feito por uma das mais conceituadas firmas de construção do Estado, a Wrobel Engenharia, e por isso não aceita as afirmações de que a estrutura do prédio seja frágil e defeituosa.

Trabalhando na Secretaria Estadual de Planejamento, Carlos Damásio diz que hoje a população tem outra cabeça, o País é completamente diferente. "O mesmo governador que tomou a decisão de demolir o prédio, quando era candidato e prefeito de Niterói, pensava diferente", lembra Damásio. Em toda a questão, Damásio se mostra magoado especialmente com a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos, da qual já foi presidente, por sua postura que ele considera antié-

DEPOIS DE 19 ANOS, EX-SECRETÁRIO JUSTIFICA A DEMOLIÇÃO DA PRAÇA



Vista da praça no dia 31 de março de 1970, quando foi destruída

Depois de 19 anos que foi destruída, a praça da República, um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da cidade, será finalmente reerguida, com a demolição anun-

ciada pela EMOP, do esqueleto do Forum no mês de abril. O ex-governador Geremias Fontes — um crime até hoje impune, a Praça da República, um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da cidade, será finalmente reerguida, com a demolição anun-

ciada pela EMOP, do esqueleto do Forum no mês de abril. O ex-governador Geremias Fontes — um crime até hoje impune, a Praça da República, um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da cidade, será finalmente reerguida, com a demolição anun-

abandonadas, mas que os puristas se preocupam apenas com esta. Damásio diz porque a praça foi demolida e nega veementemente a versão de que teria sido pressionado pelo Poder Judiciário por responder a um inquérito na época sobre um atropelamento. Susten-

ta também que a posição da AFEA é antiética e critica o atual presidente do órgão de estar fazendo política-gem. A TRIBUNA que foi o primeiro jornal a noticiar a demolição do esqueleto, publica hoje matéria especial sobre a história da praça. Na página 6.

tica. "eticamente eles não podiam ter feito isso", considerando uma postura eminentemente política a adotada pela atual diretoria do órgão. Damásio acusa ainda José Chacon de agir de má fé.



O esqueleto sera demolido em abril

Carlos Damásio contesta as afirmações dos técnicos da EMOP de que o término da obra do novo fórum teria um custo mais alto do que a demolição, a reconstrução da Praça e a reforma do prédio da Secretaria. Para ele, "ninguém pode assinar em branco os custos de uma reforma". Ele considera saudosismo a reconstrução da praça e que "essa atitude imobilista é bastante cômoda", atravancando o crescimento da cidade. "O patrimônio público é pessimamente tratado e essa falta de consciência de conservação as pessoas não cobram", diz Damásio, que considera a sua decisão, tomada em conjunto com o governo, foi a mais acertada no momento.

Até hoje, a decisão de destruir a Praça da República e construir em seu lugar o novo Fórum deu origem a várias versões da qual teria sido o verdadeiro motivo de ter sido tomada a primeira, de que a decisão teria sido feita pelo governador Geremias de Mattos Fontes devido a pressões do poder judiciário; outra versão é a de que o Secretário Carlos Damásio teria atropelado uma criança e, sobre ameaças de ter instaurado sobre si um inquérito, teria cedido às pressões do Judiciário. Esta versão é veementemente negada por Carlos Damásio.

"Eu não tenho nada a esconder de ninguém", diz ele, afirmando que não fez qualquer acordo. Para Damásio, "é muito fácil as pessoas falarem coisas assim nas sombras, escondidas pela imprensa". Ele considera quem levanta tais afirmações "gente leviana", e desafia quem quer que seja a acusá-lo às claras.

"AQUELA OBRA NASCEU DE UMA NECESSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Carlos Damásio

Uma das maiores prejudicadas com a construção do monumento foi, sem dúvida, a Biblioteca Estadual de Niterói, que tinha sua frente voltada para a Praça, e hoje está escondida pelo esqueleto. Carmem Monteiro, funcionária há 15 da Biblioteca e ex-aluna do Liceu Nilo Peçanha, lembra com saudades da Praça. "Lá os estudantes se reuniam e era comum sairmos do Liceu, ficarmos um tempo na Praça e depois irmos à biblioteca", diz Carmem, que achou um crime a destruição da Praça. Para ela, "toda essa região é um conjunto e esse prédio quebrou toda a harmonia, escondeu a Biblioteca e ficamos sem frente". Ela lembra que muitas pessoas deixam de conhecer a biblioteca por não haver qualquer indicação de que está localizada ali.

O Assessor de Imprensa da EMOP, Moisés Celemann, informou que a empresa ainda não decidiu qual a melhor data para a implosão. Há grande possibilidade de que a implosão seja feita em 21 de abril, uma data histórica e que a Praça será reinaugurada ainda neste ano, no dia 15 de novembro, data das eleições presidenciais e do centenário da Proclamação da República. A grande festa cívica prometida pelas entidades que fizeram parte do movimento a Praça é do povo e pelos alunos do Liceu deverá ser um marco na história da cidade.

ANEXO 15

Lista dos municípios fluminenses no ano de 1927,
escritos na ortografia da época.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1927

1. Angra dos Reis
2. Araruama
3. Barra Mansa
4. Barra do Pirahy
5. Barra de São João
6. Bom Jardim
7. Cabo Frio
8. Cambucy
9. Campos
10. Cantagalo
11. Capivary
12. Carmo
13. Duas Barras
14. Iguassú
15. Itaborahy
16. Itaguahy
17. Itaocára
18. Itaperuna
19. Macahé
20. Magé
21. Mangaratiba
22. Maricá
23. Nictheroy
24. Nova Friburgo
25. Parahyba do Sul
26. Paraty
27. Petrópolis
28. Pirahy
29. Rezende
30. Rio Bonito
31. Rio Claro
32. Sant'Anna de Japuhya
33. Santa Maria Magdalena
34. São Sebastião do Alto
35. Santa Thereza
36. Santo Antonio de Pádua
37. São Fidelis
38. São Francisco de Paula
39. São Gonçalo
40. São João da Barra
41. São João Marcos
42. São Pedro d'Aldeia
43. Sapucaia
44. Saquarema
45. Sumidouro
46. Therezópolis
47. Valença
48. Vassouras

ANEXO 16

.Contrato entre Tessain e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 17/4/1913.

.Projetos elaborados por Tessain e sua equipe.

.Projetos de Tessain aprovados e publicados na Mensagem à Assembléia de 1913.

.Rescisão do contrato de Heitor de Mello com o Governo do Estado do R. de Janeiro.

.Publicação sobre a conclusão da Secretaria de Polícia e autorização das obras do Palácio da Justiça.

RELATÓRIO DO ESTADO DO R. J. 1913

— 130 — 294 —

Para a organização dos projectos, orçamentos e detalhes necessários para a construção desses edifícios, foi contractado o architecto francez Emile Dupuy, sendo assignado na procuradoria de Fazenda o seguinte contracto:

Contracto celebrado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o architecto Emilio Dupuy para apresentação de ante-projectos, projectos e orçamentos para construção de edificios publicos.

Aos 17 (dezesete) dias do mez de Abril de 1913 (mil novecentos e treze), nesta cidade de Niteroy, na Procuradoria Geral de Fazenda, presentes o Doutor Candido de Lacerda, Procurador Geral da Fazenda, autorizado por portaria de hoje do Excellentissimo Senhor Doutor Secretario Geral do Estado, e o architecto Emilio Dupuy, contractado para apresentar ante-projectos, projectos e orçamentos para construção de edificios publicos, onde se verão funcionar a Assembléa Legislativa, Palacio da Justiça, Secretaria de Policia, Escola Normal e Colonia de Alienados, foi accordado o que se segue:

Clausula 1ª

O Estado, por seu Consultor Technico, obriga-se, dentro de oito dias depois da assignatura deste contracto, a fornecer ao Senhor Emilio Dupuy as especificações que deverão regular a confecção de cada ante-projecto para os edificios já citados, declarando a ordem de preferencia na execução dos mesmos.

Clausula 2ª

O contractante obriga-se a organizar os ante-projectos de accôrdo com essas especificações, dentro do prazo maximo de vinte dias para cada um.

Clausula 3ª

Cada ante-projecto deverá constar de:

- a) planta em escala de 1:100;
- b) desenho da fachada principal em escala de 1:100;
- c) desenho da secção transversal do corpo principal do edificio;
- d) desenho da secção longitudinal do mesmo corpo;
- e) croquis em perspectiva do conjunto;
- f) memoria descriptiva do projecto.

Clausula 4ª

Cada ante-projecto será submettido á apreciação do Consultor tecnico do Estado antes da aprovação pelo Secretario Geral, sendo que as alterações julgadas necessarias por este, serão indicadas, para o fim de ser modificado o ante-projecto e depois então approvedo.

Clausula 5ª

Approvedo que seja um ante-projecto pelo Secretario Geral, receberá o contractante a importancia de 500\$000 (quinientos mil reis) em dinheiro, como retribuição de seu serviço.

Clausula 6ª

O Estado contracta por este meio com o architecto Emilio Dupuy, o projecto definitivo e orçamento de cada edificio para o qual já tenha sido approvedo o ante-projecto, de que trata a clausula segunda, pela quantia de 1,5% em dinheiro sobre o valor do orçamento do mesmo projecto.

Clausula 7ª

O contractante obriga-se a executar um projecto definitivo dentro do prazo de um mez a contar da data da aprovação do respectivo ante-projecto.

Clausula 8ª

Cada projecto definitivo deverá constar de:

- a) planta a nankin em escala de 1:100;
- b) desenho de cada fachada em escala de 1:50;
- c) desenho de secções transversaes nos corpos do edificio;
- d) desenho da secção longitudinal do corpo principal;
- e) desenho das particularidades da fachada e moldes em tamanho natural;
- f) desenho da ornamentação interna (tectos, frizos, cimalthas, etc.);
- g) orçamento detalhado de todo edificio;
- h) uma tabella de composição das unidades que serviram de base ao orçamento;
- i) uma cópia em tela dos desenhos a que se referem as letras a, b e c.

Clausula 9ª

O Estado fornecerá ao contractante todo o material que o mesmo necessitar para a execução das clausulas terceira e oitava.

E por assim haverem convencionado as partes contractantes, o representante legal do Estado, Doutor Candido de Lacerda, mandou lavrar este contracto por mim Raul Quaresma de Moura, segundo official da Inspectoria de Fazenda, com exercicio nesta Procuradoria Geral da Fazenda, o qual, depois de lido aos contractantes em presença das testemunhas Felippe Mauricio da Natividade e Claudionor Augusto Rodrigues, vae por todos assignado e por mim que o lavrei, subscripto. — Raul Quaresma de Moura. — Nictheroy, 17 de Abril de 1913. — *Candido de Lacerda*. — *E. Dupuy*. — *Felippe Mauricio da Natividade*. — *Claudionor Augusto Rodrigues*. — Estava collocada uma estampilha estadual no valor de mil réis (1\$000).

As photographias intercalladas neste relatorio mostram que, dentro dos recursos fixados para a construcção dos novos edificios, terá o Estado, em breve, decente e confortavelmente installadas as repartições, a Assembléa Legislativa que vem occupando um predio particular sem condições de hygiene, e os serviços de Justiça.

THE LEOPOLDINA RAILWAY — Esta importante via ferrea, cujas linhas atravessam dois terços do territorio fluminense, teve, durante o anno findo, notavel augmento de rendas.

Infelizmente, a questão das tarifas, que desde muito preoccupa a attenção do Governo do Estado, não foi dada ainda a solução desejada, continuando sacrificado o productor.

estudos e projectos para tão importantes melhoramentos vão muito adiantados e em breve as obras começarão.

Tambem será iniciada dentro de pouco tempo a reconstrucção total da antiga e bem traçada estrada Presidente Pedreira, na extensão de 52 kms. Esse serviço está orçado em 180:800\$000, inclusive obras de arte e a estrada ficará preparada para o transito de automoveis, augmentada para 6 metros sua largura.

A commissão projectou ainda tres grandes pontes sobre o rio Parahyba:

- a) uma nos Bagres, com 180,6 de comprimento, em sete vãos, largura livre de 4 metros: custo 178:702\$259;
- b) uma em Vargem Alegre, proxima á estação desse nome, com 129 de comprimento e custo de 139:931\$830;
- c) outra em Itatyaia com 93 de extensão; em 3 vãos, orçada em 140:935\$076.

Possuindo o Estado muitas pontes de madeira, de vãos reduzidos, cuja substituição por outras da mesma especie não convem pelas frequentes despezas de reparações, resolvei mandar substituil-as por outras metallicas, de typo de facil montagem e transporte.

Está aberta concorrência para o fornecimento das su-perstructuras metallicas para essas pontes, não só as grandes como as pequenas, todas orçadas em 606:544\$349.

NOVAS CONSTRUCCÖES

Dando execução ao art. 3º da Lei n. 1.044, de 16 de Novembro de 1911, o Governo fez organizar os projectos

para as construcções dos edificios destinados á Assembléa Legislativa, á Repartição Central de Policia, ao Palacio da Justica, á Escola Normal, á Exposição e á Escola Modelo.

Foi encarregado desse trabalho o architecto francez Sr. Emilio L. Dupuy l'essain, premiado no "Salon", de Paris.

Já foram approvados os projectos relativos ás tres primeiras construcções, orçadas em 1.050:000\$000.

Palácio da Assembléa Legislativa.....	450:000\$000
Palacio da Justica.....	350:000\$000
Repartição Central de Policia.....	250:000\$000

As photographias que se seguem, reproduzem as fachadas e as plantas dos novos edificios.

RELATORIO APRESENTADO AO PRES. OLIV. BOTELHO
PELO SEC. GERAL HORACIO MAGALHAES GOMES

1914 (31/08
1914)

— 369 —

Empreza Fluminense de Força e Luz. — Utiliza-se da Cachoeira do Quirino em Jurapanã, fornecendo a iluminação e a força para a cidade de Vassouras.

Julius Aarp. & Comp. — São os fornecedores de força e luz á cidade de Nova Friburgo.

Companhia Viação, Luz. e Força de Minas Geraes. — Explora a cachoeira de Tombos na parte em litigio com o Estado de Minas. Abastece a cidade de Itaperuna de força e luz e propõe-se a fornecel-as á cidade de Campos.

A sua producção é de 8.000 kilowatts.

OBRAS NOVAS

Estes serviços estão affectos á Comissão Fiscal, tendo sido designado para fiscalisal-os o Dr. Fernando Pereira da Rocha Paranhos, o qual tem dado cabal desempenho á sua commissão.

Resolvida, projectada e orçada a construcção dos edificios : Palacio da Assembléa, Secretaria da Policia, Escola Normal e Palacio da Justiça, — foi publicado edital de praça chamando concurrencia para essas construcções em 1.449:500\$000.

Palacio da Assembléa orçado em	488:250\$000
Secretaria da Policia orçada em.....	273:000\$000
Escola Normal orçada em	304:500\$000
Palacio da Justiça orçado em	383:750\$000

Em 31 de Janeiro do corrente anno foi celebrado o con-

tracto com o engenheiro architecto Heitor de Mello, pela quantia d 1.446:000\$000 para a construcção dos quatro edificios, com redução de 3:500\$ sobre o valor total do orçamento.

Todas as construcções foram projectadas pelo architecto Sr. E'mile Dupuy Tessaint.

Iniciaram-se immediatamente os trabalhos relativos aos tres primeiros desses edificios, faltando apenas atacar o Palacio da Justiça, demora essa determinada pelo facto de não ter sido ainda entregue ao Governo uma parte do terreno a elle destinado.

A mudança do local para a construcção desses edificios acarretou sensivel augmento de despeza, obrigando a fundações maiores, trabalhos accrescidos de escavação com o esgotamento e escoramento, concreto e alvenaria ordinaria com argamassa de cimento ou areia, ou concreto inglez.

O edificio da Assembléa está com as fundações terminadas e alvenaria ao nivel do primeiro pavimento, o da Escola Normal tambem está na altura do primeiro pavimento e o da Policia na do segundo.

As obras continuam com grande impulso, trabalhando nellas mais de 500 operarios. Em Dezembro devem estar terminados os edificios da Policia e da Escola Normal.

Além das obras actualmente em execução e contractadas com os empreiteiros Heitor de Mello e Dossani & Comp., estão organizados os projectos para a construcção da Colonia de Alienados, no Jacaré, municipio de S. Gonçalo;

das Escolas Complementares em diversos municipios e do desinfectorio e do laboratorio para a Inspectoria de Hygiene, nesta Capital.

Todas as obras relativas á Colonia importariam em 2.000:000\$000, mas só a parte dellas considerada necessaria e imprescindivel deve ser executada; a outra póde ser feita mais tarde.

O plano geral comprehende :

a) Administração. O edificio terá um vestibulo de entrada, sala para medico e seu ajudante; sala para reunião; sala para visitas a alienados; gabinete e sala de espera para o director; gabinete para o escripturario; vestuario; archivo, pharmacia e laboratorio; commodos para a guarda com dous quartos, cosinha, etc.

b) Alojamentos para o pessoal. Casas de varios typos para funcionarios e empregados.

c) Pavilhão de observação, que será construido perto do edificio da administração e circulado por um jardim.

d) Pavilhões para alienados communs, indigentes. Cada pavilhão receberá 50 doentes, distribuidos por salas com uma, duas, quatro, oito e dez camas.

e) Pavilhões para loucos abastados, rodeados de jardins, com capacidade, cada um delles, para quatro alienados.

f) Dous pavilhões para epilepticos e agitados com accommodações para uma, seis e dez pessoas.

- g) Enfermarias para molestias communs, podendo receber 20 pessoas cada uma.
- h) Pavilhão para doentes de molestias contagiosas.
- i) Pavilhões isolados para tuberculosos.
- j) Pavilhão de cirurgia.
- k) Edifício com a dispensa, cosinha, depositos, etc.
- l) Serviço hydrotherapico.
- m) Lavanderia.
- n) Estabulo e cocheira.
- o) Deposito de machinas para lavoura e officinas de reparação.
- p) Desinfectorio.
- q) Necroterio.

O escriptorio tecnico sob a direcção do architecto E. Dupuy, teve o seguinte movimento:

<i>Ante-projectos</i>	<i>Desenhos</i>
Esquies a 0,002 do Palacio da Assembléa com sala redonda.	1
Esquies a 0,002 do Palacio da Assembléa com sala meia redonda	1
Esquies a 0,005, do Palacio da Assembléa com sala redonda.	1

(do preço avaliado pelo Estado)

Ante-projectos definitivos acceitos pelo Estado a 0,01.

Palacio da Assêmléa:

- 1 fachada principal.
 - 1 corte horizontal.
 - 1 " transversal.
 - 1 planta baixa.
 - 1 " do 1º pavimento.
 - 1 " " 2º "
 - 1 perspectiva aquarellada.
- Total 7.

Secretaria de Policia:

- 1 fachada principal.
- 1 planta baixa.
- 1 " do 1º pavimento.
- 1 " " 2º "
- 1 " " 3º "

— 378 —

2 cortes transversaes.
2 " lateraes.
1 perspectiva aquarellada.
Total, 10.

Palacio da Justiça:

1 fachada principal.
1 planta baixa.
1 " do 1º pavimento.
1 " " 2º "
2 cortes.
1 perspectiva.
Total, 7.

Escola Normal:

1 fachada principal.
1 planta baixa.
1 " do 1º pavimento.
1 " " 2º "
2 cortes.
1 perspectiva.
Total, 7.

Horto Botanico:

1 planta completa a 0,005.
1 copia em tela da primitiva.
1 " do Jardim.
Total, 3.

Para o largo da Memoria:

1 planta geral indicando o sedifícios.

1 perspectiva geral.

Total, 2.

Largo novo:

1 planta geral indicando a collocação dos edificios.

1 perspectiva geral.

Total, 2.

Casas para animaes em Friburgo:

3 ante-projectos para estas casas com orçamentos diferentes.

Total, 3.

Alienados:

1 planta geral 1º systema.

1 " " 2º "

3 esquisos desses pavilhões.

Total, 5.

Escola Regional:

2 plantas projectos.

Total, 2.

PROJECTOS COMPLETOS

Palacio da Assembléa:

Fachada principal aquarellada a 0,02

" posterior.

Fachadas lateraes.

Planta baixa.

Planta do 1º pavimento.

” do 2º ” e telhado.

1 corte principal longitudinal.

2 cortes transversaes.

Detalhes particulares da fachada a 0,01.

Detalhe natural e molduras.

Total, 11.

Secretaria de Policia:

Fachada principal.

” lateral.

Planta baixa.

Planta do 1º pavimento.

” do 2º ”

” do 3º ”

4 cortes diversos.

2 detalhes da fachada e molduras.

Total, 11.

Palacio da Justiça:

Fachada principal.

” lateral.

Planta baixa.

” do 1º pavimento.

” do 2º ” e telhado.

3 cortes diversos.

— 381. —

2 detalhes e molduras diversos.

Total, 10.

Escola Normal:

Fachada principal.

" lateral.

Planta baixa.

" do 1º pavimento.

" " 2º "

2 cortes.

2 detalhes e molduras.

Total, 9.

Horto Botanico:

Planta a 0,01 baixa.

" do 1º pavimento.

" " 2º " e terraço.

2 cortes.

Detalhes diversos.

Total, 6.

Planta definitiva do Jardim aquarellada.

Copias de tinta em tela das plantas precedentes.

Desenhos supplementares relativos a estes projectos:

- Perspectiva aquarellada do Palacio da Assembléa.
- ” ” da Secretaria de Policia.
- ” ” do Palacio da Justiça.
- ” ” da Escola Normal.

Aquarella grande do Pavilhão de Exposição H. Botânico.

Total, 5.

Modificações das plantas da Policia pela troca

do terreno. 3

Balaustrada do Horto Botânico. 1

Copias a tinta em tela das mesmas. 2

Alienados:

Planta geral.

Pavilhão indigentes communs.

Planta baixa.

” do 1º pavimento.

” do 2º ”

Corte.

2 fachadas.

Total, 7.

Pavilhão de administração:

Planta baixa	
" 1º pavimento	
" 2º "	
1 corte	
1 fachada principal	5

Enfermaria commum:

Planta, fachada, corte	3
------------------------	---

Serviço geral:

Planta, fachada, corte	2
------------------------	---

Sala de cirurgia:

Planta, fachada, cortes	1
-------------------------	---

Serviço dos mortos:

Planta, fachada, cortes	1
-------------------------	---

Villa do Director:

Planta, fachada, corte	1
------------------------	---

Tuberculosos:

Planta, fachada, cortes	1
-------------------------	---

Sala de festas:

Planta, fachada, cortes	1
-------------------------	---

Pavilhão de observação:

Planta, fachada, cortes	1
-------------------------	---

Pavilhão de banhos, duchas, etc. :

Planta, fachada, cortes 1

Pavilhão de abastados:

Planta, fachada, cortes 1

Pavilhão dos agitados:

Planta, fachada, cortes 1

Alojamento do pessoal:

Planta, fachada, cortes 1

Cópias a tinta em tela das mesmas 28

ESCOLA REGIONAL

Planta baixa.

” 1º pavimento.

2 fachadas. 6

2 cortes. 6

MUSEU:

Planta, fachada, corte 1

Casa para animais e casa de guarda:

Planta, fachada, cortes 2

Villa do inspector da Horta Botanico:

Planta, fachada, cortes 1

Plantas supplementares:

Fundações da Assembléa, Policia, Justiça e Escola Normal 6

2ª modificação da Policia 1

Cópias a tinta em tela das mesmas 17

DETALHES DE EXECUÇÃO

PALACIO DA ASSEMBLÉA:

1 — Planta para fundações a 0,02 (fachada).....	
2 — Planta para fundações a 0,02 (fundo).....	
3 — Planta geral e fachada principal.....	
4 — Planta geral do grande salão, etc.....	
5 — Perfis das fundações (1ª secção) a 0,05.....	
6 — Perfis das fundações (2ª secção) a 0,05.....	
7 — Corte transversal sobre a fachada a 0,05.....	
8 — Corte transversal do grande salão.....	
9 — Vestíbulo principal.....	16
10 — Vestíbulo principal.....	
11 — Parte central da fachada principal.....	
12 — Parte das alas da fachada principal.....	
13 — Tamanho natural, socco.....	
14 — Planta segundo pavimento.....	
15 — Planta do telhado.....	
<i>Copias a tinta em tela das mesmas.....</i>	14

SECRETARIA DE POLICIA:

1 — Perfis da fundação, a 0,05.....	2
2 — Planta baixa do corpo principal, 0,02.....	
3 — Planta baixa do corpo lateral, 0,02.....	
4 — Corte ao natural do socco.....	
5 — Detalhe socco a 0,05.....	
6 — Planta do primeiro pavimento, 0,02.....	
7 — Detalhe fachada principal, 0,05.....	
8 — Detalhe tamanho natural da fachada (1ª secção).....	
9 — Detalhe tamanho natural da fachada (2ª secção).....	
10 — Planta a 0,02 do corpo lateral.....	15
11 — Detalhe da fachada, corpo lateral, 0,05.....	
12 — Detalhe tamanho natural (3ª secção).....	
13 — Planta primeiro pavimento, 0,02.....	
14 — Fachada segundo pavimento, 0,05.....	
15 — Planta terceiro pavimento, 0,02.....	
16 — Estudo do telhado.....	
<i>Copias em tela das mesmas.....</i>	15

PALACIO DA JUSTIÇA:

1 — Planta baixa a 0,02.....	
2 — Planta do primeiro pavimento a 0,02.....	
3 — Secções diversas das fundações, 0,05.....	
4 — Perfil do socco grande ao natural.....	
5 — Fachada principal, 0,05.....	9
6 — Corte principal, a 0,05.....	
7 — Corte transversal, a 0,05.....	
8 — Corte sobre a fachada principal, a 0,02.....	
9 — Planta do segundo pavimento, a 0,02.....	
<i>Copias em tela das mesmas.....</i>	8

ESCOLA NORMAL:

1— Perfis fundações, 0,05.....	}	8
2— Planta baixa, 0,02.....		
3— Planta primeiro pavimento, 0,02.....		
4— Detalhe ao natural socco.....		
5— Planta do segundo pavimento, 0,02.....		
6— Fachada principal, 0,05.....		
<i>Copias em tela das mesmas.....</i>		6

PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES:

1 — Planta baixa a 0,10 (salas lateraes).....	}	16
2 — Planta baixa a 0,10 (salão central).....		
3 — Perfil tamanho natural socco.....		
4 — Fachada principal do primeiro andar, 0,10.....		
5 — Fachada principal do primeiro andar, central, 0,10.....		
6 — Fachada lateral do primeiro andar, 0,10.....		
7 — Fachada posterior, 0,10.....		
8 — Collocação de vigas Siegart, 0,10.....		
9 — Portas e janellas, 0,05.....		
10 — Fachada e planta do segundo andar, central, 0,05.....		
11 — Detalhes ao natural dos balaustres.....		
12 — Tamanho natural platibanda.....		
13 — Fachada do segundo andar, parte lateral, 0,10.....		
14 — Tamanho natural, cousola principal.....		
15 — Tamanho natural, perfis diversos.....		
<i>Copias em tela.....</i>		10

Desenhos supplementares: Perspectiva Horto..... 1

58

COPIAS EM TELA E PAPEL AZUL REMETTIDAS ATÉ FIM DE AGOSTO

1.º — Arrematação:

Palacio da Assembléa.....	10 series de cada uma.....	110
Polícia	idem	110
Justiça	idem.....	100
E. Normal	idem	90
H. Botanico	5 series de 5 cada uma.....	25
E. Regional	idem	25
Jardim Botanico		3
Casa de animaes		3
Balaustrada		3

2. — As Emprezas:

Detalhes Horto	}	Assembléa	2 series	42
		Pollcia	2 series	40
		E. Normal	2 series	32
		Justiça	2 series	36
		Horto	2 series	20

COPIAS SUPPLEMENTARES:

3. — Ao Sr. Fiscal Technico:

Assembléa	1
Pollcia	1
Justiça	1
Escola Normal	1
H. Botanico	1
Balaustrada do Horto	1
Modificação da Pollcia	1

ORÇAMENTOS

Palacio da Assembléa	1
Secretaria de Pollcia	1
Palacio da Justiça	1
Escola Normal	1
Horto Botanico	1
Villa do Inspector do Horto	1
Escola Regional e Museu	2
Casa de animaes e guarda	2
Alienados. Orçamento geral	1
Pavilhão de indigentes communs	1
» da administração	1
Enfermaria	1
Serviço geral	1
» de cirurgia	1
» » mortos	1
Villa do Director	1
Tuberculosos	1
Sala de festas	1
Pavilhão de observação	1
» banhos, duchas, etc	1
» abastados	1
» agitados	1
Alojamento do pessoal	1

ORÇAMENTOS SUPPLEMENTARES

Fundações do Palacio da Assembléa, Secretaria de Policia, Escola Normal e Palacio da Justiça.....	4
Balaustrada do Horto.....	1
Modificação da Policia (serviço do medico).....	1
<i>Total dos cadernos de orçamento.....</i>	<u>31</u>

CADERNOS DE ENCARGOS

Palacio da Assembléa.....	1
Secretaria de Policia.....	1
Palacio da Justiça.....	1
Escola Normal.....	1
Horto Botanico.....	1
Escola Regional e Museu.....	1
Casa de animaes e guarda.....	2
Supplemento, fundações da Assembléa, Policia, Justiça e Escola Normal.....	3
	<u>11</u>

RECAPITULAÇÃO GERAL

Desenhos diversos, ante-projectos, projectos, detalhes de execução, copias em tela, etc., etc.....	366
Copias em tela azul, ferrô galato, etc.....	646
Cadernos de orçamentos.....	31
Cadernos de encargos.....	11
<i>Total geral dos trabalhos executados pelo Serviço de Architectura do Dr. Dupuy, até fim de Julho.....</i>	<u>1054</u>

BANCO DO ESTADO DO RIO

Este estabelecimento de credito, que fôra destinado a auxiliar o desenvolvimento agricola e pastoril do Estado, ha muito que tem as suas transacções paralygadas.

As letras hypothecarias que emittiu, não são cotadas na bolça ha bastante tempo, muito embora os seus coupons de juros tenham sido sempre satisfeitos.

Quadro demonstrativo da marcha dos serviços executados pelos empreiteiros na construção dos novos edifícios do Estado até 31 de Julho

Edifício contratado com Dossani & C. em 14 de Janeiro.—Horto Botânico, Edifícios, contractados com Heitor de Mello em 31 de Janeiro; Polícia, Escola Normal, Assembleia Legislativa, Palacio da Justiça.	ACCESOSIDOS A'S FUNDAÇÕES		Organizações das Obras	1.ª PRESTAÇÃO				2.ª PRESTAÇÃO				OBSERVAÇÕES
	Data do início das escavações	Data da conclusão		Importancias pagas	Data da conclusão	Porcenta- gem	Importancias pagas	5% de retenção	Data da conclusão	Porcenta- gem	Importancias pagas	
Horto botânico	20-1-014	12-3-014	2 %	23:750\$000	1:230\$000	2-6-014	20%	23:730\$000	1:230\$000	
Palacio da Justiça.	27-3-014	6-15-014	272:000\$	28-5-014	15%	38:760\$000	2:040\$000	23-7-014	15%	38:760\$000	3:040\$000	
Escola Normal.	24-4-014	22-6-014	304:000\$	17-7-014	16%	43:32:000	2:287\$000					
Assembleia Legislativa.	30-4-014	15-6-014	487:000\$	17-7-014	20%	92:530\$000	4:870\$000					
Palacio do Justiça.	383:000\$					
			1.571:000\$			193:360\$000	10:44:000			62:510\$000	3:290\$000	300

ESTRADA DE RODAGEM DO RIO A PETROPOLIS

Para execução da Lei n. 931, de 16 de Novembro de 1909, foi celebrado contracto em 4 de Julho de 1916 com os Srs. José Pedro de Carvalho, Alberto de Oliveira Maia e Francisco de Salles Torres Homem, para explorarem a industria de transportes, por automoveis, ligando o Districto Federal ao municipio de Petropolis, através do de Iguassú, sem onus para os cofres publicos.

Reconhecendo-se, porém, que a obra poderia ser mais rapida e economicamente realizada, abandonando-se por emquanto, o primitivo traçado, projectado pela Serra da Quitandinha, com o aproveitamento de antigas estradas de rodagem, foi modificado em Março do anno findo o contracto anterior..

A 7 de Julho e 27 de Agosto de 1917, pediram aquelles concessionarios prorrogação do prazo fixado para apresentação dos estudos e concedemol-a. Dentro do prazo foram os estudos apresentados e approvados, ficando os concessionarios obrigados a completar aquelles sobre cuja approvação a repartição competente fizera restricções..

Em Janeiro do corrente anno, consideramos iniciados os trabalhos afim de serem d'ahi contados os prazos de conclusão.

Mas, nem com as necessarias prorogações, os trabalhos tiveram maior propulsão, parecendo-nos que a empresa não tem e não consegue obter os capitais necessarios para a execução de uma obra tão importante. A prova disso tivemos-a ainda recentemente, pois os concessionarios apresentaram um novo requerimento pedindo que os prazos fossem contados de accôrdo com o contracto de 4 de Julho de 1916 e não como os determinados pelo termo de Março de 1917, por elles proprios fixados e acceptos pelo Governo.

Não deferimos essa pretensão, mas, para mostrar benevolencia, concedemos o prazo improrogavel, até 31 de Dezembro do corrente anno, para a conclusão do primeiro trecho.

Se os concessionarios, dentro desse prazo não derem cumprimento ás suas obrigações, a concessão deverá ser declarada caduca afim de que o Estado possa providenciar sobre a construcção da estrada que completará com a União e Industria, um dos meios de communicação da Capital da Republica com o Estado de Minas Geraes, através do territorio fluminense.

EDIFICIOS PUBLICOS

Repartição Central da Policia — Dentro dos recursos da nossa receita, concluiu-se a construcção do novo edificio da Policia, cujas obras foram dirigidas pelo Sr. Dr. Chefe de Policia, com a assistencia da repartição de obras.

Palacio da Justiça — Alliviado o Estado dos encargos que lhe trouxe o acabamento do predio da Assembléa, foi aberta concorrência publica para a conclusão do destinado ao Tribunal da Relação e Forum desta comarca. As obras, taes como figuravam nos primitivos projectos, já executados em parte, foram contractadas, por 145:000\$000.

O Palacio da Justiça destoava do conjuncto dos situados nas suas immediações, projectado, como fóra, para se erguer ao fundo de uma praça,

RELATORIO PELO SEC. GERAL JOSE MATTOSO
MAIA 1916 - 1918

sem ruas lateraes. Construido em uma outra praça, e cercado por tres ruas, e, por outro lado, sem accomodações bastantes para preencher os fins a que é destinado, foi resolvido autorizar a repartição de obras, a levantar as alas lateraes, de modo a dar aspecto agradável ao edificio, permitindo que os juizes e tribunaes tenham melhores installações. Acreditamos que os cartorios dos tabelliães não terão as accomodações que requerem, porque as salas a elles destinadas na planta são de dimensões acanhadas. As obras de accrescimento foram contractadas por 60:545\$747.

O custo do edificio elevar-se-á, talvez em valor não menor de 25 % com a aquisição de mobiliario, installações electricas e outras obras accessorias e indispensaveis — cousas com que se deve contar sempre que se trata da construcção de edificios.

Estando em adeantado estado as obras contratadas, parece-nos que a sua conclusão não irá além de Dezembro do corrente anno.

Escola Normal — Aberta a concorrência para a conclusão do novo edificio da Escola Normal desta Capital, paralyzada desde 1915, foi celebrado contracto com a firma Meanda, Curty & C., que se encarregara tambem, por contracto, das obras da Assembléa Legislativa e do Palacio da Justiça.

O edificio que está prestes a ser concluido, terá, infelizmente, de soffrer obras novas devido ao systema de cobertura empregado, que tem apresentado graves defeitos.

Em vez da cobertura com telhas de barro, tão proprias no nosso paiz, foi adoptado pelo projecto o de telhas de Eternit, e assim foi elle construido. Reencetadas as obras e promptos os tectos, verificou-se a imprestabilidade da cobertura, devido mais ao systema do que á execução da obra, rigorosamente feita segundo o projecto e constantemente fiscalizada. O contractante actual das obras, a quem, como ao seu antecessor, não cabe a responsabilidade do facto, pediu para o caso a attenção da administração, propondo a substituição immediata do telhado. Desses mesmos defeitos está se resentindo o edificio da Repartição Central de Policia.

Para não retardar a installação da Escola neste edificio, pensamos que a substituição da cobertura, que deverá custar mais de 10:000\$000, poderá ser feita no periodo de ferias.

As obras foram contractadas por 95:000\$000. Longe, porém, irá a despeza com a installação da rede de electricidade para a illuminação, laboratorios, etc. bem como o mobiliario; e acreditamos que o que falta, neste particular, custará mais de 60:000\$000.

Horto Botanico — De accordo com o que resolvestes com o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, foi cedido o uso e gozo do edificio construido nos terrenos do Horto Botanico, para installação da Escola Superior de Agricultura e Veterinaria da União, transferida de Pinheiro, neste Estado.

Muito acertadamente, permiti dizel-o, não fizestes doação — para o que, aliás, vos faltava autorização legal — mas simplesmente o uso e o gozo do edificio.

Em qualquer tempo em que a União resolva transferir para outra parte a sua Escola, o Estado terá novamente para seu uso e gozo o edificio que custou mais de uma centena de contos e está situado dentro de terrenos

Em fins de Janeiro foi concluída a dragagem do canal "Mossoró", que ficou, num desenvolvimento de 2.800 metros, com a largura média de 8 metros e a profundidade de 1 metro abaixo das águas mínimas. Para consolidação das margens deste canal foram construídos, como obra extraordinária, 2.602 metros lineares de faxinas, achando-se a Directoria de Obras autorizada pelo Governo a construir mais, em melhores condições, 1.548 metros, para garantia da entrada do canal no trecho mais exposto ao vento sudoeste, pela importância de 5:781\$600. Estas obras complementares ainda não foram iniciadas.

Foi iniciada a construção das muralhas dos canaes "Palmer" pelo canal n. 2, o qual tem 790 metros de comprimento.

Estão promptos, de accôrdo com o projecto, 198 pilares de alvenaria de pedra, com um volume de 1.338 metros cubicos.

Foram passados, até 30 de Junho ultimo, os seguintes attestados:

1º — 14 de Dezembro de 1915.....	16:866\$989
2º — 26 de Janeiro de 1916.....	19:486\$134
3º — 15 de Março de 1916.....	16:516\$081
4º — 5 de Maio de 1916.....	16:707\$816
Total.....	69:577\$020

Recentemente o contractante dirigiu ao Governo um memorial pedindo o estudo de varias divergencias que ocorreram entre elle e a repartição de obras, quanto á intelligencia das suas obrigações contractuaes e ao valor de certas obras que estava executando.

**EDIFICIOS, NESTA CAPITAL, PARA A ASSEMBLEA LEGISLATIVA,
FORUM, ESCOLA NORMAL E POLICIA**

Em 31 de Janeiro de 1914 foi celebrado com o engenheiro architecto Heitor de Mello, o contracto geral para a construcção destes quatro edificios, pela quantia de 1.446:000\$000, ou menos 3:500\$000 do que o valor do orçamento.

Em relação a cada um dos edificios a situação era esta em principios do anno findo:

PALACIO DA ASSEMBLEA — A construcção fôra contractada por 487:000\$000, tendo sido pagas ao contractante tres prestações de 20 % ou 292:200\$000.

O valor do contracto fôra augmentado de 53:539\$563, importancia das obras accrescidas. Até á conclusão das obras teria o Estado de pagar mais duas prestações de 20 %, ou 194:800\$000.

POLICIA — A construcção fôra contractada por 272:000\$000, tendo sido pagas ao contractante, tres prestações de 15 % e uma de 20 %, no total de 176:800\$000. O valor do contracto fôra augmentado de 22:669\$121, de obras accrescidas. Até á conclusão das obras teria o Estado de pagar duas prestações, uma de 15 % e outra de 20 %, sommando ambas 95:200\$000, afôra 3:250\$000 de installações sanitarias.

FORUM — A construcção fôra contractada por 383:000\$000. Foram pagas ao contractante tres prestações de 20 % cada uma, ou o

RELATORIO PELO SEC. GERAL J. MATTOSO
MAIA FORTE - 1915. 1916

313

total de 229:000\$000. Até á conclusão das obras, teria o Estado de pagar duas prestações de 20 % ou 153:200\$000.

ESCOLA NORMAL — A construcção fóra contractada por 304:000\$, tendo sido pagas ao contractante tres prestações de 15 % e uma de 20 %, sommando 197:200\$000. Até á conclusão das obras terig o Estado de pagar duas prestações, uma de 15 % e outra de 20 %, ou 106:400\$000.

O engenheiro pediu, em 6 de Abril, que fossem suspensas temporariamente as obras, lavrando-se, então, na Procuradoria Geral da Fazenda, o seguinte termo de accôrdo:

«Aos dezeseite dias do mez de Abril de mil novecentos e quinze, nesta Procuradoria Geral da Fazenda, entre o Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Doutor Candido de Lacerda, Procurador Geral da Fazenda, devidamente auctorizado por despacho desta data, do Excellentissimo Senhor Secretario Geral do Estado, e o Doutor Heitor de Mello, empreiteiro da construcção dos quatro edificios constantes do contracto de trinta e um de Janeiro de mil novecentos e quatorze, representado pelo seu bastante procurador Washington Barbosa Rodrigues Pereira, foi accordado o que se segue: Primeiro: Fica suspensa provisoriamente a construcção dos edificios do Palacio da Assembléa Legislativa, Escola Normal e Palacio da Justiça, cujas obras irão sendo retomadas cada uma por sua vez, obedecendo a ordem acima e á medida que se fór concluindo a que estiver em andamento. Segundo: O edificio da Secretaria de Policia será construido o mais rapidamente possivel. Terceiro: Ficam de pé todas as clausulas contractuaes estabelecidas no contracto de trinta e um de Janeiro de mil novecentos e quatorze, com excepção das que se referem aos prazos de construcção, que serão prorogados de accôrdo com o tempo de interrupção de cada obra. Quarto: Pelo Estado do Rio de Janeiro serão restituídas ao Doutor Heitor de Mello as importancias das retenções para reforço de caução relativas ás prestações já recebidas e que se acham em deposito na Thesouraria deste Estado. Em nestes termos, eu Antonio Rêllo Filho, segundo official da Directoria de Fazenda, com exercicio nesta Procuradoria Geral da Fazenda, lavrei o presente termo de accôrdo, o qual, depois de lido ás partes accordantes em presença das testemunhas Joaquim Estrada Gonçalves e Claudonor Augusto Rodrigues, val por assinaturas e por estas assignado, depois de subscripto por mim, quo o lavrei e completei com a transcripção do conhecimento seguinte: «Recebedoria das Rendas do Estado do Rio de Janeiro. Exercicio de mil novecentos e quinze. Numero trinta e cinco. Réis quatro mil e quatrocentos réis. A folhas... do livro de Recelta fica debitada ao Fiel da Recebedoria a quantia de quatro mil e quatrocentos réis que pagou o Doutor Heitor de Mello pelo imposto respectivo ao sello por venda de um termo com quarenta e quatro linhas lavrado na Procuradoria Geral da Fazenda, conforme guia da mesma. Recebedoria, dezeseis de Abril de mil novecentos e quinze. Recobi em dezeseis de quatro de mil novecentos e quinze. O Fiel M. Estacio. Pelo Official Mario de Castro.» Antonio Rêllo Filho. Candido de Lacerda. P. D. Washington B. B. Pereira. Joaquim Estrada Gonçalves. Claudonor Augusto Rodrigues.»

As obras da Policia, edificio cuja construcção estava mais adiantada, deviam ser atacadas desde logo, mas o contractante pediu quinze dias de prazo para reorganizar os seus serviços, o que lhe foi concedido. Findo o prazo em 5 de Maio, pediu o contractante, e lhe foi concedido, um segundo prazo, que terminou a 20. Nesta data o contractante, em petição que me dirigiu, declarou que paralytava os trabalhos, fazendo varias considerações sobre as difficuldades do Estado em satisfazer ás prestações contractuaes e as que para si decorreriam.

Essa petição foi convenientemente informada pela Directoria de Viação, Obras Publicas, Agricultura e Industrias, que lembrou o alvitre de ser rescindido o contracto.

Posteriormente, o contractante apresentou officiosamente as bases para a rescisão do contracto, as quaes, estudadas e convenientemente modificadas, foram reduzidas a um novo contracto, como segue:

Aos dezoito de Dezembro de mil novecentos e quinze, nesta Procuradoria Geral da Fazenda, entre o Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Doutor Candido de Lacerda, Procurador Geral da Fazenda, devidamente autorizado por portaria desta data do Excellentissimo Senhor Secretario Geral do Estado, e Heltor de Mello, architecto domiciliado na Capital Federal, foi resolvida a rescisão do contracto lavrado a trinta e um de Janeiro de mil novecentos e quatorze, na então Inspectoria de Obras Publicas e Viação e novado por termo de dezasete de Abril do corrente anno, de accôrdo com as clausulas seguintes: — a) — O empreiteiro desiste, independentemente de qualquer indemnização, de todas as vantagens e direitos decorrentes do contracto, eximido o Estado de qualquer responsabilidade para com terceiros. Por sua vez o empreiteiro fica eximido de toda e qualquer responsabilidade, quer presente, quer futura, para com o Estado. b) — O Estado restituirá, em moeda corrente, a caução que, para garantia do contracto, o empreiteiro tem nos cofres do Estado e mais o que já lhe houver sido officialmente creditado na Directoria de Fazenda, sendo 15:000\$000 (quinze contos de réis) no acto da assignatura deste accôrdo; 15:000\$000 (quinze contos de réis), trinta dias depois; e o restante, em duas prestações iguaes, uma sessenta e outra noventa dias, tambem contados da data do mesmo accôrdo. c) — O Estado pagará ao empreiteiro em apolices ao portador, nos termos da lei organica para o exercicio de mil novecentos e dezeseis, o seguinte: I) Os serviços executados e não comprehendidos nas prestações contractuales que já lhe foram pagas, observadas rigorosamente as discriminações de serviços para o vencimento de cada prestação dos quatro edificios, constantes da clausula terceira do contracto de trinta e um de Janeiro de mil novecentos e quatorze. (Regulamento annexo ao Decreto mil duzentos e onze, de dezoito de Maio de mil novecentos e onze, secção nona). II) Os materiais existentes no local das obras, taes como: cimento, cal, areia, macadam, etc., e mais os em obra que ali não se acham, taes como: esquadrias, grades, portões etc. mas a ellas destinados desde que estejam de accôrdo com o contracto. (Regulamento annexo ao Decreto mil duzentos e onze, de dezoito de Maio de mil novecentos e onze, secção nona.) III) Os serviços accrescidos officialmente autorizados e já executados (idem idem.) IV) Todas as installações existentes no local das obras. Inclusive andalmes. d) — A medição será feita por arbitramento. e) — Os honorarios dos peritos serão pagos pelo empreiteiro, sendo desde já fixados em um conto de réis para cada um. f) — O desempatador só será ouvido nos casos de desacôrdo entre os peritos e a sua decisão será obrigatoria e irrecorrivel. g) — Para determinação dos preços das unidades, os peritos se basearão nas clausulas contractuales, em que ha determinação de algums e nos que foram acceltos em propostas para serviços accrescidos e na falta destes a sua composição será baseada nos preços do mercado. h) — De commun accôrdo, ficam desde já nomeados: arbitro desempatador, o Doutor Octavio Carneiro, e arbitros, por parte do Estado, o Doutor Jorge Valdetaro de Lossio e Seibiltz e por parte do empreiteiro, o Doutor Washington Barbosa Rodrigues Pereira. i) — O laudo dos peritos será irrevogavel e irrecorrivel, ficando desde já estipulada a multa de 100:000\$000 (cem contos de réis) para a parte que a elle se não submeter, multa esta que será igualmente exigivel no caso de infracção por qualquer das partes, das outras clausulas do presente accôrdo. E por assim haverem accordado, eu, Antonio Rêllo Filho, segundo Official da Directoria de Fazenda, com exercicio nesta Procuradoria Geral da Fazenda, lavrei o presente contracto, o qual, depois de lido, ouvido e accelto vai por ambas as partes contractantes assignado, bem como pelas testemunhas Jonas Cordelro e Claudionor Augusto Rodrigues, que a tudo estiveram presentes, depois de subscripto por mim que o lavrei e completei com a seguinte transcripção: «Recebedoria das Rendas do Estado do Rio de Janeiro. Exercicio de mil novecentos e quinze. N. 1805, Rs. 50\$000. A fl. do Livro de Receita fica debitada ao Fiel da Recebedoria a quantia de cincoenta mil réis que pagou o Doutor Heltor de Mello pelo imposto respectivo ao sello por verba de um contracto lavrado na Procuradoria deste Estado, sobre a rescisão do de 31 de Janeiro de 1914 e a sua novação de 17 de Abril de 1915, n. 107, da tabella annexa ao decreto 1.215. Conforme guia da referida Procuradoria. Recebedoria, 18 de Dezembro de 1915. Recebi em 18 de Dezembro de 1915. O Fiel, Alfredo Kopke. O Official Campos.» Antonio Rêllo Filho, Candido de Lacerda, Heltor de Mello, Jonas Cordelro, Claudionor Augusto Rodrigues.»

Os arbitros nomeados apresentaram o seguinte laudo:

«Netheroy, 14 de Abril de 1916.

Os arbitros nomeados nos termos do contracto celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o empreiteiro Dr. Heltor de Mello para a rescisão do contrato de 31 de Janeiro de 1914 e a sua novação de 17 de Abril de 1915, procedendo á verificação e ás medições dos serviços executados e não comprehendidos nas prestações contractuales já pagas — conforme estipula a alinea I clausula c) da-

Neste contrato, verificaram existirem nas referidas condições as que a seguir descrevem, pelos quatro edificios em construcção, nas seguintes quantidades:

Dos serviços accrescidos, oficialmente autorizados e já executados, nos quaes se refere a alinea III da citada clausula e), verificaram a existencia de vinte e tres metros quadrados de grades de ferro nos vãos externos das prisões, anexas ao edificio da Secretaria de Policia.

SECRETARIA DA POLICIA

1	— Camada geral de concreto.....	654 m ²
2	— Pavimento de cimento armado.....	578 m ²
3	— Soffitos de frisos de peroba.....	298 m ²
4	— Barrotamento.....	418 m ²
5	— Ladrilhos.....	63 m ²
6	— Respaço para receber ladrilho.....	301 m ²
7	— Forro de cimento armado.....	138 m ²
8	— Forro de frisos de pinho de riga.....	441 m ²
10	— Revestimento externo-Categoria b).....	790 m ²
	— Revestimento externo- " c).....	225 m ²
	— Revestimento externo- " e).....	963 m ²
11	— Rebocos interiores.....	1.005 m ²
13	— Mezzaninos assentes.....	42
14	— Grades collocadas.....	17 m ²
16	— Caixa de ferro.....	1
16	— Caixa d'agua assente.....	6
17	— Cisternas de latrinas.....	12
19	— Lavatorios.....	3
19	— Mictorios.....	3
20	— Esquadrias a completar-assentes em.....	168 vãos
21	— Grades de ferro nos vãos externos das prisões accrescidos.....	23 m ²

PALACIO DA JUSTIÇA

1	— Camara geral de concreto.....	592 m ²
2	— Pavimento de cimento armado.....	596 m ²
10	— Revestimento externo — Categoria a).....	333 m ²
	— Revestimento externo " d).....	288 m ²
13	— Mezzaninos assentes.....	38

PALACIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1	— Camada geral de concreto.....	785 m ²
2	— Pavimento de cimento armado.....	596 m ²
7	— Forro de cimento armado commum.....	438 m ²
8	— Forro de cimento armado em abobada.....	150 m ²
10	— Revestimento externo — Categoria a).....	448 m ²
	— " " " b).....	1.551 m ²
	— " " " c).....	492 m ²
12	— Grupos esculpturales a completar.....	—
13	— Mezzaninos assentes.....	36
17	— Cisternas de latrinas.....	7
18	— Lavatorio.....	1
20	— Esquadrias a completar — assentes em.....	15 vãos

ESCOLA NORMAL

1	— Camada geral de concreto.....	636 m ²
2	— Pavimento de cimento armado.....	664 m ²
10	— Revestimento externo — Categoria c).....	320 m ²
13	— Mezzaninos assentes.....	33
16	— Caixa d'agua assente.....	1
17	— Cisternas de latrinas.....	6
20	— Esquadrias a completar — assentes em.....	24 vãos

Nos termos da clausula g) do accordo, os arbitros basearam-se para a determinação dos preços das unidades, nas clausulas contractuales, em que ha a deter-

*Segue lista de materiais etc
p. 164*

ANEXO 17

Entrevista com o escultor Honório Peçanha.

ENTREVISTA

NOME DO ARTISTA: HONORIO PEÇANHA

DATA: 05/08/87

LOCAL: Atelier do artista

ENTREVISTADORA: Clélia F. de Brito

CB- Hoje é dia 05 de agosto de 1987 e estamos aqui no atelier do professor e artista plástico Honório Peçanha, tendo o grande prazer de ouvi-lo sobre a Praça da República, a praça que está na pauta do dia, a dois anos do centenário da República ... e daí o objetivo de nossa presença aqui em seu atelier.

HP- Eu conheci a Praça de República onde existia um Monumento à República feito pelo professor Correia Lima, meu professor. Em volta, vários edifícios todos projetados pelo arquiteto Pedro Campofiorito, pai do conhecido pintor Quirino Campofiorito. E a própria Escola Normal, hoje Liceu Nilo Peçanha, a Assembléia Legislativa, O Forum, o edifício da Polícia e a Biblioteca Estadual. Nestas construções, trabalhou um escultor italiano chamado Hugo Tadei e, as esculturas dele ainda estão lá. No governo do Padilha, eles resolveram fazer na praça, um edifício para o futuro Fórum do Estado do Rio de Janeiro e seria então destruído o velho prédio e feito então uma praça para onde seria transferido o monumento. Resultado: do edifício ficou a estrutura de concreto que está lá e o edifício do Fórum não foi derrubado, não foi destruído. Durante mais de quinze anos o monumento foi desarmado, foi jogado num

terreno baldio; as pedras de granito lavrado desapareceram e das peças de bronze ficaram apenas as mais pesadas que os ladrões não puderam levar: a parte de cima, uma biga, uma figura da República e, em baixo, as figuras de...

CB- Benjamin Constant...

HP- Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva e de Silva Jardim. Esta já não existe mais. Em volta, tinha escudos de vários municípios que naquele tempo compunham o Estado do Rio. Foram todos roubados.

CB- Sobraram alguns. Acho que tem duas placas e, resta saber se aquelas placas são originais ou se foram colocadas posteriormente.

HB- De maneira que cometeram crime. Eu tomei conhecimento disso, dessa campanha que se está fazendo agora porque o prefeito de Niterói Waldenir Bragança me convidou para fazer parte do Conselho de Cultura do Município de Niterói. Lá então, foi debatido muito este assunto e eu então concorri com o que sabia para esclarecer certos pontos inclusive sobre as maquetes do monumento que ainda existem, eu sabia onde estavam, com o neto do professor Correia Lima, que foi meu professor.

CB- Muito importante isso, de existir a maquete ainda.

HP- Ainda existe. E existe até os desenhos das plantas e, inclusive este neto do professor Correia Lima é arquiteto e é chefe... acho que foi diretor da Escola de Arquitetura lá no Fundão, na Universidade. Ele se dispõe a colaborar se o governo resolver reaver o monumento mas a dúvida toda agora está no local. Aquela estrutura de concreto que ficou lá durante vinte anos passou a servir de

estacionamento de automóveis e o governo, a prefeitura permitiu, o governo do Estado, não sei... a que elementos da sociedade dos antigos combatentes fizessem daquilo uma fonte de renda e durante muitos anos passou a ser dessa associação. Agora, não sei se eles foram expulsos ou se deixaram, passou a ser estacionamento de juizes e advogados que trabalham ali ao lado. De forma que vai ser muito difícil como querem lá no Conselho, todos votaram naquele dia, conseguir implodir o prédio...

CB- Parece que o prédio está condenado.

HP- Não, não está condenado. Ai dizem que o prédio bem pode ser aproveitado com aquela estrutura porque tem...

CB- Uma infiltração.

HB- Não, não porque é cimento armado. Não afeta nada em seu estado. E nós temos aqui um exemplo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, perto do Maracanã, a UERJ. Aquilo ali era um esqueleto também, do governo de Washington Luis, de mil novecentos e vinte e tantos. Ele começou construir ali um grande hospital. Veio a revolução de trinta e aquilo ficou paralizado durante todo este período até chegar 1964. Resolveram aproveitar a estrutura e está lá funcionando. Este ponto não pega. Mas eu acho muito difícil convencer agora os juizes e a magistratura de perder o seu ponto de estacionamento. Mesmo porque eles querem também aquilo para eles, além do que já tem, fazer dauilo, cartórios e escritórios para advogados, gabinetes para juizes, enfim, ampliar as possessões deles. Por isso vai ser difícil lutar contra a magistratura.

CB- Mas e a questão histórica, cultural, implícita nesta

recuperação da praça como algo muito importante ?

HP- Era, mas isso para o governo não tem muito valor estas coisas históricas... o que vale é o interesse imediato das pessoas que estão no governo e tem força para mandar.

CB- E. Mas talvez coubesse a nós, historiadores e artistas, recuperar a memória dessa praça. É uma tentativa que a gente está fazendo.

HP- Seria muito bom, não é ? No Conselho de Cultura do Município há esta opinião e, o Pimentel, o Quirino Campofiorito disseram que é preciso. Falaram inclusive nessa tal infiltração. E eu disse que isso não pega, na hora. Mas a gente tem que bater nessa tecla que também ajuda, disseram. A minha opinião é que se se conseguisse isto seria ótimo - o restabelecer aquela praça. Mas o que é preciso, antes de tudo, é que o monumento seja colocado, não naquele canto ali na Rua da Conceição, num canteiro que tinha ali ao lado da biblioteca. Seja lá, seja noutra praça qualquer. Tem o Rink. Conhece o Rink?

CB- Conheço.

HP- É uma grande praça. Podia ser lá. O que é preciso é que agora, no centenário da Proclamação da República em 1989, seja reinaugurado o monumento como parte destes festejos que vão ser realizados nesta época.

CB- O ideal mesmo é que fosse reinaugurada a praça naquele local.

HP- Seria ideal mas aqui no Brasil, a cultura não tem valor.

CB- Com a construção daquele prédio, a visibilidade da Biblioteca foi perdida. Idem para o Palácio da Justiça.

Então toda a ambientação daquela área que era coerente, eclética, se perdeu. E para recuperá-la, só implodindo o prédio e refazendo a praça.

HB- E tradição. Mas eu não creio que sejamos capazes disso.

CB- O senhor não é idealista a este ponto.

HP- E que eu vejo que eles criam umas secretarias de cultura e não dão verba. Aqui no Estado do Rio de Janeiro quando deste governo de Brizola (aliás, eu votei nele e acho que ele era o "menos pior") era uma Secretaria de Cultura sem nada. Um dia, o Edmundo Muniz que era o Secretário de Cultura substituindo o Darcy Ribeiro, se lembrou de fazer uma coleção de medalhas dos poetas dos escritores fluminenses. E começou pedindo para eu fazer os modelos. Eu fiz três modelos que foram os primeiros : Euclides da Cunha, Casimiro de Abreu e Olavo Bilac. Edmundo Muniz conseguiu uma empresa para cunhar dois, o Casimiro e o Euclides. E até hoje ainda não recebeu. Eu também não recebi nada até hoje, e não vou receber... porque esses...

CB- E onde estão as medalhas ?

HP- Ele, o Edmundo Muniz, as fez em confiança. E ele as distribuiu para algumas pessoas, eu suponho. Inclusive me deu um par delas. Até hoje não se recebeu nada e não vamos receber porque este governo não vai pagar a dívida do outro. Quer dizer, isto é cultura no Brasil. Não é só no Estado do Rio, em Niterói - é em toda parte . Não vão fazer nada. Isto não dá votos.

CB- De qualquer maneira, nós estamos empenhados em fazer uma campanha pró-Praça da República.

HP- Bom, eles estão fazendo no Conselho... mas cesiludidos.

CB- Mas a esperança realmente é a última que morre.

HP- Eles vão dizer que aquela estrutura custou não sei quantos milhões, que se fosse fazer aquela estrutura de concreto hoje, multiplicando por não sei quantos mil, que é uma pena implodir aquilo, que é perfeitamente aproveitável...

CB- Acho que temos que ir por este caminho: fazer um sondagem, solicitar um depoimento, uma declaração da parte da engenharia, da situação daquele prédio hoje.

HP- Ainda não entendi porque ele não pode ser aproveitado. Sobretudo porque aquele terreno é solidíssimo. Aquilo ali era um pedaço de morro que tiraram. A qualidade da água que está vazando deve ser de algum cano furado.

CB- Parece que é de um rio, o Rio dos Passarinhos que corria ali antes.

HP- Mas ali não deveria passar o Rio dos Passarinhos porque aquilo era um morro...Aquele morro onde tem o Centro Educacional avançava até lá na frente. Cortaram. Não tinha razão de ter uma nascente d'água. E mesmo que tivesse, não teria que alterar em nada. Basta dizer que a ponte é construída dentro do mar, dentro da água.

CB- E, mas teria de ver se com o tempo os ferros não teriam se oxidado.

HP- Teria de ver é se nas plantas, o edifício é sobre estacas. Se foi sobre estacas elas se enterram até onde há rocha; aí pode-se construir o que quiser em cima.

CB- O senhor citou o artista italiano Pedro Campofiorito. Eu gostaria que o senhor falasse algo a respeito dele e

dessas informações que chegaram ao senhor a respeito da autoria do projeto da Biblioteca cuja tradição oral deixa como bem clara, a autoria dele e, contradizendo o documento que diz ser de Lothar Kastrup; porque este arquiteto, Lothar Kastrup, o assinou. Então a dúvida quanto a autoria baseia-se nisso.

HP- E que ele não era arquiteto diplomado. Pedro Campofiorito não era, como Le Corbusier - o grande arquiteto mundialmente conhecido, não era diplomado. Agora na constituição estão, procurando fazer uma lei que nessas profissões liberais possa-se exercê-las sem esse diploma: jornalista, outros, pessoal que quer o mercado só para eles. E Pedro Campofiorito aprendeu a desenhar na Itália; veio moço da Itália. Aprendeu lá, no serviço, e sabia desenhar. Era pintor além disso, e pintava muito bem. Conheço vários quadros dele: A neta dele - a filha tem este quadro. E era desenhista quando ele veio da Itália, para o Pará. Do Pará veio para aqui, para o Estado do Rio. Aqui ele foi nomeado desenhista, da diretoria de Obras do Estado do Rio. De maneira que toda parte da arquitetura que o Governo do Estado tinha que fazer, ele quase sempre desenhava, fazia o projeto arquitetônico. E os engenheiros de lá é que assinavam. E uma coisa muito interessante. Por exemplo, aqui no Brasil, o Ministério da Educação é o primeiro edifício construído segundo a arte moderna, dentro da arquitetura moderna, e foi Le Corbusier que fez os riscos iniciais, o croqui e, os arquitetos chefiados por Oscar Niemayer transformou aquele esboço em projeto. Mas não foi o primeiro; pouca gente sabe que o primeiro

edifício moderno que se construiu aqui no RJ, foi o primeiro aeroporto ali no...

CB- Santos Dumont ?

HP- E, mas é mais perto do museu, daquele grande museu. Não tem um edifício todo envidraçado com escada dentro em caracol? Quando construíram o edifício, o aeroporto Santos Dumont, ali era então a sede, a direção, a diretoria do aeroporto. Quem assinou o projeto foi um filho do professor Correa Lima, agora não me vem seu nome, porém daqui a pouco eu me lembro. Porque abriram um concurso para construir este edifício. Um aluno desse professor entrou no concurso e estava no último ano. E Soeiro, que foi diretor do Patrimônio Histórico e Artístico substituindo o Mello Franco de Andrade. E, mas ele não podia quando entrou no concurso, assinar o projeto porque não era formado. Então o professor assinou. Hoje todo mundo diz que é do professor Atilio Correa Lima. Ele só assinou o projeto. Lá em Niterói, também tudo foi desenhado pelo Pedro Campofiorito, que era um grande, ótimo desenhista, tinha muita prática, podia não ter diploma e, Kastrup ou outro qualquer engenheiro lá assinou.

CB- Consta nos pelos Anais da Assembléia, que o projeto da Assembléia, do Palácio da Justiça, e da Delegacia além do Liceu Nilo Peçanha, consta como de autoria do francês Emilio Dupuy Tessain que teria vindo contratado pelo governo para fazer estes projetos. Constam fotografias desses projetos com sua assinatura. Mas ao mesmo tempo diz a tradição que o Pedro Campofiorito já era funcionário da

Secretaria de Obras.

HP- Eu o conheci nesta época.

CB- Conheceu-o neste período ?

HP- E, porque nesta época, foi uma coisa muito interessante, e que ocorreu que não tem nada a ver com esta entrevista que é para outra coisa. Porém é algo da minha vida.

Em 1927, eu estava trabalhando na construção da Câmara dos Deputados na Praça 15 de novembro. Eu tinha saído da Escola Profissional, tinha que trabalhar e estudava à noite no Liceu de Artes e Ofícios. Depois é que passei para a Escola de Belas Artes para o curso livre. Eu era auxiliar do escultor - do professor Hugo Tadei.

Quando o edifício já estava para ser inaugurado, eu continuava trabalhando lá nos últimos retoques. E já fazia minhas esculturas para o Salão Nacional de Belas Artes, aproveitando aquelas salas vazias de lá, como atelier.

Numa tarde, eu estava fazendo uma cabeça do vigia da obra, para mandar para o salão, quando chegou uma porção de visitantes lá na Câmara, entraram pela sala ficaram interessados e admirados vendo eu fazer aquilo e perguntaram quem eu era. Então, uma senhora disse: - "Você tem muito jeito, por que você não vai estudar escultura?" E eu: "- Já fiz vestibular para a Escola de Belas Artes mas não frequento porque tenho que trabalhar; à noite, vou para o Liceu de Artes e Ofício para não perder a prática." então ela me disse: "Então, não lhe serve qualquer emprego para você/" E eu: "-Serve." Ela disse: "-E porque vai ser inaugurada a Assembléia agora e meu pai é o

Presidente da Câmara. Era um deputado paulista chamado Arnolfo de Azevedo. E eu disse: "Aceito." E ela: "É porque ele só chega às sessões da Câmara às duas horas da tarde. Começam as duas horas da tarde. De maneira que até duas horas, você pode ir a escola estudar e depois, à noite, tem as aulas de modelo vivo."

E então, quando a Câmara começou a funcionar eu fui ser o ascensorista. Mas fiquei como ascensorista só durante trinta dias. Nem cheguei a aprender direito a dirigir aquele elevador que tinha uns freios como haviam antigamente.

E que no tempo que eu estive trabalhando naquele expediente, eu levava o Presidente da Câmara até o gabinete. E era só. E ficava atôa.

E tinha umas ordens do dia, que a Câmara adotava, folha impressa para a discussão no Salão. O outro lado era em branco. E então eu juntava aquilo tudo e ia lá para o terraço da Câmara e ficava desenhando. Um dia, me lembrei de desenhar o perfil do Presidente. Ele era um homem que tinha uns traços meio exagerados, bons para caricatura, queixo grande..."

Não sei como, não havia porteiro lá. Tinha um chapeleiro que era muito meu amigo, que gostava de meus desenhos. Pegou a caricatura de Arnolfo de Azevedo e deu a um jornalista, Manuel Gonçalves. Esse Manuel Gonçalves estava iniciando sua carreira no "O Globo" que fazia campanha contra o Arnolfo por causa da situação política.

No dia seguinte, saiu publicado o desenho ... E o garoto do elevador é que tinha feito a caricatura do

presidente! Quando eu cheguei lá, eu estava despedido. Por desrespeito ao presidente. Então eu fiquei desempregado. Eu falei com Manuel Gonçalves que chegou a ser secretário do "O Globo" e hoje está aposentado.

ANEXO 18

Entrevista com o professor Quirino Campofiorito,

ENTREVISTA COM O PINTOR QUIRINO CAMPOFIORITO

DATA: 16/02/89

LOCAL: Residência do artista

PRESENTES: Quirino Campofiorito (artista plástico)

Clélia Fernandes de Brito (entrevistadora)

CB- Hoje é dia 16 de fevereiro de 1989. Estamos aqui na residência do Professor Quirino Campofiorito e com muita satisfação vamos ouvi-lo sobre a Praça da República, seus prédios e muito especialmente sobre seu pai, Pedro Campofiorito.

QC- Eu não sei se tenho muita coisa para contar além do já citado por que afinal de contas a gente da família, muitas vezes, fica mais desatenta a certos fatos do que as pessoas estranhas com relação a fatos promovidos por parentes. De modo que em certos detalhes eu tenho já muita coisa contada e não quero contar tudo aquilo que já foi muito citado e que é mais do que conhecido. Então espero que me sejam feitas outras indagações com variantes para eu responder. Uma que talvez seja feita sobre a obra de meu pai como é o caso do Forum, o Palácio do Forum da cidade de Campos. Realmente quando eu procurei informações sobre obras realizadas por ele na Secretaria de Obras do Estado, verifiquei que este palacio foi projeto dele.

CB- E interessante que isso não consta nos registros. Este depoimento do senhor é muito importante.

QC- Bom, pelo fato seguinte: é que meu pai era o arquiteto

fazia trabalhos de arquitetura. Mas na repartição tinha como chefe sempre um engenheiro. Engenheiros jovens que iam se formando e se iniciavam no funcionalismo público. E à esses engenheiros cabia assinar realmente os projetos conforme a lei obriga, responsabilizando-se pela obra. De fato, o arquiteto naquele tempo ainda não tinha essa autoridade, principalmente um arquiteto como meu pai que tinha feito seus estudos em Roma e não procurou oficializar estes estudos feitos no estrangeiro como é geralmente exigido. Para a idade que tinha então, não era tarefa fácil.

CB - Gostaria que o senhor falasse da vida de seu pai quando veio da Itália. Soube que ele foi para o Pará e que só depois, para o sul.

QC - Posso falar isso mas é coisa demorada. Você tem aqui um xerox com tudo explicado direitinho. Ele perdeu a mãe muito cedo e o pai, não podendo continuar sua educação, internou-o num instituto de órfãos que tinha um curso de artes e ofícios, muito completo e importante em Roma no século XIX. Foi aí que ele teve uma formação artística muito desenvolvida. Um curso como hoje não existe com a mesma eficiência, já que os ensinamentos artísticos e da arquitetura tomaram condições independentes, isto é, arquitetura e artes plásticas não são mais ensinadas conjuntamente. Ele pode fazer uma preparação perfeita não só com relação à arquitetura como a pintura, escultura, e em todas as práticas das artes. Ele era realmente uma pessoa capacitada para qualquer tarefa artística, a mais completa que fosse.

Assim é que, logo que chegou no Rio de Janeiro, ele trabalhou com muito afinco fazendo toda a decoração do Teatro Fênix que foi construído naquele ano. Era um teatro à Rua Almirante Barroso junto aos fundos do Palace Hotel, hoje também demolido. Era um dos mais bonitos do Rio de Janeiro, um dos mais perfeitos como construção, como aspecto de sala de espetáculo e tinha uma decoração muito caprichosa.

Essa decoração belíssima se perdeu no momento em que fizeram construir ali naquele local um novo e imenso edifício que ocupa toda a esquina da Av. Rio Branco com a Almirante Barroso. E lá se foi um dos mais belos teatros do Rio de Janeiro. Fixando, em seguida, residência em Niterói, Pedro Campofiorito conseguiu uma nomeação para a Secretaria de Obras. E aí então desenvolveu sua atividade até a aposentadoria aos 60 anos. Ele fez de tudo em matéria de arte desde que fosse necessário e do interesse da repartição. Assim ele fez cenografia para o Teatro Municipal de Niterói, quando era oportuno; fez pinturas para decorações em algumas igrejas que ainda continuam, a pedido de irmandades ao escritório onde trabalhava; e fez muitos projetos não só para o Governo do Estado como para o Governo do Município. Entre estes, eu posso lembrar, assim de pronto, além da que já foi dito, o Palácio do Forum de Campos, o Mercado Modelo de Petrópolis e a Cadeia do Rio Bonito. Por aí se vê como sua produção se estendeu: de Niterói à Petrópolis, à Rio Bonito, à Campos e etc. E assim foram muitas escolas e pequenas repartições. Todas naturalmente com projetos assinados por engenheiros que

ocupavam a chefia do serviço na ocasião. E dele foram os projetos de inúmeras residências e palacetes que tem desaparecido com a evolução de Niterói. Algumas ainda existem. Niterói, naquele tempo se renovava com as belas residências que iam aparecendo. Infelizmente, hoje essas residências todas desapareceram para serem substituídas pelos grandes, pelos gigantescos edifícios de residência coletiva.

CB - Eu gostaria que o senhor falasse também sobre o período em que ele foi responsável pelo do Museu Antônio Parreiras.

QC- Ele foi diretor do Museu Antônio Parreiras por alguns anos, o que bem representou um prêmio para quem tanto se dedicou à Niterói. Foi uma distinção que o Comandante Amaral Peixoto, naquele tempo Interventor, lhe destinou.

Eu já me dedicava ao jornalismo e de 1936 à 1940 e editei um mensário exclusivamente dedicado às artes plásticas, com o título Belas Artes. Nele, publiquei com destaque um apelo ao Comandante Ernani do Amaral Peixoto, e reforcei na crônica que dedicava à imprensa diária, para que não deixasse que a obra do Mestre Antônio Parreiras se dispersasse. O famoso pintor fluminense falecera e essa dispersão seria em prejuízo para o acervo cultural da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Comandante achou oportuna a idéia de criar o museu para reunir a obra que Antônio Parreiras deixara em seu atelier da Rua Tiradentes. E logo, foi instalado na própria residência do artista desaparecido. Eu naquela época, andava muito ocupado com ensino na Escola de Belas

Artes, era catedrático, de maneira que não podia dispensar nem um momento nos cuidados do Museu Antônio Parreiras. Mas, lembrei para o Comandante que meu pai era um artista de reconhecido valor e que ninguém melhor do que ele poderia tomar conta da direção deste museu.

A partir de então, meu pai não só passa à direção do museu como se desincumbe de sua organização. E assim permaneceu alguns anos, até ter a idade que exigiu um pouco mais de sossego. Foi realmente um prêmio para um funcionário muito assíduo, muito produtivo, muito leal, o de acabar diretor de uma casa de arte da importância do Museu Antônio Parreiras.

CB- E além de diretor, é verdade que ele foi responsável pelas reformas?

QC- Justamente como pintor e arquiteto, meu pai tinha uma noção muito boa sobre condições que devem assistir a formação de um museu de arte. Por isso soube rigorosamente fazer naquele prédio residencial, as reformas estritamente necessárias para tornar-se um museu. Também a prática dos afazeres do departamento de obras públicas, da Secretaria do Estado, muito favoreceu essa nova instalação na residência de Antônio Parreiras.

Seu ambiente foi minimamente afetado para adaptar-se a um ambiente para frequência pública. O atelier do artista, em construção à parte, foi transformado para a melhor exibição das telas ali deixadas assim como todo o material de trabalho, desde tintas, pincéis, cavaletes, panejamentos, etc. E assim pode esta parte que completava a residência de Antônio Parreiras, integrar-se

convenientemente no belo espaço do parque onde as crianças passaram a brincar acompanhados de suas mães ou por domésticas que igualmente se distraíam dentro do cerrado arvoredo.

Eu não sei se isso continua. Há muito tempo que não tenho tido tempo para as frequentes visitas que fazia ao Museu Antônio Parreiras.

CB- Como o senhor vê o estilo de seu pai?

QC- Ele tinha uma formação profissional e artística em relação a arquitetura muito completa. Como pintor, meu pai seguia o caminho da pintura italiana do fim do século XIX. Era uma pintura realista. Mas como arquiteto, já que interferiu em construções aqui em Niterói, sempre seguiu o chamado estilo eclético, isto é, aproveitando um ou outro dos estilos do passado, conforme a conveniência ou a escolha ou preferência dos interessados ou dele próprio, se como arquiteto, tivesse que determinar o estilo a ser adotado.

O mesmo podia suceder com projetos para conjuntos de vários edifícios como sucede com os que contornam, por exemplo, uma praça. Como sua formação de arquiteto se fez rigorosamente no preparo prático profissional, ele tinha tinha rigoroso conhecimento de todos os estilos clássicos. E sabia empregá-los sempre que fosse preciso, numa construção isolada como na elaboração de uma conjugação de edifícios como sucedeu com o projeto da Praça da República de Niterói. Essa mesma capacidade de conhecimento de estilos, lhe favorecia também os misteres de decorador, que também, muito exerceu. O Ecletismo ou variedade de

estilos, era muito habitual no século XIX tanto na arquitetura como na decoração, e isto se estendeu muito no século XX, particularmente nos países americanos. Anteriormente, cada época tinha seu estilo marcante ou exclusivo. As civilizações antigas, tiveram estilos próprios. O Gótico foi estilo da Idade Média na França e na Alemanha. A Itália teve nessa época o Românico. Os estilos foram surgindo com o tempo. O Renascimento, o Barroco, os variados estilos franceses e demais estilos conforme os países europeus assenhoravam-se de maneiras artísticas próprias. Também os povos orientais tiveram estilos originais, como os árabes, chineses e indús.

Na Idade Média, as praças eram redondas como na Itália com a arquitetura românica. Na França por exemplo, onde o Gótico imperava, todas as praças cívicas naquela época, também na Alemanha e Inglaterra, eram góticas. Não se viam dois edifícios com duas arquiteturas diferentes. O Renascimento também construiu as suas praças cívicas. São belíssimas em todos os países da Europa. Cada uma com o estilo do século referente. O Renascimento, o Barroco em seguida, e o estilo Neoclássico.

No século XIX, houve uma fusão e já que não teve uma arquitetura que se impusesse como uma novidade, usou os estilos chamados clássicos. E neste caso, eles todos se misturam. Mas sucede que a Europa no século XIX desenvolveu-se muito a gosto eclético e foi assim que deu essa prática de usar concomitantemente os estilos reconhecidamente clássicos, desde a velha Grécia até os mais variados estilos franceses decorrentes do

Renascimento, o Barroco e o Rococó. E justamente esta arquitetura eclética deu origem as grandes praças cívicas dos grandes centros que se viram no século XIX. Elas geralmente se ornamentam e se completam com edifícios que muitas vezes oferecem estilos diferentes.

E a nossa Praça da República embora tenha sido construída neste século e já na terceira década pode-se dizer, ela ainda obedecia aquele sistema de aplicar os vários estilos de arquitetura. A Praça da República em Niterói, que hoje está sendo recuperada, obedeceu a esse estilo eclético. A cada um dos edifícios que a contornam foi aplicado um estilo especial. Com o Ecletismo pensava-se em dar a um conjunto de construções uma maior suntuosidade arquitetônica do século XIX das grandes cidade européias.

Fazendo referência especial à Praça da República, posso dizer que como de praxe, seu projeto foi confiado a um engenheiro que possuía conhecimentos de arquitetura e urbanismo.

A preferência coube ao engenheiro francês Emilio Dupuy Tessain que residia em Niterói. Necessitando da colaboração assídua de um arquiteto, ligou-se a meu pai. Ambos com aquela mesma experiência de homens europeus que conheciam arquitetura européia de várias épocas e as grandes praças cívicas das cidades do velho continente. Foi um relacionamento realmente de grande decisão sobretudo no fundo profissional que iria resultar no trabalho da praça.

Assim foi concebido o conjunto arquitetônico que iria

conformar a praça cívica niteroiense. Conforme permitia o Ecletismo em moda, a cada edifício foi destinado um estilo apropriado à função do mesmo. O engenheiro Tessain era profissional muito competente, com obras importantes já realizadas em seu país. Era exigente no andamento dos trabalhos que lhe confiara o Governo do Estado do Rio de Janeiro e encontrou em Pedro Campofiorito, o colaborador que necessitava. Quando já ia adiantado o projeto da praça, rebentou a Primeira Guerra Mundial (1914) e Tessain, como engenheiro francês e oficial do exército de seu país, teve que partir imediatamente. Confiou então o prosseguimento do projeto e a direção da construção à Pedro Campofiorito, passando às autoridades do Estado do Rio, a afirmação de competência de seu colaborador. Assim, coube a meu pai desencumbir-se do término dos diferentes projetos para todos os edifícios que hoje contornam a nossa Praça da República. São esses edifícios, o Palácio da Justiça, a Delegacia de Polícia, a Câmara Municipal, o Liceu Nilo Peçanha e a Biblioteca Estadual.

Ao primeiro foi aplicado o estilo renascentista francês (estilo Luís XVI); ao segundo o estilo inglês com tijolos aparentes; à Assembléia Legislativa, um caprichoso renascimento italiano; e à Escola Normal, um estilo francês com mais sobriedade. O edifício da Polícia ficou naturalmente muito prejudicado com a pintura de branco posterior. Houve até, gente que dissesse que haviam se esquecido de dar o revestimento por cima do tijolo e por isso pintaram de branco.

E depois na Escola Normal foi escolhida um estilo mais

popular, mais comum e adequada a uma escola. Ali, a arquitetura era mais discreta, e naturalmente uma arquitetura destinada a edifícios públicos sem maior magestade do que o destino de uma escola.

Na elevação do terreno que se aproxima da praça devia situar-se o Palácio do Governo, cuja construção não foi levada avante em vista de seu elevado custo.

E como estava nos projetos, não me recordo bem as datas, a construção começou, entregue a uma construtora que na época se encarregava das construções mais importantes do Rio de Janeiro. Era o escritório do famoso arquiteto Heitor de Mello. E o primeiro edifício começou a se construir e houve naturalmente, com o tempo, aqueles atrasos, falta de dinheiro, isso e aquilo.

Posteriormente ao término da praça, foi projetado por meu pai e construído o edifício da Biblioteca do Estado, onde consta instalações especiais destinadas à Academia Fluminense de Letras com um suntuoso auditório. E me recordo um fato interessante. Veja que às vezes certos fatos são históricos, sérios - e depois existem as anedotazinhas que a gente pode contar às vezes até para confirmar a história. Anedotas que estão presas à história. A história é séria. Anedota, não. Mas a anedota às vezes confirma a história. O fato é o seguinte: meu pai naquele arroubo pela arquitetura antiga, achou por bem consultar naturalmente toda a história daquelas grandes academias na Europa. E viu que toda cidade havia uma forma muito convencional, muito preferida para os grandes auditórios. Era a forma que se chamava de ferradura de

cavalo. Era uma forma justamente, adaptada, perfeita, nunca imitando uma ferradura de cavalo mas a ferradura de cavalo é que coincidia com esta forma bonita para um anfiteatro e de um lugar solene. Isto foi um fato que não escapou aos jornalistas para levar naturalmente adiante aquela guerrinha que sempre se tem contra os acadêmicos - que se estava dando realmente uma forma de ferradura para os acadêmicos...

Para ocupar o centro da praça, foi encomendado ao famoso escultor fluminense José Octávio Corrêa Lima, uma monumento à República. E diga-se, é um dos mais sugestivos e suntuosos monumentos brasileiros que comemoram a Proclamação da República. O monumento a República no Rio de Janeiro é um belo monumento porém sem a suntuosidade sem a amplitude construtiva do monumento da Praça da República de Niterói. Os estudiosos da arquitetura no Brasil de escultura sobretudo poderão até o momento dizer que com este monumento, Niterói possui a obra escultórica do gênero mais importante de todo o país. Embora o Rio de Janeiro possua belíssimos monumentos de autoria de outro grande escultor como foi Rodolfo Bernadelli, porém todos, menores em volume e espaço ocupado. E até digo mais, em suntuosidade decorativa. E assim, com muita razão que a gente lamenta a perda dessa praça e a perda deste monumento que é realmente coisa que não se justifica por nenhum ato oficial. Vamos ver se a reconquistamos. Há sobre a praça ainda uma curiosidade. Ela foi completada o seu lado em direção da a Rua da Conceição.

CB- Gostaria que o senhor se referisse ainda ao

relacionamento de Pedro Campofiorito e o engenheiro francês, especialmente sobre transferência de responsabilidade dele para seu pai com seu retorno à Paris.

QC - Como começou esse relacionamento, eu realmente não me lembro porque era muito menino e ninguém naquela época estava muito interessado assim nestes pequenos detalhes. Mas soube que era um engenheiro que morava em Niterói. Não sei se morava há muito tempo, ou se tinha acabado de chegar a Niterói. O fato é que era pessoa muito competente e que já era reconhecido aqui em Niterói mesmo.

Como já tive ocasião de dizer, a primeira Grande Guerra começou em 1914 e Tessain como todo engenheiro francês era oficial do exército. As escolas de engenharia na França eram todas militares e os engenheiros tinham uma ligação muito estreita com a carreira militar. De maneira que ele não podia de modo nenhum eximir-se de embarcar para seu país na patente de capitão. Ele era pelo menos capitão, como engenheiro. Em virtude desse inesperado acontecimento, foi forçado a passar a começada obra da praça a seu colaborador Pedro Campofiorito, para o que, deixou um documento afirmando a inteira competência do mesmo para continuar na realização do projeto de ambos.

E ao meu pai, fez entrega de uma carta, datada de 12 de agosto de 1914, na qual declara sua confiança de que a realização da praça iniciada pelos dois, seria exemplarmente conduzida a seu término. Com essa carta, guardo comigo também uma fotografia de Tessain em uniforme de infantaria francesa, remetida de Paris, com data de 1

de maio de 1915. Parece que faleceu na guerra pois nunca mais retornou ou se teve notícia.

Estes documentos tem muita relação com a verdade histórica da Praça da República de Niterói.

ANEXO 19

Entrevista com o pintor Aluizio Valle

ENTREVISTA COM O ARTISTA PLÁSTICO ALUIZIO VALLE

DATA: 08 de novembro de 1985

LOCAL: residência do artista

PRESENTES: Aluizio Valle (entrevistado)

Péricles Sodré (artista plástico convidado)

Clélia Fernandes de Brito (entrevistadora)

CB- Estamos hoje, dia 08 de novembro, na residência do pintor Aluizio Valle, com a presença do artista Sodré, com o objetivo de conversarmos sobre vivências e testemunhos dele, num período da vida fluminense, o começo do século e, gostaríamos de ouvi-lo especialmente sobre seu trabalho e o contato que teve com o arquiteto Pedro Campofiorito.

AV- Pois não. O Pedro Campofiorito, eu conheci. Foi meu chefe, era desenhista na repartição, na Divisão de planejamento do Departamento de Engenharia.

De maneira que... mas, antes disso, de ser meu chefe, eu já o conhecia, um grande artista mesmo, e até uma ocasião, ele tendo assumido uma empreitada na decoração da Ig. da Conceição, então ele me convidou para o auxiliar, fazer parte, desenhando aqueles quadros todos da igreja. E, ele tinha todo cuidado; e depois ele vinha, retocava e arrematava. Inclusive, Honório Feçanha também trabalhou. Ele substituiu aqueles dois anjinhos feitos lá em cima, na nave central. Então, o Honório fez os dois anjinhos e os colocou lá. E depois desse período então...

CB- Isto foi por volta de que ano, Aluizio ?

S - Não terá sido na década de 20?

AV- Mas eu tenho uma dúvida, sabe.

CB- O senhor, sempre morou em Niterói?

AV- Bem, eu nasci no interior do Estado, aqui em Paraíba do Sul, e vim para aqui com 4 anos de idade. Tanto que vi o cometa... Eu e meus irmãos. Tem 3 vivos ainda, que vão ver novamente. Mas não se lembram dele não, porque éramos tão pequenininhos que nós não fazíamos idéia nenhuma do que fosse.

Mas, o que estava conversando antes sobre o Pedro Campofiorito é uma coisa curiosa; é um camarada que respeito, sabe como é, e sempre prestigiando os artistas. Tanto que eu ganhava mais que o encarregado da Obra, do serviço lá. "Mas Sr. Pedro, o senhor está me pagando mais do que o engenheiro..." - "O artista tem que ganhar mais do que qualquer outro artífice, outro artesão..."

CB- Isto quer dizer que ele valorizava.

AV- Isso, muito, sempre ajudando os artistas. Depois eu tive a oportunidade de entrar para o Estado; trabalhei no Estado do Rio. Então eu fui trabalhar em Angra dos Reis. Afinal de contas, para eu ter no meu futuro uma bengala de cego, amparado já que na arte não se ganha o suficiente. Só que está ocorrendo o inverso hoje. Se não fosse a arte, pela minha bengala de cego, eu estava aí na rua.

Então eu estava em Angra dos Reis e ele fez tudo para conseguir minha transferência para Niterói.

S- Aí você se lembra o ano?

AV- Foi em 1932. Em 1933 então, ele fez tudo para eu voltar.

CB- Então Pedro Campofiorito...

AV- Ele já trabalhava aqui em Niterói há muitos anos.

Tem uma história contada por ele. Ele começou a trabalhar na Itália (queria dizer Rio) na decoração da Candelária. O filho dele, Quirino, pode confirmar isso.

S - Candelária no Rio!

AV- E. Candelária do Rio. De maneira que, vindo aqui para o Rio ainda estava trabalhando no ... Isso que eu teho uma dúvida.

S - Veio primeiro para o Rio ou para o Pará?

AV- Primeiro veio para o Pará. Naquele período da República, né? E tanta República Nova... E sempre República Nova! E ele elogiava muito o Presidente do Pará. Que construiu uma escola de música, uma escola, um instituto de música para que o Carlos Gomes voltando da Itália ficasse lecionando ali. Porque não tinha... não tinha situação, pois com a vitória da República, ele era dividido em dois. Estava lá e ficou abandonado, ficou sem nada. E tinha uma visão patriótica... Então, eu trabalhei junto com Pedro Campofiorito.

CB- Então a função de Pedro Campofiorito era especificamente o que?

AV- Era o desenhista chefe, da Divisão de Planejamento. Depois ele foi escolhido ...

S - Ele recebia ordens diretas de quem? Do Secretário?

AV- O departamento era uma divisão do Departamento de Engenharia, da Secretaria de Viação e Obras Públicas. CB

CB- Penso que aí está inserido seu trabalho.

AV- Ele era um artista completo, de fato.

CB- Ele lhe fez algumas referências de suas atividades de arquiteto na Itália ou no Pará?

AV- Fez sim. Foi na Itália, o curso de pintura. Ele conhecia, era um artista, conhecia todas as técnicas de pintura inclusive arquitetura. Ele também fazia arquitetura. Ele saiu de lá arquiteto também. Ele não tinha diploma de arquiteto. Mas, na Secretaria, sei que era muito além de estimado, prestigiado pelos altos funcionários. Amigo de todos nós, uma criatura que nós chamávamos de mestre. Era um mestre mesmo.

CB- O senhor chegou a colaborar com ele no desenho de algum projeto de arquitetura que ele fez?

AV- Não. Colaborei na decoração da Igreja da Conceição. Depois fiz um trabalho na Igreja de Sant'Ana.

S - E Igreja de São Lourenço.

AV- Exato. Quando eu soube que ele estava pagando aquilo, fui lá e disse "Oh, isto é de graça! Não vim buscar dinheiro não. O que o Sr. me pagou... ainda estou lhe devendo, tá bom? Ainda recebo, ainda tenho que trabalhar muito para fazer jus àquele pagamento que o senhor fez antes... De modo que aprendi muito com ele.

Inclusive ele foi do IPC, com O Orlando que é arquiteto, filho dele, e foi diretor. A entrada do IPC era uma coisa fantástica! Foi do Clube Central quando o Orlando era diretor. Fez uma decoração da quadra do carnaval também. Era um diabo grande assim, um palhaço abrindo assim a cortina...Grande decorador.

CB- O Sr. tem notícias de suas obras arquitetônicas em Niterói?

AV- Tenho. Inclusive o Museu Antônio Parreiras. Ele foi o diretor do Museu Antônio Parreiras. Ele não se deu bem lá.

Ai fomos eu, outros colegas desenhistas: "Larga este Museu aqui!... Volta para a repartição! Lá ninguém vai lhe aborrecer." Ele foi para lá, para a direção. Depois ele fez tantos projetos. Inclusive o apartamento que ele construiu para a Madame, que era a viúva do Parreiras, havia uma porta que ligava à parte da frente. Uma porta bonita... Então ele disse a mim: "Você não acha, que é uma boa idéia? Acaba o expediente às 17.00 h, ela abre e continua se comunicando com toda a casa, como se nada houvesse na vida dela e tal..." E até este cuidado ele teve, sabe. Mas houve lá tamanha confusão que o Jacinto Amaral Assunção que era o diretor da obra, parente até de Amaral Peixoto, mandou fechar a porta. "Fecha!" A Madame ficou isolada e perdeu o direito de transitar.

E como arquiteto na repartição, ele projetava, como eu também cheguei a projetar uma única vez... Vou falar um pouco de mim também.

CB- Lógico...

AV- Eu projetei um museu que seria a Pinacoteca do Estado, que iria ser construído na casa de Da. Olga, filha do Parreiras. Era construção e patrocínio de Larradoy.

CB- Não chegou a ser construído?

AV- Não. Porque a burocracia foi tão nociva, tão "Coisa", que Larradoy desistiu, sabe? Exigia tanta coisa, tanta coisa que ele desistiu. Essa Pinacoteca do Estado era também para guardar os trabalhos que eram adquiridos lá na Fluminense. Eram trabalhos aquisitivos que hoje a Pinacoteca do Estado tem, inclusive a Prefeitura também tinha muita coisa, pois a Prefeitura contribuía com uma

cota quando havia aqueles premios aquisitivos. E, a Prefeitura recebia a parte dela e o Estado então recebia também o seu. Hoje, tem trabalhos de valor, sabe. Quando era dado, era dado Crs 1500 a um 2 000 a outro... Era um prêmio assim, uma cota de Crs 5 000,00 que era dividido em 2 ou 3. Quando alguém ganhava, dizia-se, "Fala para comprar uma casa"... Naquela época dava... De maneiras que o Pedro Campofiorito, como arquiteto da repartição, a ele era confiado os maiores problemas inclusive esse, que eu soube, de terminar a Assembléia. Foi ele, você sabia, não?

S - Mas, o projeto da Assembléia é de Dupuy.

AV- Sim. O francês, mas parece que ele voltou para a terra dele. Então o Pedro Campofiorito terminou a Assembléia; não sei se terminou também o Instituto de Educação. Enfim, ele esteve à frente das obras.

CB- E quanto a Biblioteca que foi a última daquele grupo, inaugurada em 1937?

AV- E. Esta foi diferente. Eu acredito que o projeto seja de Pedro Campofiorito.

CB- Esta assinado por Lothar Kastrupp.

AV- Sei. Lothar Kastrup era antiquíssimo também no Estado. Quer dizer, eu não conheci o Lothar Kastrup. Quando eu entrei no Estado, ele já não estava. Não existia mais. E eu convivi com Pedro /campofiorito em 37, quando eu já havia sido transferido, mas, eu não sei. Desconfio também que aquele frontão lá é trabalho de Francisco de Andrade.

CB- Quem é ele?

AV- E o autor daquele Tiradentes daquele salão lá na Camara

dos Deputados.

CB- Poderia falar algo mais dele?

AV- Eu queria chegar ao Campofiorito, porque aquele ambiente ali da praça, Pedro Campofiorito recebeu uma ordem do Secretário, do Governador, não sei, de alguma daquelas autoridades ali, tá, para ficar em casa, cuidando do projeto a ser construído em cima daquele rochedo. Então o Palácio ia ser ali porque, ele dizia a mim, sendo ali, teria todas as repartições em volta.

CB- E ele chegou a projetar esse palácio?

AV- Deve ter projetado, sim. Ele disse a mim que levou, não sei quanto tempo em casa, trabalhando exclusivamente nisso. Só não houve... Foi diretamente com o chefão.

CB- Algum problema político deve ter atrapalhado. São feitos muitos projetos e depois abandonados...

AV- Nenhum continua a obra do outro! Aquilo lá ficou. Agora, está aquele "esqueleto" grande, que na opinião de alguns deveria ser demolido.

CB- Também acho.

AV- Acha?

CB- Sim. Aquela coisa imensa ali tirou toda a ambientação.

AV- O Palácio da Justiça seria ali, você sabe.

CB- E o anterior?

AV- O anterior seria demolido. Passaria a ter o monumento que está ali ao lado, muito prejudicado. Para não se perder. Naturalmente, o Prefeito teve boa idéia em arrumá-lo ali entretanto falta um embasamento, em volta de uma cantaria, um complemento. Dava um metro mais ou menos acima do nível. Haviam uns bancos... lembra-se? Na época

de estudante do Instituto de Educação. Havia bancos em volta do monumento. A gente conversava, namorava ali. Hoje, ficou aquilo ali, baixinho...

Bem, o Campofiorito além de ser desenhista chefe foi o diretor do Museu, operoso mesmo. Modificou tudo aquilo ali, sem prejudicar. Adaptou oartamento da viúva. Depois de fachada a porta, ela ficou ainda ali até seus últimos dias.

CB- E em Campos? O Sr. tem notícias de trabalhos dele?

AV- Tenho notícias sim.

CB- Existe um desenho, um projeto do Forum de Campos, sem assinatura.

AV- O Forum de Campos... E que nós não podíamos assinar. Eu ia chagar aqui, nesta questão. Eu terminei o projeto da Pinacoteca do Estado, entreguei ao chefe lá e perguntei: "Posso assinar?" E ele: "Não, Você não pode assinar porque não é arquiteto, não é projetista." Então, vou lhe dizer uma coisa. Não rasgo aqui na tua frente porque não quero ser agressivo, não quero cometer uma grosseria, e tal. Mas vou dizer, de hoje em diante, serei apenas copista." Nunca mais fiz nada lá.

CB- Acho que esta questão é que promoveu toda essa controvérsia. Devia existir registros.

AV- Mas, lembro bem, aquele Forum de Campos é projeto dele mesmo.

CB- E que existe o projeto numa Mensagem à Assembléia. No da Biblioteca ainda tem a assinatura de Lothar Kastrup...

AV- Eu gostaria muito sabe de que? Conversar com José Alves meu amigo, um desenhista também, que era mais antigo que

eu lá. Vou tentar colher mais informações. Ele é até meu padrinho de casamento, meu colega de muitos anos...

CB- Provavelmente tenha convivido com Pedro Campofiorito em período anterior...

AV- Quem poderia dizer isso era também o Baudino e Dr. José Fernandes Santos Filho, que construíram aquilo lá.

CB- São construtores?

AV- Construtores e funcionários do Estado. Foram para lá administrar aquela obra.

CB- Ainda atuam?

AV- Não sei.

S - Baudino não é casado com Beatriz?

AV- Sim. Beatriz, professora, colega de minha irmã, professora também. Foi quem assinou minha planta para construir minha casa.